



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

MARCIO MOACIR BESSA

AGROBIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO CAMPONESA: O
CASO DO ASSENTAMENTO VITÓRIA NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA (GO)

SÃO PAULO

2017

MARCIO MOACIR BESSA

AGROBIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO CAMPONESA: O
CASO DO ASSENTAMENTO VITORIA NO MUNICIPIO DE GOIANÉSIA (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Coorientadora: Monica Schiavinatto

SÃO PAULO

2017

MARCIO MOACIR BESSA

AGROBIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO CAMPONESA: O
CASO DO ASSENTAMENTO VITÓRIA NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Coorientadora: Monica Schiavinatto

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Silvia Aparecida Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Universidade Federal de Goiás)

São Paulo, 18 de maio de 2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Bessa, Marcio Moacir.

B557 Agrobiodiversidade e sustentabilidade na produção camponesa : o caso do Assentamento Vitória no município de Goianésia (GO) / Marcio Moacir Bessa. – São Paulo, 2018.
129 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Mirian Claudia Lourenção Simonetti.
Co-orientadora: Monica Schiavinatto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Sustentabilidade. 4. Agrobiodiversidade – Brasil. 5. Assentamento Vitória (Goianésia, GO). I. Título.

CDD 301.35098173

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a Deus, por ter permitido que eu passasse pelos vários momentos inesquecíveis ao longo de minha vida e que em todos eles, foi e continua sendo para mim, o maior Mestre que alguém pode conhecer.

A minha orientadora, Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti, e a minha coorientadora Monica Schiavinato, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

A minha família, esposa, Adriana Valeria de Oliveira Bessa, e filha, Amanda Oliveira Bessa, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todos que maneira direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e o desenvolvimento deste trabalho, o meu muito obrigado!

RESUMO

Nossa pesquisa visa à realização de um estudo de caso relacionado ao Projeto de Assentamento Vitória (PA) Vitória, que fica situado no município de Goianésia, localizado no Vale do São Patrício, em Goiás. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os diferentes aspectos abordados e desenvolvidos no Projeto de Assentamento (PA) Vitória (2005), observando e verificando como as famílias camponesas realizam a produção e a geração de renda, sua organização socioambiental, além dos aspectos relativos às condições de vida das famílias, de moradia e de infraestrutura no assentamento. Com relação aos objetivos específicos, pretendemos identificar e analisar as iniciativas relativas à implantação de práticas agroecológicas, no mesmo assentamento, por meio da Produção Agroecológica Sustentável e Integrada (PAIS). Foram realizadas entrevistas junto às famílias assentadas nos 61 lotes do Assentamento Vitória, destacando a implantação do Projeto Verde Vida de práticas agroecológicas e sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Assentamentos; Agrobiodiversidade, Agricultura Camponesa; Meio Ambiente.

ABSTRACT

Our research aims at carrying out a case study related to the Vitória Settlement Project (PA) Vitória, which is located in the municipality of Goianésia, located in the Vale do São Patrício in Goiás. The general objective of this research is to analyze the various aspects discussed and developed in the Settlement Project (PA) Victory (2005), observing and noting how the peasant families manage the production and income generation, their social and environmental organization, in addition to the aspects concerning the living conditions of the families, housing and infrastructure in the settlement. Regarding the specific objective, we intend to identify what are the initiatives relating to the implementation of agroecological practices and what are the productive strategies through the construction of Sustainable and Integrated Agroecological Production (PAIS). It is concluded that families do not need to leave the field, because the project presents new perspectives of work. In the end, interviews were held with the families settled on 61 lots of the Vitória settlement, with emphasis on the implementation of Projeto Viva Verde concerning agroecological and social practices.

Keywords: Territorial development; Settlements; Agrobiodiversity, Peasant Agriculture; Environment.

RESUMEN

Nuestra investigación tiene como objetivo realizar un estudio de caso relacionado con diseño de asentos gana victoria (PA), que se encuentra en el municipio de Goianésia, ubicado en el Vale do São Patrício en Goiás. El objetivo general de esta investigación es analizar los diversos aspectos discutidos y desarrollados en el proyecto de acuerdo (PA) Victoria (2005), observando y tomando nota de cómo las familias campesinas dan cuenta de la producción y generación de ingresos, su organización social y ambiental, además de los aspectos relativos a las condiciones de vida de las familias, viviendas y la infraestructura en el establecimiento. Con respecto a los objetivos específicos, se pretende identificar cuáles son las iniciativas relacionadas con la aplicación de prácticas agroecológicas y cuáles son las estrategias productivas a través de la construcción sostenible e integrados agroecológicos producción (padres). Se concluye que las familias no necesitan salir del campo, pues el proyecto presenta nuevas perspectivas de trabajo. Para ello, se llevaron a cabo entrevistas con las familias que se asentaron en 61 lotes de la Colonia Victoria, con énfasis en la implementación de proyecto verde viven de prácticas agroecológicas y sociales.

Palabras clave: desarrollo territorial; Asentamientos; Biodiversidad agrícola, agricultura campesina; Medio ambiente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Assentamento Vitória no município de Goianésia (GO).....	15
Figura 2 – A diferenciação da agricultura mundial.....	27
Foto 1 – Placa do Assentamento Vitória.....	66
Foto 2 – Visita in loco ao assentamento no Banco de Sementes “Casa Branca”.....	68
Figura 3 – Origem dos moradores do PA Vitória.....	70
Figura 4 – Local onde os moradores do PA Vitória trabalharam.....	70
Figura 5 – Autodeclaração de raça dos moradores do PA Vitória.....	71
Figura 6 – Melhoria de vida das famílias do PA Vitória.....	71
Figura 7 – Participação das famílias em movimentos sociais.....	71
Figura 8 – Composição dos cômodos nas casas no PA Vitória.....	73
Figura 9 – Bens existentes na moradia.....	74
Figura 10 – Doenças crônicas presentes entre os moradores.....	75
Figura 11 – Refeições diárias realizadas pelas famílias.....	75
Figura 12 – Atividades praticadas entre os moradores.....	76
Figura 13 – Avaliação institucional feita pelos moradores do PA Vitória.....	77
Figura 14 – Avaliação sobre os serviços prestados pelo INCRA.....	77
Figura 15 – Problemas ambientais nas parcelas do PA Vitória.....	78
Quadro 1 – Renda mensal proveniente das atividades desempenhadas por ambos os sexos.....	78
Figura 16 – Renda total anual dos moradores por sexo.....	79
Figura 17 – Forma para melhoria da renda das famílias.....	80
Figura 18 – Alimentos produzidos no PA.....	81
Quadro 2 – Produção de alimentos e valor de comercialização.....	81
Figura 19 – Ciclo Produtivo da Tecnologia PAIS.....	91
Foto 3 – PAIS Leomar.....	93
Foto 4 – Feira do Produtor na cidade de Goianésia – PAIS.....	93
Foto 5 – Feira do Produtor na cidade de Goianésia – PAIS.....	94
Figura 20 – PAIS.....	94
Foto 6 – Assentamento Vitória - Sebastião Gomes.....	98
Figura 21 – SAF.....	99

Foto 7 – Assentamento Vitória, município de Goianésia (GO).....	104
Figura 22 – SASP.....	105
Figura 23 – SASP, SAF, PAIS.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCP	Movimento Camponês Popular
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
UF	Unidades Familiares

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO CERRADO.....	19
2.1	A expansão do agronegócio no Brasil e no Cerrado.....	19
2.2	O campesinato como expressão de resistência ao agronegócio no Brasil.....	27
3	A LUTA PELA TERRA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM GOIÁS.....	35
3.1	Movimentos sociais no Brasil e em Goiás.....	35
3.2	Os assentamentos como expressão da resistência ao avanço do agronegócio no estado de Goiás.....	44
4	ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO VITÓRIA, GOIANÉSIA (GO).....	66
4.1	Aspectos socioambientais do Assentamento Vitória.....	66
4.2	Processo histórico da formação do assentamento vitória.....	67
4.3	Características socioeconômicas das famílias assentadas no Assentamento Vitória.....	68
4.4	Características da infraestrutura e moradia; saúde e lazer; educação do Assentamento Vitória.....	72
4.4.1	Infraestrutura básica – Moradia.....	72
4.4.2	Saúde e lazer.....	74
4.4.3	Educação e cidadania.....	76
4.4.4	Avaliação institucional.....	76
4.5	Benfeitorias.....	77
4.5.1	Créditos.....	78
4.5.2	Trabalho e renda.....	78
4.6	Renda do grupo familiar obtida por meio de outras atividades agrícolas completares.....	80
5	ASSENTAMENTO VITÓRIA: DIFERENTES FORMAS DE MANEJO DA AGRODIVERSIDADE ASSOCIADA ÀS PRÁTICAS ECOLÓGICAS...	83
5.1	Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio da Produção Agroecológica Sustentável e Integrada (PAIS).....	88
5.1.1	A manutenção das atividades – Produção Agroecológica.....	95

5.2	Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio de Prática	
	Agroflorestal (SAF).....	96
5.2.1	Sistemas Agroflorestais (SAF) – Principais vantagens ambientais no solo.....	100
5.2.2	A manutenção das atividades – Sistema Agroflorestal (SAF).....	101
5.2.3	Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio de SASP – Sistema Agrossilvipastoril.....	102
5.2.4	A Manutenção das atividades (SASP) - Sistema Agrossilvipastoril.....	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	109
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIOS.....	113

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a agroecologia e a sustentabilidade tem levado determinados autores a assegurar a necessidade de reformas estruturais e socioeconômicas, a fim de alcançarem sistemas agrícolas sustentáveis; sendo, portanto, imprescindível incluir política e agroecologia para munir programas que possam viabilizar o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, que preservem o meio ambiente e que tenham a capacidade de garantir o abastecimento dos recursos naturais à população mundial.

A palavra sustentabilidade vem ganhando força no cenário mundial e nacional nos últimos anos, porém, o seu conceito ainda é controverso, nem sempre bem definido e muito menos compreendido pela sociedade. Sustentabilidade é o termo utilizado para determinar atos e atividades humanas que tem em vista preencher as precisões e as necessidades que os seres humanos têm agora, sem afetar o futuro das próximas famílias, ou seja, a sustentabilidade está ligada à ampliação econômica e material sem atacar o meio ambiente, utilizando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se conservem futuramente, assim, tendo em vista estes parâmetros, a humanidade pode ter garantido o crescimento sustentável. (ARRUDA; QUELHAS, 2010).

É de suma importância compreender que as práticas agrícolas e ambientais vêm sofrendo forte impacto devido à evolução dos sistemas socioeconômicos da humanidade através das novas tecnologias e das práticas não conservadoras. Entretanto, pode ser ressaltado que a produção agrícola deixou de ser uma questão meramente técnica e passou a ser vista como um procedimento condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas e como um grande descaso com as questões ambientais. Considera-se de suma importância enfatizar que a agricultura sustentável vai além dos problemas tecnológicos de produção, sendo, assim, indispensável compreender toda a eficácia que envolve a produção agrícola em cada região, para que se possa ter uma ideia possível referente ao assunto para cada local que é o Assentamento Vitória no município de Goianésia, em Goiás.

É impossível pensar em novos sistemas agroecológicos sustentáveis sem haver uma mudança de comportamento nos mecanismos socioeconômicos e ambientais que governam os sistemas de produção. Ademais, é necessário saber o tipo de produção e o seu destino. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais, econômicas e ambientais (CONWAY; BARBIERI, 1990).

O presente estudo de caso no Projeto de Assentamento Vitória, situado no município

de Goianésia, localizado no Vale do São Patrício, em Goiás, teve como objetivo geral: analisar os diferentes comportamentos nas questões referentes ao Assentamento Vitória, verificando a produção e a geração de renda, sua organização socioambiental, além dos aspectos relativos às condições de vida dos assentados. Os objetivos específicos concentraram-se na análise das iniciativas relativas para a implantação de práticas ecológicas e de estratégias produtivas por meio da construção da Produção Agroecológica Sustentável e Integrada (PAIS) no Assentamento Vitória.

A extensão do agronegócio na maneira das monoculturas de cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool na região induziram à concentração da terra e à diminuição da qualidade de vida da juventude camponesa, no entanto, desafiei-me a batalhar para garantir a estabilidade da juventude do campo, em sua área de origem, num processo geral de resistência do campesinato.

Dada minhas experiências e minha inclusão juntamente à agricultura camponesa, compreendi o quanto era formidável a autonomia dos pequenos agricultores. Para grandeza, via como era essencial dar a devida seriedade ao processo de produção, à comercialização, à distribuição da produção e à renda das famílias camponesas, além dos procedimentos de tomada de decisão que abrangem o trabalho familiar.

Em 2003, iniciou-se, em Goiás, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os quais buscaram cultivar alimentos saudáveis e ao mesmo tempo aprimorar a qualidade de vida dos pequenos agricultores e obter a autonomia dos camponeses. Entre 2003 e 2008, o MPA concordou com a proposta do governo Lula que tinha em vista instigar a agricultura camponesa a produzir agrocombustíveis. Essa alternativa da organização expôs uma ampla lacuna entre instâncias nacionais e a realidade sólida produtiva das famílias, isto é, a realidade dos camponeses em Goiás era a ativação da plantação de alimentos e a estruturação das famílias camponesas, e não a produção de agrocombustível. Os camponeses entenderam que a produção de etanol e de óleo vegetal convém como recurso para a classe dominante e, assim, é recusado aos camponeses a luta por alimento e pela produção camponesa, em que todos adquirem acesso ao que é indispensável para viver bem e com dignidade.

Por causa das impossibilidades observadas no Movimento dos Pequenos Agricultores, passou a existir uma discórdia nesse movimento e então nasceu o Movimento Camponês Popular (MCP), no ano de 2008. O MCP passou a discutir o caso da produção de agrocombustíveis pelos camponeses, conscientes de que projetos como este são os maiores causadores da eliminação e da pobreza dos camponês. Dessa maneira, parte dos camponeses preferiram por não se juntar aos projetos da produção de agrocombustíveis. O MCP preferiu

por persistir na luta por conquistas de autonomia e sonhar com uma sociedade melhor para os camponeses.

O MCP fez essa escolha e eu também fiz essa escolha de juntar-me ao MCP, ao oposto de vários camponeses que decidiram se unir às grandes empresas nacionais e internacionais na produção; devido a minha inclusão juntamente à agricultura camponesa, compreendi o quanto era formidável a autonomia dos pequenos agricultores. Para grandeza, via como era essencial dar a devida seriedade ao processo de produção, à comercialização, à distribuição da produção e à renda das famílias camponesas, além dos procedimentos de tomada de decisão que abrangem o trabalho familiar.

De óleo vegetal por meio da mamona com o MPA; por esse motivo, não participei mais das atividades do movimento dos pequenos agricultores, passando ao movimento camponês popular. Foi também por essa compreensão que nasceu o Movimento Camponês Popular. Esse movimento teve origem no estado de Goiás e, hoje, expandiu-se pelos demais estados, onde são organizados por grupos de base, e centenas de famílias estão sendo beneficiadas pelas moradias rurais, pela produção de sementes crioulas, etc. Atualmente, como coordenador do grupo de base no município de Ipiranga de Goiás, colaboro com a organização e participo da coordenação municipal, tendo como desafio lutar para construção de uma agricultura que respeita nossa biodiversidade.

No MPA e no MCP começou minha luta pela moradia camponesa, participei de diversas manifestações em Brasília, no Ministério das Cidades e nas manifestações fechando rodovias federais (BRs) para pressionarmos o governo a atender nossas reivindicações. Também acampamos diversas vezes na Assembleia Legislativa de Goiás, para que o governo estadual nos atendesse na liberação dos recursos para a construção de moradias. Depois de tantas lutas, consegui, em 2013, ser beneficiado com minha moradia.

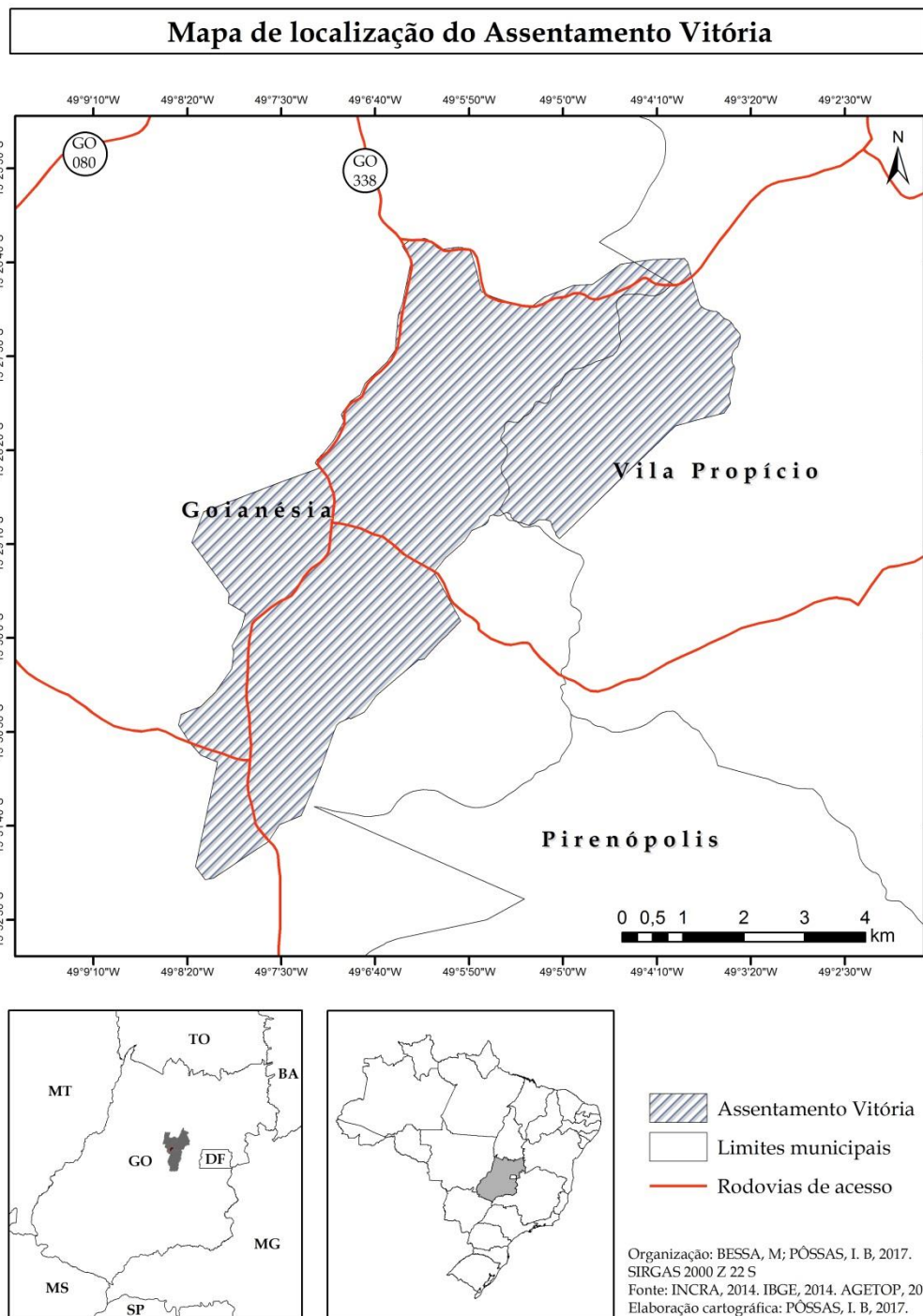
No intuito de melhorar meus conhecimentos relacionados ao Meio Ambiente e à Sustentabilidade e Território, devido aos problemas enfrentados no Assentamento Vitória, e de melhorar minha formação intelectual para dar seguimento ao meu sonho: atuar como professor e colaborador do MCP, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do IPPRI na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP.

Com a presente pesquisa, espero ampliar o diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico-científico, que, no nosso ponto de vista, é fundamental para a harmonização do setor produtivo com os princípios da sustentabilidade. Além disso, temos claro que a agrobiodiversidade e a construção de sistemas de produção de base agroecológica

junto às famílias camponesas são a base para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, econômica e social de toda comunidade. Isso porque a agricultura capitalista exerce forte impacto sobre o meio ambiente, e os efeitos da exploração agropecuária têm sido objeto de grande preocupação e discussão junto às comunidades camponesas do Vale do São Patrício.

O Projeto de Assentamento (PA) Vitória possui uma área de 1.700,90 km² e está distante de Brasília (capital federal) aproximadamente 208 quilômetros. O município é banhado pelos mananciais do Rio dos Peixes, Rio dos Bois e Rio dos Patos, conforme pode-se observar na figura 1.

Figura 1 – Localização do Assentamento Vitória no município de Goianésia (GO)



Fonte: Bessa, M. M. (2017).

Após dois anos lutando pela terra em acampamento, que teve início em março de 2003, no mês de março de 2005 foi implantado o Assentamento Vitória. A degradação do solo, devido à presença do agronegócio na região é uma triste herança com a qual as famílias assentadas têm de conviver.

Todos estes fatores são decorrentes das transformações que ocorreram nas regiões do

Cerrado desde os anos 70, que se basearam no incremento da tecnologia e no aumento do uso de produtos químicos, expulsando milhares de famílias do campo, ampliando a concentração fundiária e causando diversos impactos no meio ambiente. A região Centro-Oeste transformou-se em um enorme laboratório para as necessidades do capital agroindustrial; com a utilização de técnicas inovadoras, mudou-se as paisagens do cerrado, transformando-as numa tulla agrícola, ofertando, assim, implementos ao capitalismo (MENDONÇA, 2004).

Atualmente, um dos grandes desafios para a agricultura camponesa na região é a construção de mecanismos que levem à harmonização da produção com os princípios da sustentabilidade. Cresce junto à sociedade a exigência de compatibilização entre a produção agropecuária e o meio ambiente. Com o crescimento dessa preocupação e dado o processo crescente de devastação da biodiversidade, as pesquisas nessa área precisam ampliar seu empenho e esforços para apontar soluções que vão ao encontro das demandas da sociedade por alimentos saudáveis e diversificados, com desenvolvimento econômico e geração de trabalho e de renda, e com a sustentabilidade dos processos produtivos.

Desse modo, a pesquisa caminha no sentido de salientar as diferentes formas de manejo da agrobiodiversidade, visando à sustentabilidade do sistema de produção agroecológica, como mecanismos para a preservação do meio ambiente, alcançando, dessa forma, a conservação da biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis e diversificados.

Nossa pesquisa se baseia no Estudo de Caso. Segundo Minayo (2013):

[...] os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. Metodologicamente, evidenciam ligações causais entre intervenções e situações de vida real. (MINAYO, 2013, p. 33)

O estudo de caso como modalidade de pesquisa origina-se nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago, e, posteriormente, teve seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos e comunidades. Atualmente, este estudo é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento e é um meio de organizar os dados, preservando, do objeto estudado, o seu caráter unitário. Além disso, a unidade é considerada como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.). O estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método de coleta e de análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa (MINAYO, 2013).

Para a realização da pesquisa, realizamos leituras de textos sobre a temática, bem como realizamos pesquisa de campo junto às famílias assentadas. A pesquisa empírica foi realizada em duas etapas. Na primeira, aplicamos um questionário junto às famílias do Assentamento Vitória. O questionário foi aplicado para 61 famílias do assentamento no período de 13/02/2015 a 30/04/2015, seguindo a relação de beneficiários que foi disponibilizado pelo coordenador de campo do Projeto Verde Vida, patrocinado pela Petrobrás. O questionário de pesquisa foi elaborado através de um modelo com base em um questionário disponibilizado pelo INCRA, que terceiriza o trabalho através de prestação de serviço à empresa Marcio Plantas de Goianésia. O questionário foi adaptado à área do estudo do assentamento Vitória, e possui 62 perguntas distribuídas em eixos de perguntas, como: dados pessoais; estrutura básica; infraestrutura da parcela; trabalho e renda; produção e associativismo; saúde e lazer; educação e cidadania e a avaliação institucional que teve como foco levantar o diagnóstico socioeconômico, a presença dos movimentos sociais, os aspectos socioambientais, a produtividade, a educação e a cidadania, a saúde, o manejo adequado da agrobiodiversidade e o sistema agrossilvipastoril. Atuei como colaborador na aplicação do referido questionário, a fim de obter dados para a minha dissertação. O questionário foi aplicado individualmente em todas as parcelas/lotês e ao morador capaz de responder o questionário (maiores de 18 anos que vivenciavam o cotidiano da família). Entrevistamos um morador por residência. O resultado desse questionário pode ser observado no capítulo 4 desta dissertação.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, visitamos os lotes/parcelas do assentamento, com o intuito verificar e acompanhar o Projeto Verde Vida, financiado pela Petrobras, que objetivou promover a reconversão produtiva de áreas degradadas, com a implantação de práticas agroecológicas e sociais no Assentamento Vitória. O resultado dessa etapa da pesquisa pode ser observado através do PAIS, SAF, SASP no capítulo 5.

Buscou-se ampliar o diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico-científico, que, no nosso ponto de vista, é fundamental para a harmonização do setor produtivo com os princípios da sustentabilidade.

Para o desenvolvimento da dissertação, dividimo-la em cinco capítulos além da introdução e as considerações finais.

No segundo capítulo, são apresentados alguns aspectos centrais relativos à questão agrária, que compreende os conflitos entre a agricultura capitalista e a camponesa; os conflitos sociais e de apropriação da terra, além de questões como a organização da posse de terra, o cuidado com a terra, quem ocupa a terra e a produção agrícola. Também tratamos da

expansão do agronegócio no Brasil, no Cerrado e na localidade estudada.

No terceiro capítulo, apresentamos as diversas conceituações e tipos de movimentos sociais, com destaque para atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); tratamos da luta pela terra no Brasil, visando melhor compreender a luta pela terra em Goiás e, por fim, vários aspectos da luta dessa luta.

No quarto capítulo, apresentamos o perfil socioeconômico das famílias assentadas, bem como as características socioambientais do Assentamento Vitória com o objetivo de serem apresentadas questões relativas ao conceito de movimentos sociais, aos movimentos sociais em luta pela terra no Brasil e em Goiás com base em referenciais dos autores e nas pesquisas realizadas sobre o tema.

No capítulo quinto, mapeamos diferentes formas e manejos agroecológicos desenvolvidos no assentamento, por meio da implantação do Projeto Produção Agroecológica Sustentável e Integrada (PAIS), unidades produtivas do Sistema Agroflorestal (SAF) e unidades produtivas do Sistema Agrossilvipastoril com o objetivo de investigar a viabilidade da produção e o seu resultado econômico.

Nos capítulos que vamos apresentar nesse trabalho será possível apreender e compreender a importância dos movimentos sociais na conquista dos direitos humanos, na construção de leis mais justas e dignas. A sociedade como um todo vive em conflito, sempre lutando por condições de um futuro melhor. A condição do campo não é diferente, os processos de mudanças e modernização pelos quais passa o agronegócio afetaram diretamente a vida das famílias camponesas.

2. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO CERRADO

2.1. A expansão do Agronegócio no Brasil e no Cerrado

Neste capítulo, trataremos de alguns aspectos centrais sobre a questão agrária no Brasil. Compreendemos, como aponta Stédile (2005), que a temática relativa à questão agrária é ampla e compreende desde os conflitos sociais no campo, a questão da concentração da propriedade da terra até o modo como as sociedades, ao longo da história, organizam a posse (quem ocupa a terra), o uso (o que se faz na terra) e a propriedade (condição jurídica/direito) da terra e, também, a organização da agricultura em diferentes contextos históricos para atender as necessidades humanas. Sendo assim, o sistema de organização dos processos que ocorrem no campo está vinculado ao modo de produção geral de uma sociedade, o que implica a questão agrária (STÉDILE, 2005).

Será dado destaque, em nossa análise, às mudanças do campo a partir da década de 1960, visto que esse período se destaca pelo surgimento de determinadas lutas sociais no campo, tal como as Ligas Camponesas e, posteriormente, a implantação dos programas de modernização do campo, ou a chamada “Revolução Verde”, a partir do final dos anos 1960 e início de 1970.

Esse é um período em que os governos militares implementaram programas, por meio de pesados investimentos governamentais, mudando a base produtiva e modernizando as grandes propriedades de terras, resultando no chamado “processo de modernização conservadora” do campo brasileiro. Desde então, a agropecuária brasileira sofreu profundas mudanças, pois passou por um processo de transformação tecnológica, possibilitando sua integração à dinâmica industrial de produção e a criação dos complexos agroindustriais. Por outro lado, a população rural, sobretudo aquela organizada nos movimentos sociais, passou a resistir a esse processo de modernização, expropriação e exclusão, e tem mantido o meio rural, seus problemas e perspectivas, na agenda política brasileira (SAUER, 2003).

Nesse mesmo período, foi elaborado o Estatuto da Terra, que tinha por objetivo normatizar os processos de desapropriação de terras e os projetos de colonização. Foram realizadas desapropriações em áreas de conflito, visto que a ênfase das políticas governamentais visou os projetos de colonização. Este consistiu na distribuição de terras nas novas fronteiras agrícolas (SAUER, 2003).

Esse processo articulado enfraqueceu, de um lado, os movimentos sociais no campo, e, de outro, amenizou as demandas sociais por uma reforma agrária. Os projetos de colonização,

incentivados por propaganda e recursos governamentais não resolveram o problema, visto que ocorreu um grande deslocamento de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção às regiões Centro-Oeste e Norte. A falta de políticas governamentais, associada ao ambiente difícil e precário das frentes de colonização, fez surgir novos focos de conflitos, aumentando a violência no campo (SAUER, 2003).

O regime militar designou recursos financeiros, a juros pequenos, para estimular os proprietários mais ricos, permitindo aquisições de máquinas pesadas e equipamentos modernos (sementes, fertilizantes, inseticidas etc.). Essa forma de padrão é reconhecida como Revolução Verde. Foram destacados por meio de crédito subsidiado, coligado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a análise e preparação de profissionais especializados (ensino universitário ou técnico). Além da confiabilidade, os estímulos fiscais foram usados na concessão de contribuição para a compra de maiores extensões de terras na região Norte por empresários urbanos. Essas obtenções foram estimuladas por meio de desinteresse fiscal a respeito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda das empresas e empresários urbanos. Esses investidores conseguiam, também, empréstimo subsidiado para conseguir “investimentos produtivos”, assim como, tendo como exemplo, o desmatamento para o plantio de pastagem e criação de gado (SAUER, 2003).

A adoção desse modelo de agricultura e pecuária contou com um “pacote tecnológico” baseado na oferta de assistência técnica (rede pública de assistência técnica e extensão rural); promoção de pesquisas (instalação e destinação de recursos para a rede pública de pesquisa); e ensino, com a criação de cursos universitários e técnicos (universidades públicas e escolas técnicas). Os recursos públicos foram canalizados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra (SAUER, 2003).

Esse processo de modernização no campo visou ao aumento da produção e da produção do campo e, também, gerou um mercado de consumo de máquinas e insumos na indústria.

Houve um aumento significativo da produtividade de grãos no Centro-Sul, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, e, após os anos 1990, também no Norte e Nordeste. Consequentemente, a atual concentração fundiária no Brasil é fruto de uma política pública, promovida pelos governos militares, e continuada pelos governos que os sucederam, através da disponibilização de recursos para o crédito rural subsidiado, ou seja, os atuais conflitos no campo brasileiro foram financiados com recursos públicos, fazendo com que a concentração da propriedade da terra e a exclusão social fossem ampliadas (SAUER, 2003).

Como consequência da adoção deste modelo de produção está a desterritorialização dos camponeses e a ampliação da concentração fundiária. Em relação a esse modelo, o campo brasileiro, que contava com aproximadamente 70% da população nas décadas de 1950 e 1960, na década de 1990, contava com menos de 30% do total da população. Esse deslocamento populacional ocorrido em pouco tempo foi um dos resultados da Revolução Verde e resultou em enormes problemas e impactos sobre as cidades.

Outro efeito desse processo foi o crescimento do agrupamento do domínio da terra, por meio dos latifúndios, que partiram “modernizados” por meio de subsídios e estímulos fiscais governamentais que admitiram a compra de novas áreas. As amplas extensões de terra foram modificadas em empresas rurais, produtoras de grãos ou criativas de gado de corte para a exportação (OLIVEIRA, 2001).

A modernização do campo no Brasil e no Cerrado, a partir da adoção das inovações tecnológicas, baseadas numa produção com intensa mecanização e quimificação, resultou em profundos problemas ambientais. O Centro-Oeste tornou-se um imenso laboratório para as novas reivindicações do capital agroindustrial e financeiro, que, aperfeiçoado nas novas técnicas e tecnologias, modificou as paisagens do cerrado num celeiro agrícola, praticando relações capitalistas em todo o método produtivo. (MENDONÇA, 2004).

As mudanças acontecidas no campo brasileiro a partir de 1960, com a atualização tecnológica da agricultura, influenciaram definitivamente no que toca a questão agrária. Logo que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), era indispensável atualizar o setor e aumentar o padrão de vida das populações rurais, de maneira que elas conseguissem ao mesmo tempo se estabelecer em um mercado consumista para as indústrias decorrentes, retirando o arcaico do meio rural para exercer com eficiência o papel da agricultura, solicitando matéria-prima para a indústria nacional que nascia e sustentando a crescente população urbana no Brasil. (SILVA, 1999).

Com a modernização e a transformação no campo, a população a consumiu mais, tornando-a, assim, dependente de comprar produtos industrializados. Segundo Silva (1999), esse processo causou dois efeitos para a sociedade, conforme argumenta:

Esse método foi intensamente diferente, eu falaria ainda que parcial; assim por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, especialmente; quer dizer, aqueles produtores menos beneficiados apresentaram menos ingresso às facilidades de crédito, investimento de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e ofereceram graus menores de progresso, principalmente da sua produtividade [...] Uma segunda qualidade desse processo é que ele foi intensamente excludente, ou seja, ele não foi só diferente como ainda foi excludente. Ele alcançou uns poucos e fez com que poucos atingissem ao final desse processo (p. 138-139).

Para Silva (1999), o termo “atualização da agricultura” é usado para instituir a transformação no apoio técnico da produção agropecuária no pós-guerra, as transformações intensas da produtividade em campo e das relações capital $\times$ trabalho, pois o tempo é marcado pela conexão do mercado externo dos meios de fabricação. Desse modo, a afirmação essencial da agricultura moderna aconteceu a partir de 1960, com a adoção das novidades tecnológicas no método produtivo (inovações agrônômicas, físico-químicas, biológicas) e com a composição dos difíceis agroindustriais, o que determinou uma nova forma socioeconômica e espacial para o campo brasileiro.

Segundo Stédile (1993, p. 53),

O processo de modernização da agricultura pelo qual o Brasil vem passando nas últimas décadas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, apresenta as seguintes características: - Intensificação da mecanização agrícola em todas as atividades agropecuárias; - Utilização de insumos industriais, como adubos químicos, veneno, agrotóxicos, etc.; Expansão do uso do crédito rural, tanto para custeio como para investimentos; - Expansão da lavoura, na forma de monocultura para o mercado externo: soja, açúcar, laranja, café e fumo; Integração com a agroindústria, especialmente os setores da avicultura, suinocultura, sucos de frutas, etc.; Produção de sementes e mudas melhoradas, de matrizes animais e desenvolvimento da genética animal e vegetal por grandes empresas; Expansão das florestas homogêneas de eucalipto, acácia pinus eliotis etc., com objetivos econômicos de exploração industrial e de exportação; Desenvolvimento do cooperativismo empresarial, com o estímulo a grandes cooperativas de comercialização agrícola; Uso irracional dos recursos naturais prejudicando a conservação dos solos e o equilíbrio do meio ambiente; Utilização da informática na agricultura.

Sendo assim, a agricultura apresenta desigualdades que se apresentam via concentração fundiária, concentração de trabalhadores nas cidades, superexploração dos trabalhadores e a concentração da renda, pois o “desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” (SILVA, 1994, p. 20).

Silva (1999, p. 20) afirma que “a atualização da agricultura favoreceu a ampliação das informações referentes das divisões mais ricas na apropriação da renda total”. Destaca-se que é preciso ressaltar que essa inequívoca superioridade decorre, em grande parte, dos privilégios com que a grande produção agrária foi contemplada durante os 20 anos da ditadura militar no Brasil. As inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade, ficou denominada Revolução Verde. Esse processo ocorreu através do desenvolvimento de sementes adequadas

para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

A atualização no campo induziu à estrutura agrária; pequenos produtores que não conseguiram adequar-se aos novos métodos de produção não alcançaram produtividade satisfatória para competir com grandes empresas agrícolas e endividaram-se com empréstimos bancários requeridos para a mecanização das atividades, tendo como única maneira de pagamento a venda da propriedade para diferentes produtores (SILVA, 1999).

A Revolução Verde com os pacotes tecnológicos conferiu mais eficiência à produção de alimentos, transformando significativamente a vida no campo, no entanto, a fome mundial não foi solucionada, desmontando assim o discurso de que a Revolução Verde acabaria com a fome no mundo. Este fator trouxe o êxodo rural como consequência, além de não se produzir para o consumo nem para a soberania alimentar, e, sim, para exportação. Enquanto isso, no país, aumentam a fome, a pobreza e a desigualdade social (SILVA, 1999).

Com relação à atualização, esta aconteceu de maneira parcial, no sentido de conseguir determinados produtos, em determinadas regiões, favorecendo alguns produtores e algumas etapas do ciclo produtivo. Dessa maneira, não só ampliou a dependência da agricultura com relação a diferentes setores da economia, especialmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e a colisão da agilidade agrícola sobre qualidades ambientais. (SILVA, 1999).

A questão ambiental e os conflitos decorrentes dela também são, obviamente, associados à modernização agrícola. Um grande problema desse padrão tecnológico está na articulação entre a “coordenação e o balanceamento” no uso de insumos químicos e as técnicas. Sendo assim, diversos impactos ambientais danosos, tais como o esgotamento e a perda de solos, a contaminação de alimentos, de água e de ar, a eliminação de inimigos naturais, o aumento da resistência de pragas e doenças aos produtos fitossanitários causam desequilíbrios favoráveis à maior incidência desses agentes, uma vez que as inovações químicas tornaram-se indispensáveis para a produtividade no paradigma produtivista da modernização, seus impactos são igualmente proporcionais ao seu protagonismo (SORJ, 1980).

Devido ao abusivo uso de agrotóxicos, vêm surgindo pragas e doenças que são controladas pelas grandes empresas; com isso, pode-se perceber o aumento do custo de produção, em que se torna inviável a produção para o pequeno produtor, por isso ocorre a desistência de sua propriedade, por não conseguir sobreviver e nem alimentar sua própria família, pois sofreu grande devastação vendo a natureza ser consumida pela Revolução Verde,

que concentrou renda, patrimônio e poder para a classe dominante e deixou problemas, sofrimentos e miséria para a maioria dos camponeses, muitos dos quais, devido a toda essa situação, desistiram de suas atividades. O ar está cada vez mais poluído, a água cada vez mais contaminada, o solo cada vez mais degradado; dessa forma, começa-se a pensar na quantidade de veneno que consumimos em alimentos produzidos pelo agronegócio. A cada dia que passa, notam-se mais agricultores endividados e a terra mais devastada, arrasada, na qual se torna quase inviável a produção de alimento para a geração futura. Diante desse quadro, cabe uma pergunta: como as próximas gerações irão se sustentar com tanta devastação na natureza? (BESSA, 2017).

Foi possível compreender acima que, apesar das dificuldades, da escassez de auxílio do governo, a agricultura camponesa não para de produzir alimentos, utilizando das dificuldades como forma de luta para seguir além e permanecer na batalha de produzir seu próprio alimento e sustentar-se através do cultivo dos alimentos e da sua comercialização.

Por isso pode-se entender que existe diferença entre sistema agrícola e agricultura camponesa. O agronegócio é conhecido pelo manejo da monocultura e pela grande produção de determinado alimento que oferta emprego mediante pagamento de salário, enquanto a agricultura camponesa é configurada pelo trabalho familiar que valoriza a agrobiodiversidade. Portanto, o sistema agrícola não pode ser identificado como parte da agricultura camponesa, porém, a economia pode influenciar as formas de manejo da agricultura atual, de forma que o produtor passe a ser mero instrumento gerador de lucros ao mercado (CARVALHO, 2009).

É possível observar então que o produtor passa a trabalhar de acordo com a demanda de mercado, muitas vezes produzindo para o agronegócio. O que é evidenciado pelas características que o mercado apresenta: o agricultor utiliza as áreas disponíveis para produzir e ofertar ao mercado. Com a imposição da modernização, o modo de produção passou a ser praticamente controlado pelas necessidades do mercado, e os produtores passam a posicionar-se de acordo com a demanda, e com as imposições dos setores capitalistas que compõem a economia social (WELCH; FERNANDES, 2008).

Wanderley (2003) afirma que:

A natureza estrutural do capitalismo agrário brasileiro, [...] qualificou a própria modernização da agricultura – uma modernização sob o comando da terra. Ela é também responsável em grande parte por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido (WANDERLEY, 2003, p. 56).

De acordo com as transformações que ocorrem na economia, e com a ocorrência da

interação entre os produtores e proprietários de terras com as indústrias agrícolas, mesmo que ocorram as dificuldades econômicas, os produtores passam a trabalhar de acordo com as imposições das agroindústrias em prol da ilusão de proporcionar uma melhor renda associada à produção. Em consequência disso, perdem sua liberdade de trabalhar de forma autônoma em sua terra. Assim, é configurada a forma em que o produtor integra-se à economia vigente e passa a trabalhar de acordo com as exigências de produção e, além disso, tem controlado até o que será destinado para o consumo da família (CARVALHO, 2009, p. 04).

Os diferentes tipos de aliança que os produtores fazem com o mercado quando arrendam suas terras para a agroindústria faz com que eles passem a ter que se contentar com a demanda do mercado e perdem sua autonomia de produção como camponeses para servirem à economia de acordo com as novas tecnologias vigentes. Com isso, os produtores passam a ser subordinados aos interesses que permeiam o agronegócio (CARVALHO, 2009).

Também a agricultura familiar passa a ser comprometida à medida que percebe as pressões que a economia impõe com o capital financeiro das empresas que só objetivam seu próprio lucro e acabam por influenciar os produtores rurais que se tornam dependentes desse sistema econômico que arrenda as terras e muitas vezes dificulta o trabalho dos produtores familiares. Wanderley (2003) identifica esses produtores como “assalariados do solo” e como “agricultores sem terra”. Apoiado em Carvalho (2009), que afirma que os produtores estão arrendando suas terras e depois que as mesmas são exploradas e praticamente deixadas improdutivas, são obrigados a procurar outro tipo de fonte de renda e acabam tendo que sair de suas terras ou então têm de adotar as modernas tecnologias para a recuperação de suas terras, necessitando apoiar-se nos programas financeiros ofertados pelo governo.

De acordo com Wanderley (2003), é possível notar que, por conta de sua subordinação ao capital da agroindústria, os produtores familiares agrícolas estão se esforçando ao máximo para conseguirem manter sua produção e não perder suas terras, e assim manter seu patrimônio para as gerações futuras, porém, é evidente a dificuldade que os mesmos encontram diante da economia que contribui para a perda de seu patrimônio.

A história das lutas sociais é marcada por intensas disputas. Como maneira encontrada para permear a resistência social, os produtores agrícolas familiares lutam pela resistência para não perderem suas terras, pois é dela que retiram seu sustento, e é ela que permite a sua sobrevivência (WANDERLEY, 2003).

Portanto, os produtores que lutam para permanecer em suas terras estão sempre buscando alternativas que permitam a produção e a vida retirada desta terra. Em consequência dessa resistência, qualquer situação em que os produtores são ameaçados de perder suas terras

configura uma forma violenta de impedir que o produtor lute pela sua sobrevivência e garanta o sustento de suas famílias. As resistências familiares no campo são permeadas pela luta contra o modernismo, pois as famílias procuram transformar seu modelo de sobrevivência através do trabalho na terra, mantendo seus valores familiares, de forma que as lutas tornem-se comunitárias, por meio das quais todos lutam pelo bem comum, que é a sobrevivência dos produtores familiares, que formam o meio rural, por isso não se pode restringir a produção familiar apenas à visão econômica, mas à busca de justiça, de dignidade e de paz a esses produtores e a suas famílias (SAUER, 2010 apud MARTINS, 1994).

Mesmo diante de todas as formas de impedimento que os produtores rurais sofrem, por meio da economia e modernização dos sistemas agrícolas, eles seguem lutando e resistindo bravamente. Apesar de muitas vezes serem obrigados a submeter-se aos desígnios do agronegócio, o produtor rural não perde totalmente o seu valor no processo de produção de alimentos que, de diversas formas, continua mantendo a atividade agrícola do país.

Neto (1985, p. 57) afirma que:

A modernização abrange todo o processo ocorrido, uma vez que, juntamente com o progresso técnico da agricultura, transforma-se também a organização da produção, englobando as relações sociais de produção e modificando as relações de trabalho. Atualmente, tem diminuído o número de trabalhadores na produção, principalmente no plantio, no qual o trabalho é realizado com máquinas, evidenciando que a modernização não é sinônimo de desenvolvimento, já que não há melhoria na vida da população em geral.

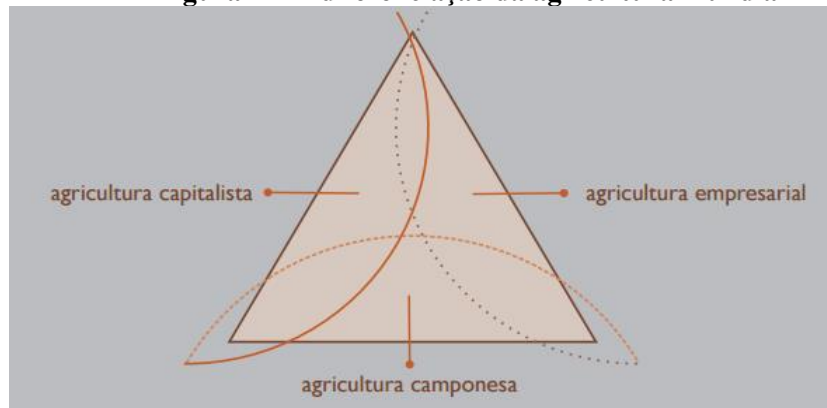
Dessa forma, o resultado dessa política agrícola é o favorecimento dos grandes capitais, a concentração da terra e a desterritorialização dos camponeses, aumentando a crise urbana, expandindo assim a miséria e a violência. O modelo capitalista existente nas grandes cidades vem aumentando o desemprego para as pessoas de baixa renda, ou seja, as pessoas mais necessitadas.

2.2. O campesinato como expressão de resistência ao agronegócio no Brasil

Este subcapítulo tem por objetivo apresentar elementos para uma discussão acerca da do papel do campesinato e sua resistência no contexto da questão agrária brasileira. Embora haja variações, os atuais sistemas agrícolas resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados. São eles: a produção agroindustrial capitalista, na qual a relação trabalho-salário é central, a agricultura (empresarial) familiar e a agricultura camponesa, baseada no trabalho familiar (DER PLOEG, 2009).

As duas primeiras são práticas regidas pelo tempo do capital; já a terceira está centrada na recriação de sua própria existência e em uma situação cada vez maior de opressão, embora consiga criar estratégias de sobrevivência (DER PLOEG, 2009).

Figura 2 – A diferenciação da agricultura mundial



Fonte: PLOEG. V. D. (2009, p. 18)

De acordo com Ploeg (2008), as transformações mais evidentes no espaço rural são causadas pela modernização agrícola, que passa a ser vista como fundamental para a agricultura, o que influencia na mudança de prioridades, em que o maior interesse passa a ser a maximização dos lucros. Com isso, o agricultor perde sua autonomia, pois passa a sofrer pressões externas e internas com o intuito de aderir às mudanças e transformações evidentes que estão acontecendo no campo.

Embora com peso relativo e com relações recíprocas que variam de maneira considerável, praticamente todos os sistemas agrícolas na atualidade resultam de três arranjos político-econômicos diferentes, porém combinados (Fig. 2): a agricultura capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada (PLOEG, 2008).

Para a agricultura empresarial manter-se nos dias de hoje, é necessário produzir em escala e, para essa produção ser lucrativa, torna-se totalmente dependente de capital financeiro. Os camponeses têm a maior produção agrícola do mundo e, no entanto, não têm a mesma dependência de capital financeiro da agricultura empresarial (PETERSEN, 2009).

De acordo com Lima (2011), os camponeses usam táticas caracterizadas para sua continuidade no campo, seja lutando pelas dificuldades de produzir em pequenas áreas, seja pagando renda pelo uso da terra de proprietários. Desse modo, na maneira de produção capitalista, os grandes empresários têm na agilidade dos agricultores camponeses um forte aliado para ampliar a produção de alimentos e motivar renda. É clara a desigualdade da produção do trabalho familiar e das afinidades de cooperação – que vão da produção até a venda, tendo como destino final o consumidor, de maneira inevitável haverá aumento de produção e de renda. Assim, a agricultura camponesa apresenta-se fundamentada na divisão social e na divisão de poder nada harmoniosa em meio aos que governam e aos que cultivam. O camponês continua em um sistema maior, no qual se encontra em posição subalterna, embora tenha acesso a terra e, através dela, conseguir um grau importante de autonomia (LIMA, 2011).

Mendras (1976), nos anos 1970, apontava cinco traços peculiares das sociedades camponesas, a saber: 1) uma referente autonomia à sociedade global: a autonomia é demográfica, social e econômica; 2) a seriedade estrutural dos grupos familiares. Nesse fato, ela se anuncia pela capacidade de fornecer a estabilidade do grupo familiar, em dois níveis adicionais: a permanência imediata, quer dizer, a consideração às obrigações do grupo familiar, e a reprodução da família pelas origens resultantes. Da junção desses dois escopos derivam suas características essenciais: a especificidade de seu princípio de produção e a concentração na construção do patrimônio familiar. Da grande importância da família, como portadora do empenho de trabalho e dona da propriedade, tanto quanto definidora das obrigações de abatimento, decorre a acuidade que assume a evolução de sua composição, como um item chave do próprio método de modificação interna dos grupos familiares; 3) um princípio econômico de autarquia coerente, que aponta à prosperidade financeira; 4) uma sociedade de conhecimento entre si, quer dizer, de um conjunto no qual cada um distinguia como os demais e reconhecia todos os feitos da originalidade dos outros. Diferença e semelhança, graças à relação de conhecimento entre si; e 5) o papel definitivo dos mediadores em meio à sociedade local e à sociedade global abrange não só camponeses, mas todo o universo social e o modo como se incluem em situação de parceria, onde há um código de procedimento compartilhado de modo comunitário para que trabalhe como planejamento da vida social (MENDRAS, 1976).

Essas considerações do autor são importantes, porque nos possibilitam entender o campesinato para além da sua dimensão econômica, ressaltando as temáticas relativas às dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa. Para nós, a compreensão das

categorias terra, família e trabalho são fundamentais para compreensão da dinâmica camponesa. O atual raciocínio busca enfatizar diferentes abordagens a respeito do campesinato, especialmente aquelas pertinentes à economia e à moral camponesa. Desse modo, a economia camponesa, como parte de uma ordem moral, está inserida no conjugado das relações interpessoais dos grupos sociais. Essa imersão do econômico no social, e vice-versa, busca a compreensão da dimensão do valor de uso em detrimento do valor de troca (MENDRAS, 1976).

Para além dessas considerações, pretende-se verificar a relação entre o modo de vida camponês e as práticas ligadas à agrobiodiversidade, uma vez que, nos últimos anos, as atividades rurais e o campo passaram por importantes transformações nas relações de produção das famílias no campo. Os benefícios e ganhos, porém, não significam avanços ou melhorias significativas na vida dos camponeses e de suas famílias. Contudo, as transformações nas atividades no campo são conferidas ao capitalismo. Os vários estudos e pesquisas que abordam esse tema apontam como motivo para tais transformações na agricultura camponesa o avanço do capitalismo no campo (MARTINS, 1981). O camponês luta contra essas modificações e alterações do modo que pode, pois resiste na constituição de uma história em que os meios de produção ficam à aquisição dos setores que determinam alimentos para a mesa de todos, de maneira que não se anseia edificar uma categoria que tenha privilégio, contudo que possa ser reconhecida no âmbito da sociedade. A vontade da maioria dos camponeses é a segurança da continuação no campo com qualidades dignas e justas para que possam viver. A agricultura camponesa tem em sua constituição um intenso expoente de resistência ao capitalismo no decorrer dos anos (MARTINS, 1981).

A agricultura camponesa vem se mantendo ao longo dos anos, passando por transformações na tentativa de superar as mudanças, pois sua existência tem sido ameaçada e vem sendo reduzida devido a essas mesmas transformações. As mudanças fundamentais que aconteceram na agricultura e no meio rural têm sido registradas em estudos a respeito da modernização agrícola nas últimas décadas; tais mudanças buscam uma maneira de responder a um sistema alimentar industrial e capitalista.

A compreensão do papel do campesinato no Brasil vem sendo debatida entre acadêmicos formadores de opinião e movimentos sociais, por meio dos quais entendemos que o papel do campesinato é de fundamental importância para o campo para a produção de comida limpa e saudável e para autonomia do camponês, que, por sua vez, não depende do capital financeiro para sua subsistência no campo, passando, assim, a ter sua independência na agricultura “campesinato”, “agricultura camponesa” e “agronegócio” (OLIVEIRA, 2001).

A agricultura camponesa é analisada como atividade que possui responsabilidade pelo abastecimento interno da população brasileira. Falar a respeito do campesinato promove um treinamento da realidade, haja vista a grande conflitualidade vivente em torno da apreciação. O debate acadêmico tem sido conduzido por dois fatores fundamentais, não contrários à vivência de outros: uma que divulga a destruição do campesinato, e outra na sua transformação em agricultores familiares empreendedores, o que, de maneira inevitável, transmutaria o camponês em agricultor familiar. Muito importante, do mesmo modo, analisar, no assunto da resistência, os conflitos que se constituem em meio aos trabalhadores da terra, camponeses, na disputa pelo território com o agronegócio. O imaginário hegemônico capitalista quer nos fazer acreditar ser ingloriosa para os primeiros, em papel da supremacia do segundo sobre eles, como maneira de atenuar a luta e extinguir as resistências (MACHADO, 1998).

De acordo com Santos (2012), o trabalho é o coração do homem, uma vez que é o meio pelo qual nos relacionamos com a natureza e transformamo-la em bens. Ele percebe as classes como sujeitas às mudanças da história, e, assim, mediadoras das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade. O campesinato, nesse caso, se determina como grupo, uma vez que aparece como ponto de vista política a ação pela reforma agrária, de tal maneira pela colocação política, bem como por seus negócios, sua cultura e pela sua condição de vida. Uma enorme qualidade para o significado do campesinato durante o grupo social é o tripé: terra, trabalho e família. Portanto, como se trabalha a opinião do grupo em si, ele determina e autentica a percepção de que o campesinato é um grupo: é o que aceita a uma parte da comunidade se adequar aos afazeres da outra. Se uma parte da comunidade se apropria de toda a terra, apresentamos o grupo dos latifundiários e o dos camponeses. Se uma parte da comunidade tem as fábricas, as obras e os capitais, quando a outros opera nessas fábricas, apresentamos o grupo dos capitalistas e o dos trabalhadores (MARX, 1980).

Para Oliveira (2001), o campesinato tem resistido bravamente e assim, fica clara a luta pela terra e na terra. A principal faz-se por meio das agitações que requerem a reforma agrária como avaliação da desconcentração das terras férteis, seguidas de programas que aceitam o camponês viver da terra e na terra. No segundo episódio, resistência, foi manifestada por meio da preservação de seu preceito moral e de produção, do mesmo modo da posse do material genético e do conhecimento a ele próprio. A reprodução e troca de sementes crioulas significa, nessa acepção, uma admirável ferramenta de batalha. O enfrentamento dos camponeses diante do capital não se arranja apenas na ação para entrar na terra, mas ainda para continuar nela.

Nessa expectativa, emerge a oposição camponesa na renúncia à precarização motivada pelo método de expropriação imposto pelo capital. Obstinação é luta diária do campesinato, que se anuncia no jeito de ser e fazer para continuar sendo e fazendo. A primeira se faz através dos movimentos que reivindicam a reforma agrária como medida. Logo, para Carvalho (2013, p. 14-16),

O camponês, enquanto pequeno produtor ou produtor de base familiar é valorizado pela concepção dominante na medida direta em que incorporar os modos de ser e de viver de um pequeno empresário capitalista ou tendente a tal. Uma outra hipótese como a da afirmação do camponês contemporâneo construindo sua autonomia relativa perante o capital foi ou tem sido descartada, seja do discurso dominante seja de setores do centro-esquerda político. O que é, que a distingue a agricultura camponesa da agricultura empresarial ou agronegócio. A confusão tende a ser maior em locais onde a modernização da agricultura levou a sociedade mais longe da agricultura. Isso nos leva para o mundo da agricultura camponesa, que tanto arcaico, anárquica, atraente e sedutor.

É importante salientar que a agricultura camponesa não é apenas um lugar de produção. É também a casa para o cultivo onde se reúne a família. É o lugar a que pertencem, tanto quanto o lugar que lhes dá abrigo. Esse é o local onde a família vive e onde as crianças crescem. A agricultura camponesa é parte de um fluxo que liga o passado, o presente e o futuro. Isso significa que cada gleba de terra tem uma história e é cheia de memórias. Também significa que os pais estão trabalhando para seus filhos e querem dar à próxima geração um sólido ponto de partida para a agricultura. E já que a propriedade da terra é o resultado do trabalho e da dedicação destes às gerações anteriores, muitas vezes há orgulho. E também pode haver raiva, se os outros tentam prejudicar ou mesmo destruir a terra construída em conjunto (GODOI et al., 2009).

O aspecto da agrobiodiversidade nas técnicas camponesas verifica-se não somente ao analisarem-se os princípios de cultivo das unidades de cultivo camponeses solitariamente, mas, principalmente, ao se alterar, em consideração, a soma dessas unidades de produção no país e no mundo (CARVALHO, 2013).

Desataca-se que a propriedade da família é o lugar onde a experiência se acumula, a aprendizagem ocorre e o conhecimento é repassado de forma sutil, mas forte, para a próxima geração. A terra da família, muitas vezes, é um nó em redes mais amplas em que novos conhecimentos, práticas, sementes etc. Amarrados ao seu ambiente, a família e a propriedade não são apenas um empreendimento econômico que se concentra apenas sobre os ganhos, mas um lugar onde a comunidade e a cultura são importantes.

Na agricultura camponesa, a família ocupa um lugar central, porque ela é a força de

trabalho da produção. Isso faz com que a terra seja um lugar de autoemprego e de progresso para a família. É através da sua dedicação, paixão e trabalho duro que a terra é ainda mais desenvolvida; como consequência, a subsistência da família é melhorada. A terra está lá para atender às diversas necessidades da família. Enquanto a família fornece as possibilidades, isso significa que também existem limitações para a terra entre a família e a terra, ela é o cerne de muitas decisões sobre o desenvolvimento da propriedade. Cada agricultor tem em particular seus próprios objetivos, por exemplo, entre as bocas para serem alimentadas e as mãos para fazer o trabalho. Essas pessoas amarram a família e a terra onde produzem para seu autoconsumo, e juntos fazem com que cada pedaço de terra da família seja único, uma constelação, ligando passado, presente e futuro (CARVALHO, 2013).

Entretanto, Godoi et al. (2009) mencionam que a agricultura camponesa proporciona à família e aos agricultores uma parte ou a totalidade da sua renda de alimentos. Há casa para a família, lugar de pertença, ligações do passado, presente e futuro, que colocam para aprendizagem o conhecimento como parte da atividade econômica e rural, e mantêm a cultura viva. Observando a paisagem rural, seu ambiente controla o seu principal recurso e fornece parte principal da força de trabalho. A agricultura camponesa fornece renda, alimentos e nutrição, causando assim, uma união com as práticas agrícolas do passado. A terra é um lugar onde a cultura é aplicada e preservada, assim como as parcelas podem ser um lugar de herança cultural. A família e a propriedade também fazem parte do mais amplo da economia rural, estão ligados à localidade, transportando os códigos culturais da comunidade local. Assim, a família camponesa pode fortalecer a economia rural local por meio de feiras dos produtores rurais: é onde as pessoas compram, gastam e envolvem-se em outras atividades.

Quando os agricultores camponeses trabalham com a natureza, membros dessa comunidade também contribuem para a conservação da biodiversidade e para o combate ao aquecimento global. O trabalho implica uma contínua interação com a natureza viva, uma característica que é altamente valorizada pelos próprios atores pertencentes à família para sua autonomia. O trabalho camponês representa uma unidade direta de trabalho manual e mental, de trabalho e de vida, e de produção para o desenvolvimento (VAN DER PLOEG, 2014).

Em contrapartida, os detentores do agronegócio produzem um discurso para os jovens no campo de que é preciso tornar a agricultura camponesa um negócio. De acordo com essa percepção, a agricultura camponesa deve se tornar menos autônoma e mais empresarial, passando por um processo semelhante ao de modernização agrícola que ocorreu no Brasil no século passado. Uma parte da agricultura brasileira, de fato, mudou para a agricultura capitalista e empresarial. Em diversos segmentos, isso transformou o camponês em um

produtor subordinado ao mercado, ou às empresas fornecedoras de insumos. Um exemplo desse processo é a produção de frango, na qual os agricultores camponeses são obrigados a comprar desde o pintinho, os remédios e a ração das empresas fornecedoras, tornando-se subordinados ao mercado de insumos em todo o processo produtivo. Ocorre que o camponês, mesmo com essa prática mais voltada ao mercado, ainda continua produzindo parte da sobrevivência de sua família a partir da unidade camponesa (BLOISE, 2013).

Observando a evolução da agricultura camponesa nos últimos anos, é possível notar uma diferença importante, pois ela cresce e desenvolve-se através de uma gestão inteligente dos recursos naturais, econômicos e humanos, e por meio de gerações aprendizagem. A agricultura empresarial cresce e incorpora outras propriedades camponesas. Essa tendência para entrar em trajetórias empreendedoras é uma grande ameaça interna para a continuidade e dominância da agricultura camponesa mais enraizada a valores tradicionais de autossustento, e, atualmente, vemos isso em quase todos os lugares. No entanto, existem ainda algumas tendências tradicionais da agricultura camponesa, nas quais os agricultores camponeses vão reforçar a sua posição e a sua renda seguindo princípios agroecológicos, envolvendo-se em novas atividades, ou através da produção de novos produtos e novos serviços, muitas vezes, distribuídos através de mercados, feiras etc. Essas novas estratégias fortalecem a agricultura camponesa (BLOISE, 2013).

Portanto, Carvalho (2005) descreve que, na agricultura camponesa, a produção se destina tanto ao consumo familiar, ao autoconsumo, em que a atividade agrícola predominante é a produção para o sustento da família, quanto para a venda do excedente no mercado. As principais culturas são: arroz, feijão, milho, mandioca, batata-doce, banana, coco, além de verduras e legumes. Como em muitas outras partes do Brasil, a agricultura camponesa apresenta um dos vários andares do sistema agroflorestral, em que as árvores fornecem uma tampa de proteção para a produção intensiva de variedades de plantas, um aspecto importante desse sistema. É o principal alimento dos brasileiros e pouco se assemelha a arrozaes cujo solo é entregue e enriquecido com grandes quantidades de adubo verde.

A agricultura familiar parece estar entrando em uma fase na qual as culturas são produzidas para a subsistência e para a venda em um modo típico economia dual, mas a manutenção da produção de culturas tradicionais é de importância para ambas as atividades sociais e de subsistência. Os camponeses têm uma produção para a autossuficiência, visto que normalmente não exportam as suas plantações para o mercado. Isso é o que a diferencia da agricultura empresarial, tornando-a, assim, uma produção de orgânicos e de agricultores naturais, partidários de alimentos tradicionais. O Ministério da Saúde e outros órgãos têm

preocupações a respeito dos efeitos comerciais da agricultura na saúde das pessoas e no meio ambiente (VAN DER PLOEG, 2014).

Ainda segundo Van Der Ploeg (2014), a agricultura empresarial é focada no mercado, na venda dos produtos, porém, além da agricultura dos agricultores empresariais, no Brasil, há as organizações de agricultores, que lutam para a sobrevivência de suas tradições, pois acreditam que a preservação das formas tradicionais de agricultura é fundamental para a manutenção da cultura e da terra. Os eventos educacionais e jardins de demonstração ajudam os agricultores a se ligarem à comunidade. As organizações de ajuda agrícola são vitrines práticas e tentam construir uma forte imagem positiva da família como parte de uma agricultura e seus produtos. Ao promover eventos e valores familiares que são popularizados na sociedade, permitem que os agricultores familiares, ao lidarem diretamente com os consumidores locais, proporcionem a construção de relações entre os agricultores e consumidores que servem de reforço cultural.

Assim, ressalta-se que nossas experiências ensinam como as práticas tradicionais de agricultura camponesa podem fortalecer a identidade cultural, construir a solidariedade entre os camponeses, atribuir valor à ética tradicional, revitalizar e melhorar as práticas tradicionais. Finalmente, a agricultura camponesa precisa ser realizada de forma atraente para as gerações futuras, usando meios de comunicação para combater a desvalorização continuada de agricultores camponeses. Ao invés de enquadrar a agricultura como um último recurso para o ignorante e incapaz, é preciso promover a agricultura como uma vocação nobre e apresentá-la como forma de trabalho digno e importante, que é um meio crucial de levar alimento à mesa do consumidor final. Diante do exposto, consideramos que a agricultura camponesa pode dar uma forte contribuição para a segurança e a soberania alimentar, fortalecendo o desenvolvimento econômico, criando empregos e gerando renda.

3. A LUTA PELA TERRA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM GOIÁS

Neste capítulo, apresentamos questões relativas ao conceito de movimentos sociais, aos movimentos sociais em luta pela terra no Brasil e em Goiás com base em referenciais dos autores e nas pesquisas realizadas sobre o tema.

3.1. Movimentos Sociais no Brasil e em Goiás

Neste trabalho, movimento social será compreendido como “[...] toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto, independente do alcance ou significado político ou cultural da luta” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 18). Do mesmo modo, os processos sociais estabelecem esclarecimentos de organizações de pessoas e classes sociais, que se pronunciam e batalham em conjunto por finalidades comuns, em prol de garantir direitos e/ou transformações do *status quo* vigente. Desse modo, assim como entendem seus objetivos, voltam ao dia a dia e/ou pela inclusão na batalha social e vão se estabelecer em partidos políticos, sindicatos, associações, entre diferentes organizações institucionais e formais (MELUCCI, 1994).

Em demarcações gerais, a apreciação de movimento social alude à ação coletiva de um grupo aglomerado que tem como desígnio conseguir modificações sociais através do encontro político, depois que suas importâncias e sistema de ideias dentro de uma apropriada comunidade e de uma conjunção específica, ou através por articulações sociais. Podem planejar transformações, a variação ou até a guerra de uma realidade hostil a determinado grupo ou classe social. Incidi na luta por um verificado ideal, seja pela dúvida de um determinado fato que se caracteriza como algo impeditivo para a concretização das pretensões desse movimento, este último estabelece uma identificação para a luta e alegação de seus interesses. Torna-se aquele que fala por outro de uma classe de pessoas que se encontra numa mesma circunstância, incidi em social, econômica, política, religiosa, em meio a várias (MELUCCI, 1994).

Segundo Bobbio (1998, p. 20), “[...] as agitações sociais constituem tentativas – adequadas em importâncias comuns àquelas que estabelecem a classe de originar formas de ação social para se conseguir verificados efeitos”. A profundidade de uma ação social promove uma disposição muito bem desenvolvida, o que lida a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. As ações sociais não se restringem a manifestações públicas eventual,

entretanto se constituem em organizações que sistematicamente agem para obter seus desígnios políticos, o que se expõe houver uma luta constante e em longo prazo, estando sujeito da natureza da causa. Em distintas palavras, as atuações sociais têm uma ação composta de caráter estável por uma verificada bandeira (BOBBIO, 1998).

Os movimentos sociais têm conquistado grande espaço através das ações políticas nas últimas décadas. Sua contribuição na organização dos grupos subalternos fez emergir vários conflitos e organizações desde o século XIX.

Segundo Medeiros (1989):

[...] recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais - implica na dificuldade de preservação de sua memória social. A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. No entanto, a revolta contra determinadas situações que ameaçavam suas condições de existência ou mesmo a luta em busca de melhores condições de vida e trabalho deixaram testemunhos ao longo de nossa história. (MEDEIROS, 1989, p. 11)

Medeiros cita alguns exemplos dessas ações:

Entre os escravos eram comuns as fugas para escapar à exploração e maus-tratos dos senhores. Algumas vezes elas se deram de forma organizada, com bandos de escravos buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, grupos de fugitivos que, apossando-se de terras ainda virgens, criavam sua forma própria de organização econômica, social e política.[...] Em meados do século passado verificou-se, na Zona da Mata pernambucana, mas expandindo-se rapidamente para o interior, uma revolta de homens livres e pobres (pequenos produtores autônomos, foreiros, moradores de engenhos e fazendas, empregados e subempregados nas vilas do interior) contra a promulgação de duas leis: a que estabelecia o registro de nascimentos e óbitos e a que determinava a elaboração periódica e sistemática de levantamentos censitários. Essas leis deram origem a um boato generalizado sobre o interesse do governo em registrar e contar essas pessoas para escravizá-las. (MEDEIROS, 1989, p. 12)

A autora destaca as greves ocorridas nas fazendas de café a partir das experiências dos imigrantes europeus:

[...] Aproximadamente na mesma época, faziam-se, em São Paulo, as primeiras experiências com imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Aí também se registraram conflitos. E o caso da fazenda Ibicaba, onde os colonos-parceiros revoltaram-se contra os cálculos feitos pelo fazendeiro do rendimento do café por eles produzido e contra outras cobranças que lhes eram impostas. E o caso ainda de sucessivas greves levadas a efeito por colonos no final do século passado e

início deste. Estas greves ocorriam em protesto contra os baixos preços estipulados na época das colheitas, não pagamento de salários, punições com multas consideradas pesadas e arbitrárias etc., e chegaram a levar a alterações nos termos dos contratos entre colonos e fazendeiros. [...] Também encontram-se notícias de uma série de movimentos de caráter messiânico, ocorridos em diversos pontos do país. Esses movimentos buscavam resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades, lideradas por um “messias”, pessoa de grande legitimidade e carisma, que se considerava e era considerado capaz de implantar uma nova ordem social, normalmente de caráter mais igualitário (por ser portador de uma verdade revelada, uma orientação divina). Foi o caso de Antonio Conselheiro, em Canudos, na Bahia, do monge José Maria, no Contestado (fronteira do Paraná com Santa Catarina) e de um grande número de beatos e grupos que percorriam (e ainda percorrem) o interior brasileiro, buscando a Terra Prometida. [...] Nos anos 50, a emergência de ligas camponesas, de “associações”, de uniões trouxe à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política. (MEDEIROS, 1989, p. 11-12)

Daremos destaque às Ligas Camponesas porque são as primeiras organizações criadas no processo de lutas por terras no Brasil. Seus principais objetivos eram melhores condições de trabalho e garantia de benefícios para os trabalhadores do campo, e aí já encontramos uma exclusão social devido a essa falta de amparo nas condições trabalhistas rurais.

As Ligas Camponesas expandiram-se do Nordeste para outros estados brasileiros na luta pela reforma agrária e pela terra. Com o decorrer do tempo, então, surgiram inúmeros movimento de luta pela terra, de acordo com a diversidade de contradições e obstáculos vividos e enfrentados por esses sujeitos.

Segundo Grzybowski (1990), desde a década de 50 do século XX, os diferentes movimentos sociais no campo podem ser agrupados em: Movimento dos Posseiros; Movimento das Barragens; Lutas Indígenas; e Movimento dos Sem Terra.

Em meados de 1957, o sudoeste paranaense significou um campo de intensa confusão pelo direito da terra, incluindo posseiros, associações colonizadoras e o poder público. A confusão apresentou procedência na luta jurídica pela posse da terra MISSÕES e parte da terra CHOPIM. O governo federal, por meio da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), inseriu na região plano de colonização e estimulou gaúchos e catarinenses à povoá-las. A associação colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), composta por particulares, ao mesmo tempo instalou-se na área na qualidade de herdeira das glebas, efeito de longo processo judicial submergindo o poder público e empreendedores privados. A confusão pelo direito da terra alargou-se atualmente pelos municípios de

Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e ficou finalizado com a vitória dos posseiros, que apresentaram suas posses reguladas e registradas a partir de 1962 (GOMES, 2005).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estabelece-se por um movimento popular brasileiro que surgiu ao fim da década de 1970 com a finalidade de estabelecer os atingidos pela edificação de barragens para a conservação de seus direitos. Das edificações de hidrelétricas procedeu a transformação de mais de 1 milhão de pessoas, atingidas pelas águas represadas, para áreas novas; essas posses de terras não aconteceram sem antes ter existido várias revelações por parte dos atingidos, que não aprovavam, sem incertezas ou protestos, ter de sair de maneira obrigatória das áreas onde se localizavam (GOMES, 2005).

Com o desígnio de aumentar a ação dos atingidos por barragens, que era regionalizada, aconteceu, em 1989, o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, no qual escolheu pela coordenação de uma organização em condição nacional para fazer direito aos planos de construção de amplas barragens no Brasil. Em março de 1991, aconteceu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no qual se sancionou a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em escala nacional, e assumir o dia 14 de março como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, que vem sendo apontado com manifestações dos atingidos para atrair a atenção sobre a edificação de barragens e a condição dos atingidos. Os atingidos entenderam que, além da luta separada em sua região pela segurança de indenização, precisariam se afrontar com o exemplo energético nacional e internacional (FERREIRA, 2003).

Ainda de acordo Ferreira (2003), esse significou um passo extraordinário para concretizar a identidade dos atingidos na sua modificação em atores políticos e sociais. O MAB virou um movimento popular que tem em vista formar a população atingida ou ameaçada por barragens para resistir contra a construção de enormes barragens e/ou pela segurança de seus direitos de ressarcimento, cooperando, com isso, para a edificação de um novo modelo energético. Portanto, os méritos dos atingidos frente às empresas, chefes, Estado e diversas instituições envolvidas nos projetos de edificação de hidrelétricas.

De acordo com a história, os povos indígenas consecutivamente reagiram à violação e à aquisição de seus territórios tradicionais; e essas respostas alteravam conforme a provocação imposta pelos períodos da ampliação capitalista, primeiramente europeia e, mais depois, condicionada à concepção econômica brasileira. As conferências com os diretos civilizatórios se ofereciam ora por meio da batalha cruenta e aberta, ora por meio de batalha de guerrilhas, ou ainda questionando à miserável submissão calculada ao suicídio coletivo. A

obstinação dessas classes era apontada tanto pela especificidade da frente de extensão quanto pela lógica cultural do povo que a alimentava. Quer dizer, as lutas eram pontuais e isoladas, conforme com os desafios imediatos e limitando-se à limitação do seu território original (STÉDILE, 2005), entretanto, no Brasil, principiaria a se manifestar de modo mais preparado somente na década de 70, tendo em vista a precisão de amparo de terras em inclusão às políticas expansionistas da ditadura militar. Logo em seguida, em 1983, o primeiro deputado índio é eleito no país, ressaltando a ideia de que, para evolucionar em sua luta, os povos indígenas deveriam ser representados por quem os aceitava e vivenciava de fato. Nos anos consequentes, os índios fizeram-se presentes no Congresso Nacional e na política de maneira geral, preparando protestos e instituindo grupos autônomos de reclamações. Determinado tempo se passou até que, em 2002, fosse designada a APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, como um modo de unir as necessidades dos povos em comum em uma única voz (STÉDILE, 2005).

Os indígenas têm como desígnio principal de sua movimentação política a defesa e a limitação de áreas indígenas, quer dizer, terra, entretanto, esse conceito é muito mais extenso do que o conceito literal. Dentro da opinião “terra”, estão implantadas nas exigências como educação, saúde individualizada, consideração à cultura, projetos socioeconômicos propostos aos diferentes povos, áreas de prevenção e fiscalização, além da implementação de leis e demarcações. A ação do movimento indígena no Brasil envolve muito mais do que somente o território físico. Uma de suas amplas exigências é a probabilidade de conservar sua cultura, seu estilo de vida. Amplos confrontos, geralmente armados, abraçam a história dos indígenas no Brasil. Geralmente, esses enfrentamentos acontecem entre os povos nativos e empresários do agronegócio ou produtores rurais e esses habitam serem confrontações violentas. São evidentemente “lutas” por território, diversas vezes arrebatadas por uma carência de políticas esperadas à efetiva demarcação e fiscalização das terras em questão (STÉDILE, 2005).

O movimento indígena, além disso, já agenciou inúmeras ocupações de prédios públicos ou sedes de organizações ligadas ao governo, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O movimento tornou-se com intensidade funcional na política brasileira, informando na preparação de projetos de lei, criação de ONGs representativas e se perpetrando atual em dias de votações extraordinárias no Congresso Nacional. (STÉDILE, 2005)

Nos anos 1983, aparece a Organização das Mulheres da Roça (OMR). A OMR é estabelecida no início da organização de mulheres ou de sindicatos (aqueles que ofereciam lugar para as mulheres), ou das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base – uma organização

mais intensa principalmente da Igreja Católica nos anos 1980, entusiasmada pela Teologia da Libertação). Depois do tempo próprio, a OMR vai se volver o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) e, enfim, em 2004, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), um movimento feminista e camponês nacional. Na procedência do Movimento, está a procura pelo prestígio da profissão de trabalhadora rural e a procura de asseveração de uma identidade, que arrebenta no reconhecimento dessa profissão na Constituição Federal do Brasil em 1988, mais à frente da pauta de políticas públicas como salário maternidade para a trabalhadora rural, documentação, saúde pública apropriada e igualdade de gênero (MARTINS, 1997).

Aconteceram, também, diversos movimentos sociais no Brasil que contribuíram e contribuem ainda hoje na luta pela igualdade social, pelos direitos humanos e pela garantia da democracia. Importante ressaltar também o papel da Igreja com seu apoio aos movimentos sociais rurais.

Com a concepção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952, conduzida por Dom Helder Câmara, teve o desenvolvimento de uma “ala esquerda do catolicismo brasileiro”.

O comunitarismo cristão enraizou-se na vida popular por intermédio de 70 mil CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que organizavam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos, agindo dos anos 1960 até os anos 1990 (GUIMARÃES, 2009, p. 18).

Nesta perspectiva, direcionou suas ações para a cidadania, priorizando os menos afortunados, apoiados em princípios da moral cristã como a igualdade e a solidariedade.

Em 1975, foi designada, em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tinha por finalidade o amparo dos sujeitos do campo, evitados de chegar à cena política. A criação da CPT apresentou uma importância essencial. Ao requerer o aparecimento de uma nova modalidade de ação social, que é a dos desenvolvimentos camponeses, carregados de apreensão social e até de apreensão política, divulga que os eliminados e os torturados pela brutalização política não perdem a sua qualidade humana com o desenvolvimento capitalista. “[...] Ela instiga a manifestação dos pequenos grupos, dos grupos locais. Incita o revelação dos movimentos sociais.” (MARTINS, 1997, p. 78).

Sendo capaz de datar as primeiras lutas de obstinação na terra em 1979, contudo, o MST é estabelecido em 1984, num contexto em que o tema da reforma agrária apresentou uma extraordinária repercussão no cenário político. Nesse sentido, o exemplo de aumento agropecuário eliminava a agricultura camponesa e privilegiava a elite agrária e sua agricultura

capitalista, exemplo esse inserido no regime militar. Todos estes fatores proporcionaram o acréscimo das dessemelhanças, uma vez que o escopo desse processo político era modificar os trabalhadores rurais em assalariados e obrigar a migração para a cidade (MARTINS, 1997).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) oferece um maior grau de articulação e organização entre os movimentos sociais do campo, e é o que mais se sobressai em âmbito nacional e internacional, e tem a maior capacidade de mobilização do país. Nesse trabalho, apresentaremos com grande valor o MST por ser o grupo mais influente na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O começo do MST se deu na região Centro-Sul do país, e atualmente é firmado como movimento nacional. Através desses julgamentos, salientamos, então, as maneiras de resistências na luta pela terra, que, de concordata com as pesquisas efetivadas no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), podem ser identificadas como ocupações, assentamentos, acampamentos, protestos e marchas, entre outros. Assim, por meio dessas ações dos trabalhadores, podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão.

O MST aparece como um representante das lutas entre as classes influentes e os que não possuem terra. Suas finalidades fundamentais são a terra, a reforma agrária e a transformação social. Essas finalidades guiam suas ações. Para Castro (2009, p. 20), “as questões e os conflitos de méritos aparecem das afinidades sociais e se territorializam, quer dizer, concretizam-se em diferenças dentre esses grupos e classes sociais para estabelecer o território de modo mais apropriado aos objetivos de cada um, isso é, da maneira mais apropriada aos seus interesses.”

Ao focalizar a contestação entre o exemplo de agricultura sustentável fundamentada na agroecologia, agroindústrias, políticas de financiamento, a partir de cada fato defendida pelo MST e o exemplo de aumento capitalista para o campo por meio do agronegócio, resolvemos o modelo de agricultura como parte do território foco de disputa de poder, de tal maneira no que se menciona à terra como ao que se produz nela e, especialmente, o desígnio dessa produção. “O território [...] é necessariamente um espaço definitivo e demarcado por e a partir de relações de poder” (MARTINS, 1997, p. 20).

Para Fernandes (2001):

Uma importante condição para o avanço da luta pela terra é a organicidade dos movimentos sociais. Esta é representada pela interação entre as distintas atividades do movimento social e pela expressão do acúmulo de forças, na espacialização e territorialização. Ao consolidar um assentamento, o MST se territorializa, constrói um território na terra que antes estava sob o controle capitalista e passa a desenvolver atividades produtivas diferenciadas das que vinham sendo realizadas, dando significado diferente ao uso social da terra.

(FERNANDES, 2001, p. 81-82)

Um assentamento pode ser caracterizado, segundo Stédile e Sérgio (1993, p. 84), da seguinte maneira:

O assentamento é um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. Os assentamentos organizados a partir da luta do Movimento dos Sem Terra procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, para garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra. Ao analisar o assentamento enquanto um espaço de produção e reprodução da vida é preciso compreender que ele não está isolado do conjunto da sociedade e, por isso, exerce e recebe influência do modo de produção predominante, cada território possui seus próprios códigos, suas representações e também suas fronteiras. (STÉDILE; SÉRGIO, 1993, p. 84)

Dessa maneira, o assentamento do MST é concorrido permanentemente dentre os exemplos de ampliação do campo, ou melhor, a debate em meio aos assentados e o agronegócio, instituindo seus domínios e autoridades nessa jurisdição em um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Portanto, a luta dos Sem Terra com o agronegócio, ao aproximar-se do assentamento, suporta adulterações devido ao caso de que o fato em que os indivíduos ficam sendo inseridos e desiguais do tempo em que permanecem acampados. Assim como assentadas, as famílias devem produzir e comercializar seus produtos a fim de ter renda e garantir o sustento.

Entender a composição do campo, nos tempos modernos, é de suma importância para a concepção de quais são os atores e quais atos cada grupo é capaz de desenvolver, bem como qual projeto está sendo elaborado. Um fato é que os advogados da agricultura capitalista estão mais retornados à produção para atender ao mercado externo, enquanto os camponeses buscam mais a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento dos mercados locais e/ou regionais. Portanto, para compreender as disputas territoriais, é preciso compreender esses debates paradigmáticos que buscam explicar a questão agrária brasileira e seu desenvolvimento, assim como os atores sociais no campo que, em ação conflitiva, questionam o controle de um apontado território e, para essa apreciação, é extraordinária entender, ainda, esse sujeito social e político chamado Sem Terra (HEREDIA, PALMEIRA; LEITE, 2010).

O MST é, portanto, um movimento social que tem como seus principais desígnios a terra, a reforma agrária e a modificação social, assim como, seus desígnios podem ser analisados de curto, médio e longo prazo para serem praticados. A guerra pela terra é respeitada como uma luta econômica e imediata, pois quem vai para um acampamento

batalhar por terra, em comum, procura decidir um problema de resolução econômica. O problema de geração de renda faz com que vários mentalizem na constituição do assentamento a solução para esse problema. Deste modo, a guerra pela terra “determinaria” os problemas econômicos e imediatos das famílias sem-terra.

Entrando o século XXI, os movimentos sociais no campo continuam em ação e a conhecimento popular, nas cidades, representa em face da globalização, até mesmo através das Organizações não governamentais (ONGs). As ONGs se expõem como novos formatos de obstinação que suprem os movimentos sociais, são grupos de cidadãos que se estabelecem na alegação de direitos, com código jurídico de institutos privadas sem fins lucrativos. Seu objetivo essencial é a reconstrução da vida social. Uma ONG se resolve por sua vocação política, por sua probabilidade política: um instituto sem fins de lucro cujo objetivo essencial é aumentar uma sociedade democrática, deste modo, uma sociedade estabelecida nos valores da democracia – liberdade, igualdade, desigualdade, conhecimento e solidariedade. As ONGs são comissões da cidadania e apareceram para ajudar a erguer a sociedade democrática com que sonhamos (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010).

Os movimentos sociais do campo, através de ações coletivas, como as ocupações de terras, designam ações políticos. Portanto, não é somente o movimento o único envolvido pelo desejo de efetivação da reforma agrária, a sociedade civil ainda é inserida, mesmo que passivamente, por meio da mídia, quando noticia a situação dessas famílias em processo de conquista da terra, e de maneira concomitante ocorre ainda a criminalização desses movimentos. O Estado, diversas vezes, continua indiferente perante as dificuldades encaradas pelo sem-terra no método de aquisição da terra. Isso fica evidente quando analisamos a morosidade com que são administrados os processos de desapropriação de uma fazenda e a burocracia que são obrigados a enfrentar.

A modernização da agricultura agenciou, de modo simultâneo, o aumento de inúmeros núcleos urbanos. As dificuldades convividas pela maioria da população urbana excitam o ingresso de vários em um movimento de guerra pela terra, na expectativa de erguer uma vida digna, em que, por meio do direito ao pedaço de terra, encontram a oportunidade de conseguir tal intento. Em meio a essas confusões e diferenças, aparecem os movimentos de guerra pela terra, com o fundamental objetivo de não submeter a vida de suas famílias a condições subumanas de experiência. Compreendendo que há muita terra na mão de poucos, nada mais justo que aconteça uma democratização do ingresso à terra. De maneira geral, essas pessoas vivem nas periferias das cidades, em favelas, gerando revolta, pois as transformações ocorridas no campo os expulsaram, e agora vivem nessas condições de subalternidade. Em

consequência, surge o movimento reunindo pessoas que residem na área urbana, embora muitos deles tenham possuído ou possuam uma relação com o meio rural.

Uma estrutura agrária menos centralizada, adequada distribuição das terras e melhores condições de vida e trabalho. Esse tem sido, historicamente, o objetivo e em consequência passa-se a existir o movimento associando pessoas que residem na área urbana, embora muitos deles tenham possuído ou possuam uma relação com o meio rural. O processo das lutas camponesas no Brasil, que têm como justificativa fundamental a conquista do direito à terra de trabalho. De um lado, está o camponês, sem o lugar de cultivar e reproduzir seus modos de vida e trabalho junto à família, e do outro, os grandes proprietários, representando o agronegócio que concentra a terra e controla a produção, fazendo da terra uma mercadoria, e não a fonte de reprodução da vida humana.

Como visto, os movimentos sociais são de máxima relevância para a formação da sociedade atual. Considerando de maior importância para esta pesquisa lembrar tais movimentos sociais, como norteadores dos direitos conquistados pela população do campo, tratamos, a partir de agora, mais especificamente da análise dos assentamentos como expressão de resistência da luta pela terra.

3.2. Os assentamentos como expressão da resistência no Estado de Goiás

Hoje em dia, os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiás (área de jurisdição do INCRA/ Goiás), designados entre outubro de 1986 e dezembro de 2014, resume o número de 300, com mais de 13.218 famílias assentadas, numa área total de 706.477 hectares¹ (números recentes em maio de 2015). São experiências econômicas, sociais, culturais e organizacionais que vêm se desenvolvendo há 20 anos. São, antes de tudo, experiências onde os camponeses conseguem, com seu trabalho e de sua família, uma vida digna.

Os assentamentos no Brasil e no estado de Goiás são resultado das disputas territoriais envolvendo os capitalistas (ou do mesmo modo, meramente, proprietários fundiários, no caso de latifundiários) das amplas propriedades e os camponeses, e fazem parte da vida agrária brasileira, anunciando sua mais direta conflitualidade (FERNANDES, 2008). Na época, o capital no campo é concebido especialmente pelo sistema do agronegócio, que, embora abranja o capitalista do campo, submerge empresas e capitalistas internacionais,

¹ <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>

entretanto, os subsídios tradicionais como grileiros e latifundiários ficam em algumas regiões do país.

O discurso atual dos capitalistas do campo, é que as diferenças por terra não competem mais no cenário de integração da agricultura moderna brasileira e, dessa maneira, a reforma agrária significaria um atraso nas conquistas do agronegócio e da agricultura como um todo. Dessa forma, pertenceria ao trabalhador rural ou pequeno agricultor se acionar a essa tendência para fazer o Brasil prosseguir, sendo que a figura do camponês precisa ser extinta e adotada a figura do agricultor familiar, como observaremos com mais detalhes adiante nas discussões paradigmáticas. Essa é uma das visões na crítica da questão agrária brasileira, especialmente a que é exposta pelos defensores da agricultura capitalista moderna ou agronegócio e fazem parte do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (FERNANDES, 2008).

O desenvolvimento agrário do território que envolve o estado de Goiás é caracterizado por um processo conflitivo de debate territorial entre posseiros e latifundiários. Um marco admirável foi o período aurífero, significando que, após sua queda, continuou a pecuária extensiva, cooperando para fundar o apoio e a estruturação da sociedade goiana, que tem na figura do fazendeiro o meio político, econômico e social. Devido à ampla disponibilidade de terra, primeiramente, o fazendeiro convivia em sintonia com os camponeses, agregados ou trabalhadores em suas qualidades ou em torno desta, pois a criação de gado “solto” determinava poucas pessoas para o cuidado diário, e esses que gravitavam em volta ou até mesmo dentro das fazendas ajustavam mão de obra disponível sempre que indispensável.

No século XX, há uma nova irrupção de pessoas ao interior do Brasil e Goiás permanecia na rota migratória. Com o conflito da economia cafeeira, aparece uma massa de pessoas sem trabalho e sem-terra. Para receber a essa demanda, o governo federal emprega a “marcha para o oeste” concretizando colônias agrícolas e incentivando a abertura das fronteiras agrícolas.

Contudo, com obras de aquisição na infraestrutura e de integração nacional, a partir do século XX, a convivência entre fazendeiros e camponeses, signifiquem os posseiros, trabalhadores rurais, agregados, meeiros ou arrendatários começam a ser acirradas; entra em cena a figura do grileiro de terras, seja ele um fazendeiro da região ou de diferente localidade, ou ainda um grupo de pessoas ou empresas que passam a se adaptar das melhores terras e, sendo assim, confrontar com os camponeses que nelas permaneciam; contudo, começa um novo processo de colonização do território goiano. O “acordo mútuo” no campo acontece a

não mais permanecer. Ingressam em cena as confusões entre os que têm a posse da terra e os que trabalham nela provocando o autoconsumo e fornecimento dos mercados locais e/ou regionais (camponeses) contra os que anseiam a propriedade particular da terra para a especulação ou maneira de poder e status (latifundiários grileiros) (FERNANDES, 2008).

Camponeses e latifundiários começam a se estabelecer e proteger suas terras do outro grupo. A aliança latifundiária estabelece suas milícias preparadas para defender a propriedade particular e contam com ajuda do Estado e seu aparato que regularizam as terras ocupadas, além de interferir com a polícia para avaliar a propriedade privada e criminalizam os atos dos camponeses. Constrangidos e pressionados, os camponeses se constituem em associações e ao seu lado têm as igrejas progressistas, mais na figura da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é designada a partir de 1975, sindicatos e/ou agitações ligadas à luta pela terra e partidos políticos para auxiliar na organização das famílias, a fim de lutar em suas terras ou de organizar as famílias para resistir pela reforma agrária (SILVA, 2003).

O ponto essencial para entender a formação agrária de Goiás, no início da colonização, são os bandeirantes que entram para o interior do país em procura de índios e de riquezas prováveis de serem comercializadas. As lutas dos grupos indígenas com os colonos começam a luta pela terra em nosso Estado (SILVA, 2003, p. 13). Conforme Sauer (2010, p. 48):

A importância do Estado de Goiás nos conflitos agrários não se restringe à história recente, quando fez parte, nas décadas de 1970 e 1980, da chamada fronteira agrícola. Os movimentos de resistência aos processos de expropriação e exploração das populações rurais remontam aos tempos das incursões dos bandeirantes pelo interior do país.

Sobre o direito ou propriedade da terra, a publicação da Lei nº 601, de 1850 – a Lei de Terras – apresentou pouco efeito na vida agrária de Goiás como as políticas de terras adotadas no estado:

A política de terras [...] apresentou poucos efeitos práticos durante todo o período imperial. Na região predominava a posse, sendo considerada quase um título de propriedade, pois essa, muitas vezes, poderia ser legitimada. (FERREIRA; MENDES, 2009, p. 12)

Ainda que serem consideradas “baratas”, as terras goianas não determinavam muito a aquisição legal, o que mais tarde acabava sendo efetivado devido às lacunas na lei de regularização fundiária. Os gastos com a medição para a legalização próxima das terras eram altos e isso fazia o preço final acabar permanecendo alto. “A Lei de Terras topou na realidade socioeconômica de Goiás. Destinados à pecuária extensiva, os fazendeiros goianos não

apresentavam estímulo para regularizar suas terras” (ESTEVAM, 1997, p. 46).

Os camponeses, no que lhe diz respeito, tinham mais preocupação com a posse, e não com a propriedade jurídica da terra. A posse já era um unívoco de segurança da propriedade. Portanto, a Lei de Terras se fundamentou com pilar para o agrupamento da terra nas mãos de poucos e a “legitimidade” para as confusões agrárias e a expulsão dos camponeses de suas terras.

Os camponeses quase sempre ignoravam os avisos para a legalização de suas terras, de maneira que diversas pessoas aperfeiçoavam se tornando proprietárias legais dessas terras camponesas, especialmente grandes fazendeiros. Ainda que essas terras camponesas já estivessem sendo exploradas e habitadas pelas famílias, como não pleiteavam sua legalização e não se opunham legalmente à apropriação de outros, acabavam sendo expulsas.

Dessa forma, a Lei de Terras foi importante para a manutenção da estrutura agrária em Goiás baseada no latifúndio, como descrevem Ferreira e Mendes (2009). A política de terras em Goiás beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, havia obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras, efetivada a partir do maior lance, prejudicou aqueles que já cultivavam a terra – os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da Lei de Terras evitaram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em comum o morador e o adjunto. Em decorrência, acentuou o aumento de um modelo concentracionista da propriedade fundiária, acertado na pecuária extensiva (FERREIRA; MENDES, 2009).

A inclusão da agropecuária goiana no ciclo comercial inter-regional e intrarregional, a partir do progresso dos meios de transporte e políticas agrícolas, não foi bom para as transformações na composição agrária vigorante. Deste modo, a maior parte dos camponeses desconhecia as ações de legalização da propriedade da terra, seja por não saber ler os editais colados em locais públicos, portanto, pouco visitados pelos mesmos, ou pela própria detenção de informação por parte dos latifundiários que apontavam a incorporação daquela terra à sua propriedade. Essas famílias que perdiam o direito a sua terra migravam para outras localidades onde mesmo nenhuma pessoa tinha reivindicado a terra juridicamente ou permaneciam e trabalhavam para o proprietário, agora legal, da terra (FERREIRA; MENDES, 2009).

Um capítulo original da história agrícola de Goiás se dá com a edificação da estrada de ferro que prenderia o triângulo mineiro, mais exatamente, Araguari a Anápolis. A estrada de ferro apresentava consigo a valorização das terras em sua proximidade, estabelecendo um alto preço aos camponeses da região. Ainda que existisse um clima de harmonia, primeiramente, o reconhecimento das terras na região abriu os olhos e o interesse dos fazendeiros de Goiás e de

diferentes localidades. Contudo, começam as disputas pelas terras que, em sua maior parte, eram apontadas dentro da legalidade jurídica. Isso não significa dizer que os conflitos pela terra não existiam, pelo contrário, o fato de procurarem decidir os conflitos dentro da legalidade jurídica da propriedade particular da terra fazia com que os latifundiários e/ou os grileiros usassem da composição do Estado em sua benfeitoria, subordinando os camponeses a eles. A edificação da ferrovia era a sequência dos trilhos que unia Campinas (SP) a Araguari (MG), e ficaria estendida até Anápolis (GO). A primeira parte acompanhou em ritmo acelerado, mas interrompeu às margens do rio Corumbá para a construção da ponte sobre o mesmo. Segundo Estevam (1997, p. 63), a fundação da estrada de ferro em Goiás acertou-se por fases. Na primeira – até 1914 –, os trilhos progrediram 233 quilômetros, tendo como partida de Araguari (MG) até Roncador (GO), trecho arquitetado em um período relativamente curto. Os trilhos permaneceram parados em Roncador até 1922 – para edificação de uma ponte sobre o rio Corumbá –, quando começou a segunda fase, dessa cometida, de maneira demorada e irregular. Na sua prorrogação, a ferrovia chegou Anápolis (1935), concluindo 387 quilômetros de extensão. Apenas em 1950 introduziu um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia. Depois do seu termino, a ferrovia apresentou sua vantagem para o transporte de passageiros e de cargas para dinamizar o comércio e a circulação de pessoas dentre as cidades (FERREIRA; MENDES, 2009).

Contudo, não foi muito usado para o transporte de gado, fundamental era produto da economia goiana. Determinados fatores sobrecarregavam para que os fazendeiros escolhessem pelos caminhos boiadeiros como, por exemplo, os animais estarem sem água ou comida, visto como a ferrovia competia com a função de interligar diversos municípios e isso fazia a viagem atrasar muito, sem ter como tratar dos animais em viagem, ou ainda a carência de vagões esperados ao escoamento do gado em ampla quantidade. A ferrovia colaborou para trazer o marco do “progresso” e do “desenvolvimento” ao território goiano, ou pelo menos em partes, sendo assim, a ferrovia carregava passageiros e alguns produtos para carregar o comércio local e regional (FERREIRA; MENDES, 2009).

A Marcha para o Oeste colaborou para determinar dois problemas principais da economia brasileira: submergir os excessivos populacionais autorizados pela decadência da cafeicultura, desde a superação das semelhanças de troca entre o velho campo e a nova economia urbana, e requerer o aumento de uma frente agrícola comercial interna apropriada para fornecer produtos alimentícios mais em conta para os centros urbanos emergentes. Essa política obedeceu ao período de 1943 a 1953, contestando por uma atuação regional mais complicada, como a criação de Goiânia e das colônias agrícolas de Goiás (PIRES, 2009).

Com esse cenário moderno aparecendo e a relação do centro sul goiano, em específico, com os polos industrializados ou em industrialização, “o caminho esquematizado pela elite influente em Goiás foi nutrir a estrutura fundiária intocada e prosseguir no processo de modernização das explorações agrícolas” (PIRES, 2009, p. 82).

A Marcha para o Oeste era para solidificar o povoamento no interior do país e aliviar as crises viventes em diferentes regiões do Brasil, segundo Pessoa (1997, p. 36-37):

[...] as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto a criação de colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a concentração de conflitos sócias já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes. (PESSOA, 1997, p. 36-37)

Compreende-se que, aqui, existe uma contraversão ao que ocorrera logo após sequência, no início da década de 1960 e 1970, assim como se exclui a população do campo rumo à cidade e, dessa maneira, acentuam-se as confusões agrárias pela terra e a adaptação das amplas propriedades de terra. Lógico que nesse tempo da história, de estimular o povoamento no interior do país, está em jogo ainda o “desbravamento” da terra, ou seja, a maneira do trabalho da família camponesa em desmatar e formar lavouras e, principalmente, pastos no território goiano, “amansando” a terra bruta para, futuramente, ser acomodada por grileiros (PIRES, 2009).

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi uma das oito colônias agrícolas designadas pelo governo federal no Brasil para originar a produção de alimentos baratos aos centros urbanos e a concretização da Marcha para o Oeste. Em Goiás, a primeira área a ser destinada para a instalação da colônia foi na região do chamado “Mato Grosso de Goiás” ou vale do São Patrício (SILVA, 2003).

A localidade para a colônia agrícola passou a ser popular como Ceres, que estava próxima de Anápolis e de Goiânia, com alta densidade demográfica no estado. Segundo Estevam (1997, p. 91), a mola propulsora de encanto para Ceres foi a promessa de terra de graça garantida pelo governo federal. Nesse jeito, a CANG apresentou o sentido de “terra prometida” para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro.

Para Silva (2003),

A ideia de povoar o interior de Goiás levou o governo federal a organizar, na região do Vale do São Patrício, hoje município de Ceres, a primeira colônia agrícola de nosso país. Ali seriam distribuídas terras para as pessoas que tivessem disposição de fazer desenvolver a região e preencher os espaços vazios. As pessoas chegavam para trabalhar na CANG e adquirir suas terras, mas nem todas podiam ter acesso à terra. (SILVA, 2003, p. 32)

O interventor nomeado para a organização da colônia realizava uma seleção das pessoas que poderiam ou não ser contempladas com a terra, fazendo o rio das Almas ser um obstáculo natural para aqueles que não eram bem-vindos. Conforme Silva (2003):

O governo estadual na figura de seu interventor Pedro Ludovico Teixeira doou terras de mata no Vale do São Patrício para a realização da colônia agrícola nomeando Bernardo Sayão como seu administrador e engenheiro que buscou qualificar as famílias que receberiam a concessão das terras impedindo, assim, aqueles que julgasse desapropriadas para habitar o local. A barreira natural passa a ser o Rio das Almas, onde as pessoas não desejadas na colônia passaram a se aglutinar e formar hoje o que é o município de Rialma. Este agrupamento de pessoas trouxe várias consequências para a questão agrária da localidade a ser implementada. (SILVA, 2003, p. 34)

As terras doadas eram de matas grosseiras e, por isso, precisaria ser resguardada parte dessas, tanto da fauna como da flora, o que, na técnica, não ocorreu. Como parte dos estrangeiros vinham de Minas Gerais, esses lavravam a metodologia de plantio com a demolição da mata e a sua queimada em seguida. Inicialmente, apesar das adversidades, a colônia tornou-se muito produtiva, tendo destaque para a produção de arroz, feijão e milho.

No entanto, a partir de 1950, inicia-se uma desestruturação, conforme descreve Estevam (1997):

[...] a colônia entrou em sério processo de desarticulação dado que o esquema especulativo de comercialização prejudicava os pequenos proprietários. O capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos para sustentação do ciclo produtivo, a subordinarem-se aos fornecedores de crédito e comerciantes - principalmente de Anápolis - comprometendo o rendimento excedente das colheitas. (ESTEVAM, 1997, p. 92)

Os camponeses iniciaram um movimento para resistirem às investidas do capital mercantil e continuarem produzindo e comercializando seus produtos, além de terem garantia da posse da terra, mas não obtiveram sucesso, e o resultado desse impasse é que ocorrem os primeiros confrontos no campo de forma mais organizada. Segundo Estevam (1997, p. 92), como ofensivo, a valorização de terras a igualdade ocorreu a diversos conflitos envolvendo colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros na região. O movimento recebeu fôlego espalhando-se por boa parte do território goiano no começo da década de 1950, dando espaço a diversos confrontos. Alguns receberam popularidade nacional, como o de Trombas – no médio-norte goiano – aonde, ainda que os posseiros ostentassem títulos ministrados pelo governo, suportaram várias tentativas de expulsão.

No fim da década de 1950 e começo de 1960, o norte de Goiás era apontado por uma série de confusões agrárias abrangendo posseiros e grileiros em efeito da especulação imobiliária provocada pelo conflito da mudança da capital federal para o estado e da construção da rodovia BR 14, que conectava Brasília a Belém, deslocando pelo norte de Goiás, região que do mesmo modo essas ações administradas pelo governo brasileiro e do Estado tinha um inerte potencial econômico, assim como não era cortado por estradas, o que atrapalhava a saída da produção que ali aumentasse, portanto, as terras do norte goiano tinham um valor pequeno de mercado. Entretanto, essa série de investimentos na região, até então, pouco atrativa aos agentes do capital, despertou o interesse deles, pela possibilidade que se anunciava de se criar um mercado de terras. Acontece que muitas das terras ficavam restituídas e se entendiam ocupadas por posseiros que para lá apossaram anos antes, encantados pela probabilidade de ocupar uma terra devido à intensa publicidade efetivada pelo governo do Estado com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). (SILVA, 2003).

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, criada no ano de 1941 na cidade de Ceres, situada no médio-norte do estado, fazia parte da política varguista da Marcha para o Oeste, que tinha como objetivo integrar as regiões mais isoladas do território nacional, como era o caso do norte goiano, às áreas mais industrializadas do país, no afã de constituir uma produção voltada ao mercado e que apoiasse o desenvolvimento da indústria. Um objetivo diferente nessa política era de garantir a proteção do território nacional com a posse das terras da União, por meio desses projetos de colonização situados na pequena propriedade fundiária. Deste modo, o governo de Goiás concretizou uma intensa campanha, propagandeando, por meio do rádio, a probabilidade de se tomar pequenas porções de terras na CANG, o que convidou uma enorme quantidade de camponeses do sul do estado, de Minas Gerais e do nordeste do Brasil, instigados pela esperança de ter o seu tão sonhado pedaço de terra (SILVA, 2003).

Apesar disso, ainda de toda a publicidade efetivada pelo governo goiano sobre a facilidade de obter terras na CANG, quando os camponeses chegaram à colônia agrícola. Achavam uma realidade distante do que se noticiava nas propagandas do governo, pois o ingresso à terra era restrito, já que existia uma ampla demanda em relação à oferta de lotes, bem como uma série de requisições burocráticas, as verbas do governo federal eram poupadas, não tinha estradas de rodagem para escoar a produção e, resumindo a essas questões, tinha ainda venda, passagem e permutas de lotes, trazendo, portanto, o surgimento de amplos latifúndios (SAMPAIO, 2003, p. 38). Bem como a criação da CANG aumentou as

terras na região, seduzindo uma série de investidores que procuravam investir em seu potencial devido à especulação fundiária resultante da criação desse projeto de colonização.

Frente a essas adversidades e ao acesso a terra os camponeses foram se movendo para o norte do estado porque nessa parte do estado tinha muitas terras devolutas, tendo assim terra em abundância ou seja “terras livres”. Isso se deveu à dificuldade de conseguir uma gleba em Ceres e à facilidade de se apossar de terras mais ao norte de Goiás e como essas notícias circulavam no universo camponês, pois elas se espalhavam através de uma rede de comunicações que funcionava da seguinte forma: um membro da família, normalmente o patriarca, ia à região para conhecer a realidade e, vendo a facilidade de se adquirir uma posse, voltava para sua terra para buscar sua família e informava seus parentes e amigos sobre a facilidade de se tornar posseiro no norte de Goiás. Esse fenômeno levou um grande número de pequenos proprietários a fixarem várias posses na região do médio-norte e norte de Goiás.

Conforme Maia (2008, p. 74-75):

A indicação de que o norte de Goiás era uma região repleta de terras devolutas e de fácil acesso, e inclusive estimulada pelos próprios dirigentes da CANG e pelo governo goiano, nos permite concluir de que essas terras eram livres para a ocupação e que a propriedade fundiária na região era assentada quase que exclusivamente no uso, já que desde que entrou em vigor a Lei de Terras de 1850, qualquer gleba que não tivesse uma ocupação privada seria declarada devoluta e passaria ao domínio do Estado só podendo ser adquirida, através da compra.

Assim, nesse momento, o governo de Goiás não criava obstáculos para a ocupação dessas “terras livres” no norte do estado por posseiros, e nem estes se deparavam com a sanha de grileiros e grandes proprietários de terras.

No começo de 1960, as Ligas aceitam sua atuação local, o Nordeste, para aumentar o movimento a nível nacional. Conforme Moraes (2006), um dos administradores do movimento, as Ligas tinham atuação em 13 estados do Brasil naquele período. Acontece que a rápida expansão das ligas para outros estados não foi acompanhada diretamente pelo núcleo dirigente do movimento do Nordeste, foi se reproduzindo de forma mais espontânea. Até mesmo a compreensão do movimento de uma possibilidade iminente de um golpe de militar fazia com que a necessidade de expandir as Ligas Camponesas fosse rápida.

Em Goiás, as principais notícias veiculadas sobre as Ligas Camponesas aconteceram no mês de maio de 1961, no Diário do Oeste, e a reportagem falava que afirmações oriundas de Recife asseguravam que as Ligas iam ampliar sua atuação a Goiás, a promoção de vários institutos goianos. E os boatos pareciam se admitir, uma vez que, em julho de 1961, as notícias de que as primeiras Ligas Camponesas tinham nascido em Goiás em resultado da

disputa de terras em Goianésia, na fazenda São Carlos, foi divulgado pelo Diário do Oeste:

“Ontem chegavam dados ao DIÁRIO DO OESTE oferecendo ciência de que os mensageiros de Francisco Julião, idealizador das Ligas Camponesas do Nordeste, estão mantendo relação com as comunidades do estado, mirando à instituição das principais Ligas congêneres em Goiás. A primeira a se modificar em Liga Camponesa de fato foi a Liga dos Lavradores do Vale do São Patrício, onde os camponeses conviviam em diferença com fazendeiros da zona. As Ligas se ramificaram, ainda, dentre as comunidades rurais as zonas de Formoso, de Porangatu e de Uruaçu” (DIÁRIO DO OESTE, 1961, p. 1).

Convém elucidar que a atuação das Ligas ocorreu em áreas onde há um intenso conflito de posseiros e grileiros, como, por exemplo, a região de Porangatu, cenário de uma grande disputa envolvendo posseiros e grileiros.

Os rumores de um emissário de Francisco Julião, em Goiás, também repercutiram no Diário da Tarde, pois estaria em Goiânia um representante do deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que estaria tratando de entrar em contato com camponeses goianos para que fossem levados a cabo movimentos de libertações iguais aos surgidos em Pernambuco. Fontes não oficiais, ligadas à chefia de polícia do Distrito Federal, deram conta de que o Sr. Rivadávia Xavier Nunes, Secretário de Segurança Pública, teria recebido ofício da Polícia Federal, instruindo-o a prender o representante de Julião (DIÁRIO DA TARDE, 1961).

Essa reportagem permite inferir que houve toda uma preparação por parte das Ligas para ir para Goiás, como também uma expectativa de seus membros quanto à mobilização camponesa nesse estado. Isso pode ser explicado por dois fatores. Primeiro porque os integrantes das Ligas tinham conhecimento de toda a agitação social no campo em Goiás, pois a disputa pela terra em Trombas e em Formosa de Goiás ganhou destaque nacional, com os posseiros conseguindo o direito à terra por meio da resistência armada contra grileiros e a polícia. Segundo porque, através dos contatos estabelecidos nesse estado, os militantes das Ligas puderam mapear as regiões onde havia maior conflito envolvendo a luta pela terra.

Possivelmente, a vinda desse emissário tenha sido mesmo verdade, porque, no início de junho, foi fundada a Liga Camponesa do Vale do São Patrício, como mostra a reportagem a seguir:

Na operação levada a efeito na última semana, pela Polícia Militar, no município de Goianésia, foram apreendidos os Estatutos da primeira liga camponesa do estado de Goiás, fundada em 1º de junho do corrente ano sob a denominação de Liga dos Camponeses do Vale do São Patrício.

O documento que se encontrava em poder do lavrador Elias Francisco Bento, juntamente com a relação de nomes de todos os associados, discrimina todas as atribuições da liga, que tem atividade nos municípios de Goianésia, Barro Alto, Ceres, Rialma, Carmo do Rio Verde, Rianópolis e Rubiataba. A sede provisória da entidade, segundo consta de vários depoimentos tomados pela polícia em Goianésia, é na rua Bernardo Sayão, n. 10, na residência de um japonês chamado Fugiok.

As atribuições da Liga, conforme apurou a reportagem, que palestrou com vários de seus associados prêso pela polícia, são dentre outras, representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses individuais dos associados bem como os coletivos; defesa da legislação agrária; criação de cooperativas de consumo, de produção e de créditos, solidariedade de classes, manter serviços de assistência judiciária; manter escolas técnico – profissionais. (DIÁRIO DA TARDE, 1961, p. 3)

A alternativa por estabelecer uma Liga Camponesa na região pode ser esclarecida pelo seguinte ponto: à medida que as confusões de terra em Goiás ficaram se acirradas, e os grupos sociais que adentravam de forma apropriada nos movimentos sociais no campo eram contra à batalha armada e sugeriam um comportamento dentro dos marcos institucional, as ligas radicalizavam suas propostas e protegiam e amparavam ações mais radicais.

Contudo, referente aos conflitos de terras em Goiás, vale lembrar, em linhas gerais, que a chamada política agrária do então governo Mauro Borges tinha como desígnio atenuar os conflitos fundiários onde se passou uma década de conflito e apresentou como maneira de acalmar os camponeses.

A concretização da primeira exigia uma reformulação intensa no próprio aparelho de Estado, com vistas a dotá-lo de eficácia na implementação de medidas propostas à mecanização da agricultura em Goiás. Essa premissa está atualizada em todos os planos e ações estatais estabelecidos nos quatro anos do governo Mauro Borges. Tudo que à ordem dos conflitos de terra, ficaram estabelecidas políticas de colonização e assistência técnica ao rurícola goiano de maneira para prepará-lo para o manejo das técnicas novas de cultivo reguladas pelo modo de modernos insumos. Pertenceria ao pobre do campo admitir papel de contribuinte dos projetos executados pelas agências estatais goianas designadas para explorarem a reformulação do agronegócio no estado (SILVA, 2003).

A síntese estabelecida por essa visão, conquistada por vários canais de divulgação estatais, desarticulava a questão reivindicada pelos setores públicos rurais da precisão urgente de uma reformulação fundiária para o âmbito da atualização agrícola (SILVA, 1981), fazendo crer que o problema do agricultor pobre goiano não habitava na existência de uma estrutura agrária que beneficiava a ampla propriedade latifundiária, mas na carência de instrumentos que viabilizassem o uso apropriado do solo e o aumento da produtividade.

Assim como as políticas públicas do governo Mauro Borges se mencionam espontaneamente à questão do acesso à terra, a solução oferecida em face da ampla pressão pelo apossamento e dos conflitos que dela procedem no período é a da ocupação orientada mediante criação de espaços de cultivo materializados nos planos de núcleos coloniais. Conhecendo a vivência de quantidade ampla de terras públicas sujeitas às mais diversas formas de ocupação, o estado sugeria ordenar o acesso à terra com a criação de núcleos coloniais propostos a receber trabalhadores rurais sem-terra de todas as regiões de Goiás (TEIXEIRA, 1965).

A consideração do direito à terra aos pobres do campo diminuía aos posseiros de extensa data em áreas de ocupação já estabilizadas através de inúmeras batalhas pela conservação na terra. São populares por argumentos seguidos por Mauro Borges em suas falas quanto à atitude como seu governo tratou do ponto das confusões de terra em Goiás: implantados em um conjunto homogêneo de manifestações revolucionárias e de movimentos que procuravam desestabilizar seus projetos de reformulação agrária, as manifestações de resistência e luta pela terra consideram como ações isoladas perpetradas por grupos estranhos à causa dos lavradores e que buscavam disseminar a desordem no meio rural com o desígnio de armar focos de agitação por todo o estado (TEIXEIRA, 1965).

Sendo assim, a preocupação do governo não consistiria em ser demonstrada bem como ocasionaria uma enorme repercussão no governo Mauro Borges, pois, os conflitos agrários ficariam mais forte no estado de Goiás onde poderia ser resolvido por meio de intermédios competentes, com a ação de uma reforma agrária onde procura entrar em acordo em meio os camponeses goianos com a produção industrial

Nessa concepção, a inquietação em evidenciar que seu governo precisaria ser reconhecido pela atuação enérgica no desbaratamento das agitações rurais aparecia não somente a desígnio do governo Mauro Borges em exhibir-se como exemplo de firmeza e postura positivamente ordeira em relação aos confusões agrárias. Ainda serviria de material promocional para comprovar que, em Goiás, a questão da terra conseguiria ser resolvida pela mediação competente do Estado, desde que respaldado por um plano de reforma agrária racional que procurava conciliar o bem-estar do lavrador goiano com a produtividade industrial.

Em meio a 1961 e 1964, no decorrer de todo o tempo que correspondeu ao governo Mauro Borges, aconteceram, em diversas regiões do estado, numerosos conflitos de terra dentre posseiros, pistoleiros – jagunços a mando de fazendeiros locais – e a força policial. Quaisquer não passaram de efêmeros confrontos, ficando mais na ameaça de enfrentamento

armado do que na efetiva refrega (ALMEIDA, 2010a).

Ao decorrer do tempo a ocasião de menos repercussão considera-se ser de extrema importância falar dos desdobramentos onde boa parte deles ficaram frustrados e tem a capacidade de serem abrangidos do acirramento de ações a respeito do questionamento de um pequeno grupo de camponeses, onde conheciam seus direitos procurando dessa forma ocupar terras de vasta propriedade sendo elas propriedades particulares ou devolutas.

No governo Mauro Borges arriscava se ampliar o trabalho por meio da propriedade na década de 1960 onde a força principal de trabalho vinha do cultivo com a terra tornando-se deste modo, a ser geradora de emprego e renda no campo.

Durante o período de menos repercussão e de suma importância falar dos desdobramentos onde boa parte deles foram frustrados e podem ser compreendidos do acirramento de iniciativas sobre questionamento de um pequeno grupo de camponeses, onde tinha o conhecimento de seus direitos podendo assim ocupar terras de extensa propriedade sendo elas propriedades particulares ou devolutas.

O primeiro conflito de terras acontecido durante o governo Mauro Borges que foi capaz de constatar deu-se no município de Goianésia, na Fazenda São Carlos, em julho de 1961. Um essencial de cem homens remetidos de Goiânia ajeitava a tropa da polícia militar chefiada pelo major Antonio Bonfim Rodrigues dos Santos, juntando-se a destacamentos policiais de Goianésia na incumbência de eliminar grupos de invasores da Fazenda São Carlos a pedido do fazendeiro, proprietário das terras fazer crítica pelos posseiros (ALMEIDA, 2010b).

De princípio os conflitos que abrangia as terras da mencionada fazenda aconteceu pelo menos 3 anos antes. Nessa ocasião, teriam advindo os primeiros enfrentamentos entre posseiros e pistoleiros contratados pelo fazendeiro. O proprietário da São Carlos – antiga área de plantação de café que, desde a década de 1920, era à sua família, no entanto que, em 1961, encontrava-se em declínio por motivo do abandono de grande parte do cultivo do cafezal – morava em São Paulo, onde sustentava fazenda de cana-de-açúcar, e só de vez em quando permanecia em Goiás para cuidar da São Carlos. Não obstante disso, a fazenda contava com a constante vigilância de cerca de 30 a 40 homens armados, mais as poucas famílias de colonos que trabalhavam em parte do cafezal (ALMEIDA, 2010a).

Segundo Relatório organizado pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, coronel José Joel Marcos, o proprietário da São Carlos, Sr. Marcos, em face do declínio das plantações cafeeiras da fazenda, teria determinado lotear as terras em pequenas granjas, trechos de matas, e assim vendê-las a pequenos agricultores organizados a explorá-las. Esse

teria sido, conforme relato o possível ensejo para desencadear uma nova onda de invasões, posto que um boato percorreu de que as terras da São Carlos estariam livres para ocupação, pois, o fazendeiro estaria parcelando e abrindo mão da propriedade (ALMEIDA, 2010a).

O panorama peculiar do norte goiano, ainda mais acirrado desde pelo menos na década de 1940 a 1970, era constituído pela crescente anexação de terras devolutas a áreas de domínio particular, em que tinha curso um procedimento de desenvolvimento do latifúndio que se fazia ao mesmo tempo, sem a diferença das instituições públicas e, via de regra, preparando de seu aparato legitimador local na hora de conseguir títulos de propriedade para extensões de maneira especial provenientes do procedimento de grilagem (VOLTOLINI, 2003).

A ação de coligar novas áreas aos domínios perante a aquisição conivente de títulos de propriedade tramados em cartórios locais encontrava com a presença, nas terras requisitadas, de centenas de famílias de posseiros existe muito constituídas por meio do procedimento de expulsão-migração-destocamento-apossamento-cultivo. Essa circunstância é intensa no caso dos conflitos de terra na Fazenda São Carlos, em Goianésia, nas regiões de Jussara e Diorama, e em Porangatu (VOLTOLINI, 2003).

Trata-se de confusão que expõem tentativas de grandes proprietários de terras de se desenvolver em cima de áreas cultivadas, através de apossamento, em regiões principalmente estimadas pela constituição de rodovias no decorrer da década de 1950 (ALMEIDA, 2010b).

É de extrema importância que seja abordado aqui a presença mais que expressiva do considerado invasor. As fontes incluídas produzem poucos elementos a seu respeito. A maneira pejorativa com que é referido está incluso tanto nas páginas de parte da imprensa quanto nas notas oficiais do governo. Agências estatais e imprensa representante de grandes importâncias de frações predominantes rurais e comerciais comunicavam conforme a noção de que o invasor não somente era um criminoso que atuava à margem da lei, posto que se apropriava de modo indevido tanto de terras públicas quanto das privadas, como do mesmo modo não competia à própria categoria que o posseiro. Tratava-se, assim, de um “aproveitador” e “usurpador” de terras de outrem (VOLTOLINI, 2003).

Em maio de 1963, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago) publicaria Comunicado onde distinção entre “posseiros” e “invasores” passou a ser definida e oficial: a fim de nortear e elucidar a apreciação pública, prevenindo-a contra notícias falaciosas, relacionadas à terra, e proporcionado, de modo sistemático para assimilação pelo público, uma consideração primária de diversos tipos humanos preocupados na terra.

1. Posseiro – é aquele que, por si ou preposto seu sustenta morado habitual, unificado

à cultura essencial, em uma gleba de terra. (cultura efetiva assinala-se pela existência de: quintal fechado e plantado, pastagem que contém curral ou lavoura aproveitada).

2. Invasor – é aquele que atravessa ou adota violenta ou de modo clandestino e a posse de um imóvel de campo privado ou público, quanto a este, a seguir de medido e demarcado. A criminalização do invasor contrapunha-o a importância, por parte do Estado, do “posseiro legítimo” (VOLTOLINI, 2003).

E aqui tem-se um ponto de suma importância. A legalidade atribuída ao “posseiro” estava incluída ao duplo morada habitual-cultura eficaz, distintivas que expediam a uma prática distinguida de definição e trabalho na terra, consagrados pelo costume, o que se podia atestar pela idade do apossamento e pelo cultivo efetivo da posse. Mais ainda, por terem os “posseiros” se apossado de terras devolutas, ou com maior ênfase, de terras que não pertenciam a nenhum domínio privado antes de demarcadas, não poderiam ser considerados como infringidores da lei, mesmo não possuindo título de propriedade, aspecto que historicamente o diferencia, no que tange à forma de apropriação da terra, dos “verdadeiros proprietários”. (VOLTOLINI, 2003)

Referente ao lavrador que não conseguia terra na década de 1960, o tratamento oferecido consistir em ser completamente caracterizado. Esse não tinha como entrar com recurso, aos olhos da lei, às noções de morada habitual e cultura efetivados como traços legitimadores da ocupação da terra em disputa. Na perspectiva do Idago, o invasor perdia, assim, a probabilidade de ser analisado “posseiro”, posto não ter como “comprovar” que morava há tempos na gleba disputada. Para consequências legais e de consideração estatal, a baliza de diferença entre “posseiros” e “invasores” se dava, deste modo, no antes e depois da demarcação das terras em litígio (VOLTOLINI, 2003).

A discriminação de terras sendo o camponês o invasor reforçava, então, a imagem de uma prática criminosa e passaria assim a ser intensificado como uma categoria social como ocupador de terras e passava uma prática criminosa podendo assim ser expulso de suas terras.

É conveniente seguirmos o trajeto histórico de significação conferido à acepção de posseiro em Goiás, em meio às décadas de 1940 e 1960. Se conferirmos o modo de se fazer referência aos posseiros entre fins dos anos 1940 e entrada da década de 1950, pela grande imprensa e agentes estatais, com a informação que decorre a figurar a partir dos primeiros anos da década seguinte, pode-se constatar uma transformação expressiva no status do termo “posseiro” e sua elevação da categoria de invasor. Por motivo da cobertura dada pela imprensa às grilagens de terra na região de Gurupi, em inícios de 1950, e especialmente no decorrer dos conflitos de terra em Trombas e Formoso, de maneira especial no período de

maior veemência dos confrontos, entre 1954 e 1956, não existe qualquer esforço na acepção de dissociar a imagem do posseiro pobre da de “usurpador” de terras alheias (VOLTOLINI, 2003).

Ao contrário, via de regra, o posseiro é descrito nas páginas de jornais como Folha de Goiás como aquele que invade terras reclamadas como domínio privado. Os atributos de moradia e trabalho não atenuam a caracterização, apenas dão contornos ainda mais urgentes às denúncias empreendidas pelo jornal no sentido de cobrar do governo do estado uma resposta enérgica contra aqueles que se apropriam indevidamente de terras particulares há longa data. Nesse sentido, invasor será tanto o posseiro que pega em armas para defender sua posse, quanto os agentes comunistas responsáveis por insuflá-los (VOLTOLINI, 2003).

Não por acaso determinadas modificações foram cometidas. Se, por um lado, como vimos, a aquisição de reconhecimento social do posseiro ocorria de seu caminho de lutas nas décadas antecedentes, por outro, a criminalização de novas práticas de apossamento procedia contraditoriamente desse mesmo conceito e da imediação de uma ampliação da luta pelo direito à terra no estado (VOLTOLINI, 2003). Não admira, destarte, o pronto atendimento às exigências de tropas policiais feitas por fazendeiros quando os conflitos de terras se tornavam culminantes.

Pelo que discutimos a partir dos episódios apresentados, podemos afirmar que a violência no estado de Goiás no início da década de 1960 esteve diretamente relacionada ao acirramento dos conflitos de terra na região. O que devemos lembrar, contudo, é que, no cerne das disputas, ficava não somente a terra, porém uma pluralidade de entendimentos do direito de assimilação. Essa dinâmica de formas distintas de apropriação engendraria confrontos diretos entre pequenos posseiros e fazendeiros pelo exercício.

Logo, na década de 1970 concebe a conjunção da aliança constituída em meio ao Estado e a classe predominante rural. É de suma importância ressaltar que o campo goiano está incluso no procedimento de atualização e desenvolvimento capitalista do cume da Revolução Verde na década de 1970.

Para Ferreira e Mendes (2009, p. 68):

A partir desse período, o Estado passa a interferir diretamente nas formas de organização da agricultura e na política agrícola, promovendo a modernização desse setor. Através da colonização agrícola nacional de Goiás, o projeto de colonização federal promoveu a interiorização de populações, ao mesmo tempo que criou valores econômicos para o mercado. Esse projeto respondia aos objetivos econômicos específicos, apresentando a solução dos problemas agrários nacionais como opção alternativa à reforma agrária.

O Estado, voltando-se para a classe latifundiária, criou um conjunto de medidas que proporcionou a legitimação e desenvolvimento dos latifundiários, que continuaram a se dedicar à pecuária extensiva e, em algumas regiões, à lavoura, voltada principalmente para o mercado internacional ou de investimentos de capitais estrangeiros.

Conforme Pessoa (1997, p. 75):

Como a década de 70 foi marcada por uma massiva intervenção do Estado na agricultura, através de programas de crédito, instituindo a empresarialização e possibilitando nova expansão do latifúndio e privatização das terras devolutas, o preço de tudo isso foi a generalização da grilagem. E os atingidos, evidentemente, foram os pequenos produtores que, nesse processo de “ocupação primária”, tornaram-se posseiros.

Portanto, desde a época que foi implantada a estrada de ferro e a criação de rodovias, o sul goiano evidenciou-se na produção agrícola, por contar com terras férteis, com campos de planícies e favoráveis para a agricultura, colaborando para o avigoreamento da grande propriedade e das produções em monocultivos, de tal modo como para o aparecimento e instalação de polos industriais, passando a ser algo à parte do conjunto do estado. A região é o marco do dinamismo do agronegócio na agricultura na contemporaneidade, entretanto, para atingir a essa disposição, muitas terras foram griladas e seus moradores expulsos, com o desígnio da concretização da grande propriedade.

Segundo Ferreira e Mendes (2009), na década de 70, o Cerrado conheceu a modernização agrícola e a região passou a ser um encanto para a produção de soja, pois, que se desenvolve a ação pelo produto nos mercados internacionais. Deste modo, essa ocasião concebe um marco histórico para a agricultura brasileira, por meio da união entre o Estado e a classe predominante rural, em que o Estado passa a intervir inteiramente nas suas maneiras de organizações e na política agrícola. A cultura da soja consegue espaço na época presente e, em conjugado com distintas culturas, forma a representação do modelo de desenvolvimento do campo pelo agronegócio, estabelecendo como as evidências no fator produtivo goiano.

Conforme Pires (2009, p. 85):

Há sinais de que o uso do solo goiano, nos derradeiros tempos com culturas com intenso penetração no mercado internacional, como a soja e a cana-de-açúcar, têm determinado a reconfiguração na distribuição fundiária, pois as economias de escala que são necessárias para a produção destas culturas em condições competitivas têm acelerado o procedimento de arrendamento no estado ocasionando, deste modo, a centralização, cada vez mais de parcelas da área dos estabelecimentos agrícolas nas mãos de poucos proprietários rurais. O procedimento de formação e configuração da estrutura agrária e fundiária goiana avigora as grandes propriedades e subalterniza as pequenas propriedades retrocedidas para a produção de alimentos para o abastecimento local e/ou regional. A cultura do gado é fator presente e

marcante na história de Goiás, sendo que a grande maioria é da criação extensiva que, por sua vez, precisa de grandes extensões de terra para seu desenvolvimento e, em compensação, permanece necessitando de poucas pessoas para cuidar do rebanho.

A contraposição da figura do latifundiário atrasado, detentor do poder político e econômico e visto como violento por contratar pessoas (jagunços) para defenderem suas propriedades, cede lugar ao fazendeiro integrado com o mercado, que usa os aparelhos do Estado para defender suas propriedades. A luta pela terra passa a ser uma constante, assim como os enfrentamentos entre os camponeses e os grandes proprietários, na medida em que a fronteira agrícola vai diminuindo dentro do próprio estado de Goiás.

O fim da década de 1980 foi definido para a adaptação do território goiano nos tempos contemporâneos, com a separação entre o norte e o sul. O território de Goiás conviveu com uma dualidade concernente ao seu procedimento de desenvolvimento desde o processo de interiorização. A vinda da estrada de ferro, a edificação de Goiânia para ser a capital do estado e, em seguida, de Brasília, como a capital federal, permitiu que o sul de Goiás passa a ser o mais promissor ao desenvolvimento econômico, sendo na agropecuária, que era localizada as terras mais férteis e favoráveis para essa intenção, ou no aparecimento de polos industriais estimulados pelos investimentos de infraestrutura, que estavam sendo desempenhados (PIRES, 2009).

A política dos governos estadual e federal perpetrava a região ser uma fronteira agrícola e estimulava empresas a ampliarem suas atividades econômicas na região, não considerando, deste modo, as famílias que se encontravam instaladas nas áreas de terras restituídas.

A formação do estado de Goiás é simbólica, se analisada a partir das contradições de sua conformação. O que tem como principal ponto é a concentração de terra nas mãos de poucos. Essa concentração pode ser “justificada” pela opção do desenvolvimento econômico por meio da pecuária extensiva, mas também pela concentração do poder político, econômico, cultural e social nas mãos dos latifundiários.

Em resumo, a adaptação do território de Goiás é assinalada pela apropriação da terra, na qual camponeses e latifundiários procuravam constituir suas propriedades, contudo a prioridade na demarcação ou uso da terra era de modo sucessivo que o latifundiário, sempre expulsava os camponeses de suas terras sempre que esta lhe interessava. Mesmo com as distintas formas de organização dos camponeses para lutar contra as investidas dos latifundiários e assegurar suas terras para o trabalho, produção e mantimento de suas famílias,

eles foram vencidos ou desarticulados pelo Estado, que sempre permaneceu ao lado dos grandes proprietários de terra.

A formação das classes sociais goianas tem como base as grandes fazendas, seja para a pecuária extensiva ou para a agricultura, formadas com o trabalho da família camponesa. Essas mesmas famílias que abriam a mata fechada, construíam cercas, realizavam os primeiros cultivos e preparavam a terra para a agricultura eram expulsas/dispensadas, posteriormente, pelos fazendeiros, que buscavam produzir o monocultivo ou utilizar a terra como fonte de empréstimo e poder político-econômico.

Nas últimas décadas, a espacialização da luta pela terra ocorre de forma contínua, tendo avanços e recuos. À medida que um acampamento se transforma em assentamento, passa a haver uma nova configuração, ou seja, inicia-se o processo de territorialização dos indivíduos no assentamento. Com a consolidação do assentamento, o enfrentamento deixa de ser pelo acesso a terra e passa a ser de resistência das famílias em permanecerem no lote, produzindo e gerando renda.

Tendo como embasamento a realidade produtiva de agricultores familiares goianos em circunstância de assentamento, é importante entender os princípios que orientam da sua prática produtiva, principalmente numa expectativa de sustentabilidade, isto é, averiguando se a organização produtiva dos assentados rurais está buscando romper com a tendência macroeconômica de uma agricultura predominante regressada para o mercado, ou se está compelida na manutenção de formas e saberes produtivos locais, ou, ainda, se se verifica uma probabilidade de ligação das duas expectativas. Ingressando na terra tão sonhada, esses assentados procuram recuperar outras importâncias. Por exemplo, o universo simbólico-cultural, as lembranças e a dignidade que perderam, vivendo em periferias de cidades, em qualidades precárias. Reconquistar o sentido da vida é essencial e faz parte do projeto desses trabalhadores, assim como divulga Pessoa (1999, p. 247): “o movimento camponês necessita ser entendido como algo muito além da luta pela defesa desesperada de um pedaço de chão, com um documento cartorial”. O primeiro obstáculo, depois a instalação no assentamento, é referente à organização da produção, pois, o assentado contava somente com a força de seus braços e de ferramentas precárias.

Os recursos públicos, quando existem, são escassos e quase sempre chegam fora do prazo de plantio. Isso, somado à falta de assistência técnica e de condições de escoamento, coloca o seu produto em desvantagem em relação ao que precisa adquirir no comércio.

Produção implica trabalho e relação homem-natureza, especialmente em se tratando de atividades agrárias. É nessa perspectiva que se dá a relação dos assentados com a natureza, mediada cotidianamente pelo trabalho.

Para ter conhecimento se existe sustentabilidade ou não na prática produtiva dos assentados rurais goianos e se o conjugado de suas atividades agrárias tem como direção ou não para uma produção sustentável, é imprescindível uma discussão a respeito do meio ambiente, não na acepção de um ambientalismo/ecologismo preservacionista, no entanto incluso na reprodução ou não da competência produtiva da terra e das águas.

Referente ao trabalho trata-se de discuti-lo não como uma divisão à parte, mas como uma atividade absolutamente incluída à prática produtiva dos assentados, procurando abranger o seu lugar e o seu valor, isto é, se o seu valor de uso está dependente ao valor de troca; se os assentados trabalham exclusivamente para produzir renda; ou se, além disso, querem garantir a sobrevivência de um modo de vida.

Portanto, se a produção nos assentamentos for dependente ao capital, este se juntará do mesmo modo ao trabalho refletindo sobre essa lógica de raciocínio, se a produção nos assentamentos não for executada de modo sustentável, o trabalho, de maneira inevitável, transforma-se em mercadoria, valor de troca superior ao valor de uso, colocando-se ao capital que, no princípio de mediação de segunda ordem, destitui o sujeito verdadeiro da produção, o trabalho, à qualidade de uma objetividade transformando – um simples aspecto material de produção – acontecendo, assim, não apenas na teoria, mas, também, na prática social mais concreta à relação verdadeira do sujeito/objeto (ANTUNES, 2001, p. 25).

A segunda dificuldade, depois a composição de um assentamento, é a desafiadora inclusão no mercado, quando existe excedente de produção. Por um lado, os assentados não tinham como fugir ao fato da macroestrutural, vivendo à sua rebeldia. Não resistiriam. Por outro lado, a maneira de vida típica do camponês, sobretudo em falando de produtores predominantemente para o autoconsumo, confronta-se com a economia capitalista, muito competitiva. Produzir para o mercado passou a ser, deste modo, um desafio cada vez maior, especialmente para pequenos sitiantes, para o produtor familiar rural que não tem promoção aos recursos técnico-agrícolas que possam garantir a produtividade. Há do mesmo modo, outro elemento nessa reflexão.

Pessoa (1999, p. 176), menciona que “a reprodução econômica e social dos assentados passa tanto pela produção de gêneros solicitados pelo comércio quanto pela produção para o autoconsumo”. Isto é, a produção rural familiar precisa se preservar como economia de estabilidade para sua vivência, e assim, designada ao mercado. Essa combinação passa pela

via da representação das qualidades de vida – objetiva e subjetiva ou material e cultural – camponesa. Sem verificados recursos imprescindíveis para que seja preciso produzir, muitos dos assentados compreendem que a luta não finaliza ao adentrarem no lote delimitado. O trabalho é penoso, principalmente quando a terra foi comprometida pela degradação. Em meio a esses problemas, vários assentados ficam desanimados e acabam regressando para a cidade, deixando passar a existir o acontecimento da venda do lote, muito procurado pelos inimigos da reforma agrária.

É claro que essa é um assunto muito extenso e abrange muitos fatores na perspectiva global, como, por exemplo, políticos, econômicos, históricos e sociais. Prejudicar a natureza não está sujeito apenas da “má conduta” de um indivíduo ou de um grupo social. De novo, o assunto macro – neste acontecimento, o modelo de produção vigente – precisa ser colocado em conta. “A destruição ou precarização da força do trabalho e a degradação crescente do meio ambiente são consequências da competição e concorrência intercapitais” (ANTUNES, 2001, p. 26).

A seguir apresentaremos o perfil sócio, econômico das famílias assentados, bem como as características socioambientais do Assentamento Vitória.

4. OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO VITÓRIA

Neste capítulo procuramos compreender vários aspectos do Projeto de Assentamento Vitória, verificando o perfil social e econômico das famílias assentadas, bem como as suas características de infraestrutura e ambientais.

4.1. Aspectos socioambientais do Assentamento Vitória

O assentamento Vitória está localizado no município de Goianésia, no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, no Bioma Cerrado. O Cerrado é, atualmente, considerado uma das maiores e mais ricas savanas do planeta, e possivelmente a mais ameaçada do mundo. Inúmeros fatores têm colocado essa região entre as 25 regiões mundiais de alta prioridade para a conservação da Biodiversidade. O Bioma Cerrado, que é um domínio fitogeográfico do tipo savana que ocorre no Brasil, exibe uma enorme Biodiversidade vegetal e animal.

A vegetação dominante na região de Goianésia é o Cerrado, onde suas principais constitutivas são os grandes arbustos e as árvores esparsas, de galhos retorcidos e raízes profundas.

A paisagem predominante é a da chapada, com vegetação arbustiva dos cerrados e seu desenvolver, incidindo do mesmo modo determinada áreas revestidas de campos e certas extensões que oferecem florestas. A topografia é mutável, sendo muito comuns as extensas áreas altas com encostas muito suaves, designadas chapadas e chapadões, as quais são cercadas por áreas mais baixas estabelecidas por baixas colinas e morros com relevo suave a ondulante.

O clima do estado de Goiás é tropical semiúmido, com temperatura média anual de 23° C. Na estação das chuvas, de outubro a abril, as temperaturas são altas, especialmente nas regiões oeste e norte. Em meio a setembro e abril, as temperaturas podem chegar a até 39° C. A estação da seca dura de maio a setembro. Entre os meses de maio e julho, as temperaturas podem chegar perto dos 4°C, estando sujeito da região do estado².

Foto 1 – Placa do Assentamento Vitória

² <http://www.infoescola.com/geografia/geografia-de-goias/>



Fonte: adaptado pelo autor/2015.

Entretanto, todo esse patrimônio está sendo ameaçado pelo desenvolvimento das monoculturas, como a soja, a pecuária extensiva, a carvoaria, a cana-de-açúcar e outras monoculturas, afetando toda a Biodiversidade nele vivente.

4.2. Processo histórico da formação do Assentamento Vitória

O Assentamento Vitória localiza-se no município de Goianésia, em uma área de 1.700,90 quilômetros quadrados, cuja distância de Brasília (capital federal) é de aproximadamente 208 quilômetros, e a uma distância de 170 quilômetros da capital Goiânia, na região central do estado de Goiás. O município é banhado pelos mananciais do Rio dos Peixes, Rio dos Bois e Rio dos Patos. As temperaturas médias anuais variam de 22 a 25 graus.

Após dois anos reivindicando a posse da terra em acampamento, no ano de 2004, no mês de setembro, as 57 famílias foram organizadas em uma associação, e, em março de 2005, foi implantado o Assentamento Vitória. A degradação do solo é um triste convívio que as famílias têm a partir da criação do assentamento, pois ainda há a vulnerabilidade da reserva legal de área florestal. O projeto Petrobras Ambiental³, para a conservação e a recuperação do

³ Ao longo de dois anos, a Petrobras repassará cerca de R\$ 3,5 milhões para financiar o projeto Vida Verde no assentamento Vitória. Por meio do Petrobras Ambiental, a Associação Gente do Cerrado já desenvolveu ações similares nos assentamentos Poções (Rialma), Oriente (Nova Glória), Nova Aurora (Santa Isabel) e Presente de Deus (Goianésia). Além dos benefícios para a natureza, o projeto entregou uma patrulha agrícola, composta por trator, grade, carreta, niveladora e perfuradora de solo, etc. para os assentados. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/tag/goianesia/page/2/>. Acessado em 21/11/2015.

Cerrado goiano, procura sistemas alternados, assim como agregar tecnologias sociais de uso da terra para a reconversão produtiva da área que foi praticado a degradação e desempenhar o saneamento ecológico, ações ambientais propostas para melhorias na qualidade de vida e garantia de sustentabilidade.

Os trabalhos que o Projeto Vida Verde realiza no Banco de Sementes é direcionado para todos da comunidade do Assentamento Vitória, especialmente para os monitores mirins, filhos dos camponeses do Assentamento. O trabalho desenvolvido é o agroextrativismo, coleta de sementes, classificação das sementes, preparo do solo, plantio e cuidados com as sementes e as mudas; todas as atividades têm o suporte da equipe técnica, preservando seus conhecimentos e dando suporte para a cultura regional. Esse trabalho tem como foco a conscientização ambiental e utilização dos meios naturais para melhorar o setor de produção de mudas e até mesmo a renda familiar.

Na foto 02, o Banco de Sementes “Casa Branca”, localizado no Assentamento Vitória, onde se localizam todas as sementes do bioma Cerrado, que são semeadas em viveiros e depois plantadas às margens dos córregos, nas nascentes e nas reservas.

Foto 2 – Visita in loco ao assentamento no Banco de Sementes “Casa Branca”



Fonte: adaptado pelo autor/2015.

4.3. Características socioeconômicas das famílias assentadas no Assentamento Vitória

Neste tópico, discorreremos sobre o resultado da pesquisa baseado na aplicação do questionário⁴ e apresentamos os dados da coleta realizada junto às 61 famílias do Projeto de Assentamento (PA) Vitória. Para tanto, aplicou-se um questionário por residência visitada, totalizando 61 parcelas (lotes). Em toda parcela (lotes) do Assentamento Vitória, assim como

⁴ O questionário utilizado na pesquisa foi elaborado pelo INCRA.

em todas as residências, aplicou-se um questionário e foi entrevistada uma pessoa de cada família. Por meio dos questionários, os moradores discorriam sobre o tempo que tinham de assentados no local, sua concepção de meio ambiente, as condições ambientais atuais do local e suas preocupações a esse respeito.

Na tabulação dos resultados dos questionários, em alguns casos, quando algum entrevistado sugeriu múltiplas respostas, considerou-se o número de respostas, e não de respondentes. Além disso, as respostas foram divididas em categorias de análise que emergiram de acordo com o andamento da pesquisa. Os dados obtidos foram sistematizados e sua frequência determinada.

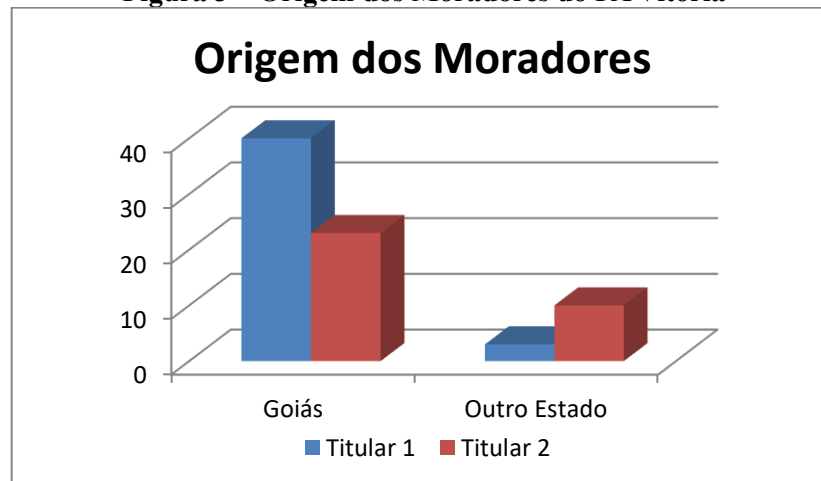
Os questionários foram aplicados entre 13/02/2015 e 30/04/2015, seguindo a relação dos beneficiários atualizada em 21/01/2015. As unidades familiares (UFs) em que não foi encontrado nenhum morador capaz de responder ao questionário (maior de 18 anos que vivencie o cotidiano da família) recebeu novas visitas até ser encontrado um morador ou se encerrar o prazo do diagnóstico.

A simplificação é apreciação na abordagem participativa. A função do profissional é conduzir o procedimento; em todas as questões, as disposições precisam ser consentidas para o grupo submerso. Frequentemente, isso é difícil, uma vez que os profissionais, assim como os pesquisadores e os trabalhadores em extenso, são treinados para tecnologias, dizendo aos agricultores como fazer as coisas, fazendo os agricultores escutar ao invés de falar (MACHADO et al., 2011, p. 41).

Foi identificado um total de 166 moradores, incluindo os dependentes, em que os maiores percentuais são do sexo masculino, sendo 90 moradores homens e 76 mulheres. A maior parte dos moradores titulares dos lotes possuem escolaridade baixa (do 1º ao 4º ano do ensino básico – formato antigo); em seguida, formação em nível fundamental (5ª a 8ª série – formato antigo).

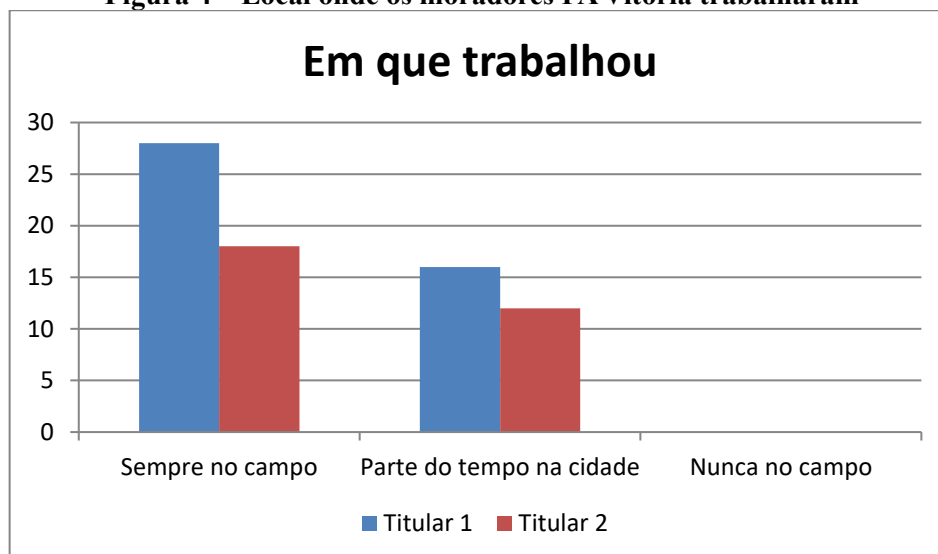
Quanto à origem dos moradores, foi possível observar que grande parte dos moradores são do estado de Goiás, o que facilita o processo produtivo, já que conhecem o regime sazonal das chuvas e o tipo de solo da região. O conhecimento tradicional é de grande valia, já que a assistência técnica vem com intuito de somar esse conhecimento, dando credibilidade ao saber tradicional já desenvolvido pelas famílias. Em um total de 76 moradores titulares, 64 tem origem no estado de Goiás, enquanto 12 são oriundos de outros estados.

O assentamento apresenta uma grande diversidade sociocultural, reunindo famílias procedentes de várias regiões.

Figura 3 – Origem dos Moradores do PA Vitória

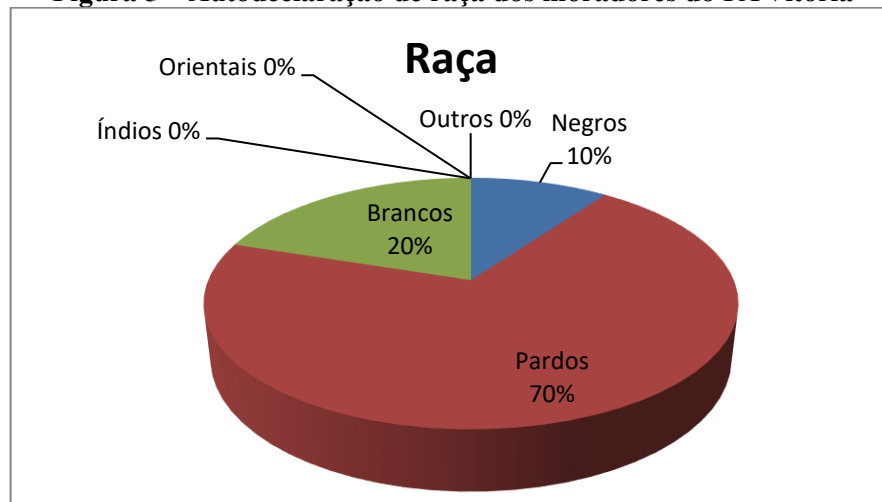
Fonte: Marcio Plantas /2015.

Considerando a experiência e o conhecimento tradicional, acredita-se que o desempenho de atividades anteriores é de fundamental importância para o sucesso da vida como pequenos produtores camponeses. No PA Vitória, mais da metade dos moradores titulares tiveram suas atividades anteriores exercidas exclusivamente no campo, sendo um total de 48 moradores, enquanto que um percentual menor, com 28 moradores titulares, desempenhou parte das atividades anteriores no campo e parte na cidade. Nenhum morador titular relatou nunca ter trabalhado no campo.

Figura 4 – Local onde os moradores PA Vitória trabalharam

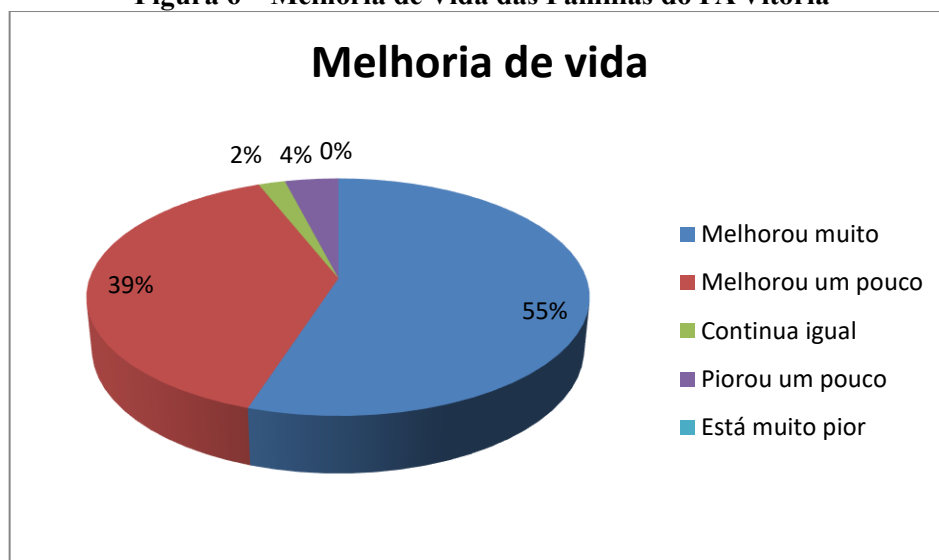
Fonte: Marcio Plantas /2015.

Quando questionados sobre a raça, 79% se autodeclararam pardos, 20% brancos e apenas 10% negros. Não houve declaração de índios ou orientais dentro do PA Vitória.

Figura 5 – Autodeclaração de raça dos moradores do PA Vitória

Fonte: Marcio Plantas /2015.

A maioria dos moradores do PA Vitória considera que, após a implantação do PA, tiveram uma melhoria de vida significativa, apenas 6% relataram que a vida está igual ou pior, quando comparada ao período anterior à implantação do assentamento, enquanto 94% consideram que a vida está um pouco ou muito melhor nos dias atuais.

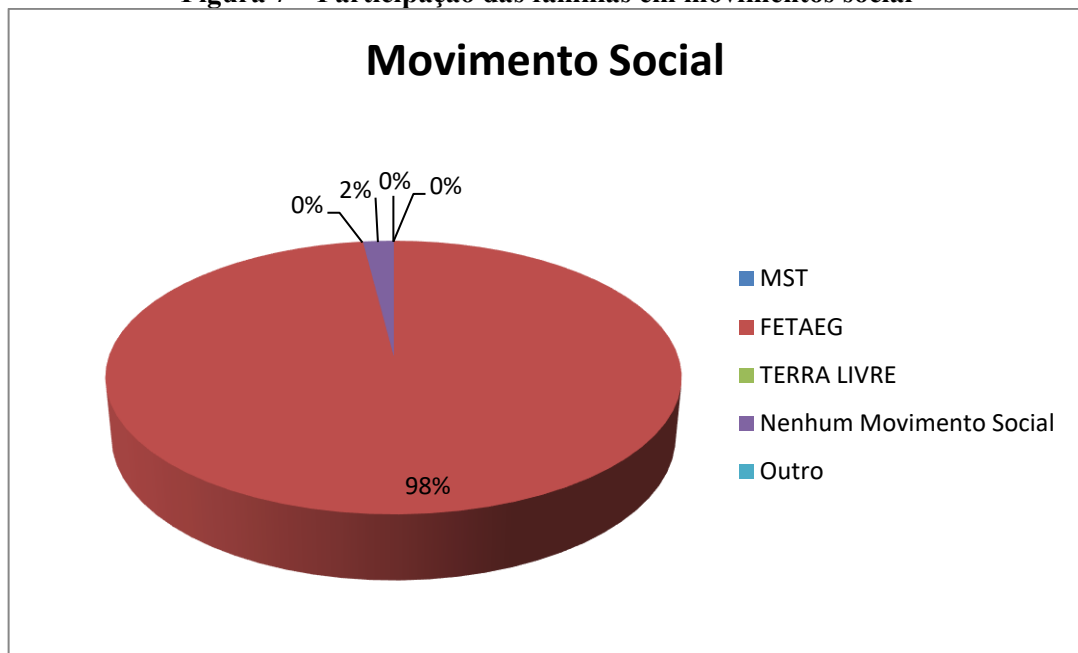
Figura 6 – Melhoria de Vida das Famílias do PA Vitória

Fonte: Marcio Plantas /2015.

Apenas 2% dos moradores disseram não possuir nenhum vínculo com movimento social; os demais, 98%, afirmaram pertencer à FETAEG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (Figura 9). A participação da comunidade em movimentos sociais tende a aumentar o espírito coletivo, forma de organização encorajada para muitas

atividades de pequenos produtores rurais.

Figura 7 – Participação das famílias em movimentos social



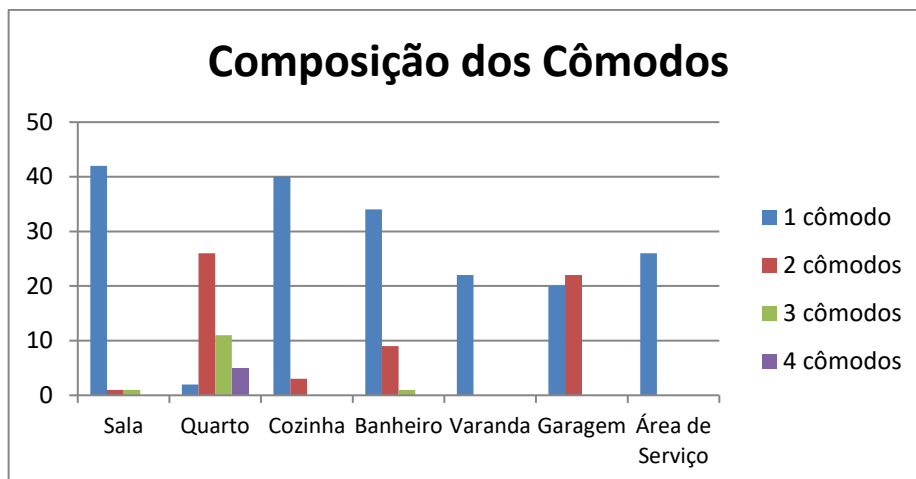
Fonte: Marcio Plantas /2015.

4.4. Características da infraestrutura e moradia; saúde e lazer; educação do Assentamento Vitória

4.4.1. Infraestrutura básica – Moradia

Todas as famílias do PA Vitória possuem moradia em boas condições. Não houve relato de nenhuma moradia em condições precárias. Todas são construídas em alvenaria, possuem energia elétrica e acesso transitável durante todo o ano. A maior parte das moradias possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda/garagem e área de serviço (Figura 8).

Figura 8 – Composição dos cômodos nas casas no PA Vitória



Fonte: Marcio Plantas /2015.

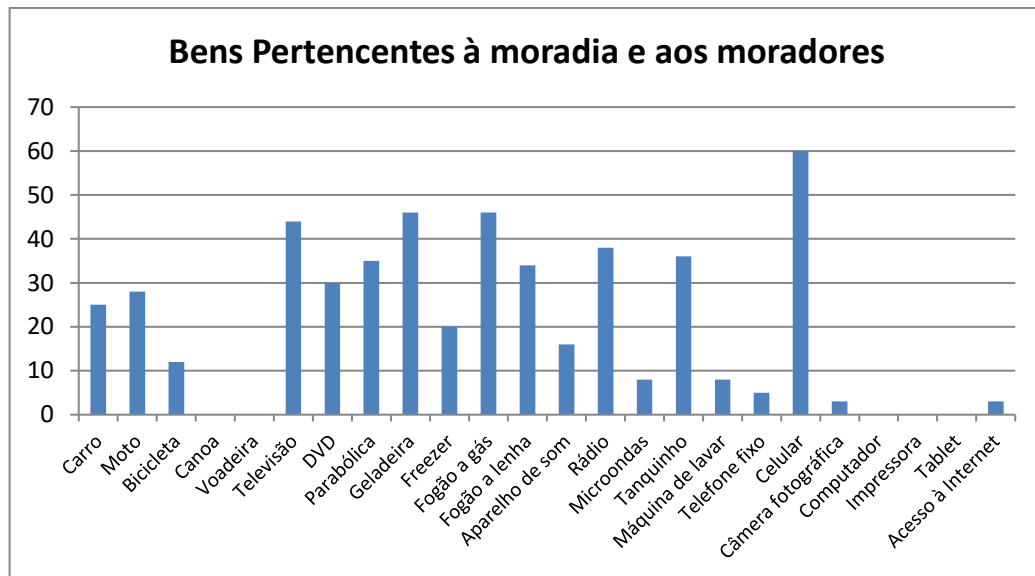
O abastecimento de água na maioria das residências se dá por meio de poços (cisternas), seguida de água de córrego ou nascente. Apenas sete famílias relatou a falta de água em alguma época do ano.

Não foi relatado um método eficiente de tratamento de água em nenhuma moradia. Cerca de 30 famílias disseram fazer uso de filtro, e os demais afirmaram não fazer nenhum tipo de tratamento de água. Devido aos grandes problemas causados pelo não tratamento de água, entende-se que deve ser dada uma atenção especial ao quesito “água” no PA Vitória. Os moradores asseguram boa qualidade da água, descartando a necessidade de um tratamento mais eficaz.

Nesse mesmo sentido, vê-se a necessidade de uma sensibilização a respeito dos problemas de saúde e ambientais ocasionados pelo não tratamento da água e dos dejetos dos moradores. Apenas cinco famílias disseram fazer o uso de uma fossa completa, impedindo a poluição das águas subterrâneas. As demais disseram utilizar a fossa no método antigo, com apenas um reservatório cavado no quintal, sem tratamento dos dejetos.

Praticamente todas as famílias afirmaram possuir, em suas residências, geladeira, televisão e fogão a gás. Praticamente metade das famílias analisadas possuem carro ou moto como meio de transporte.

Figura 9 – Bens existentes na moradia

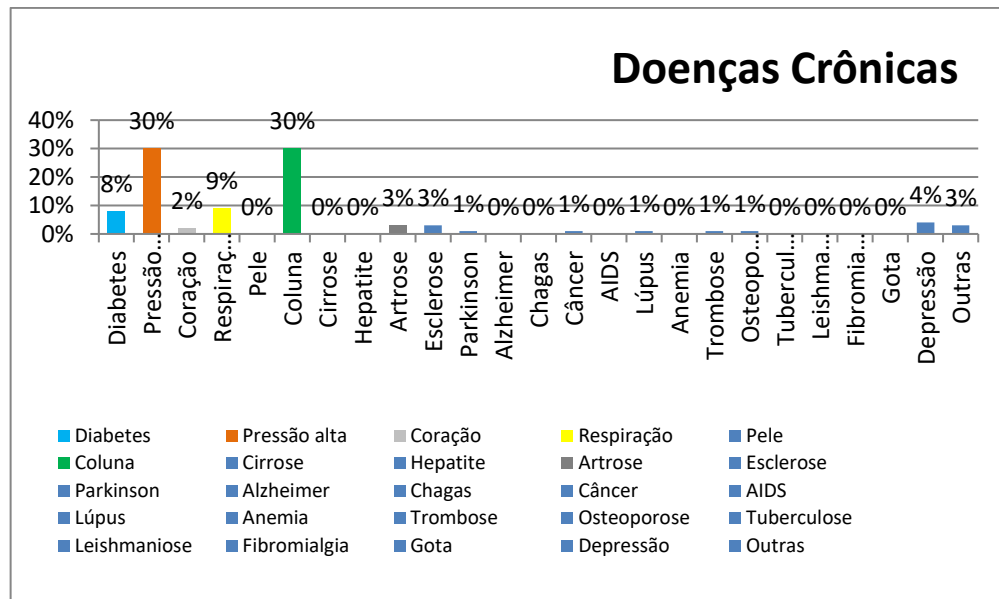


Fonte: Marcio Plantas /2015.

4.4.2. Saúde e Lazer

Apesar de os moradores relatarem a necessidade de um agente de saúde no assentamento, o PA Vitória recebe um médico da secretaria de saúde do município uma vez por semana. Dentre os problemas de saúde relatados por eles, estão: pressão alta e problemas de coluna, com 30% de queixas cada uma (Figura 10). Embora outras doenças tenham sido relatadas, não há registros de agravantes causados pela falta de um atendimento médico, já que atendimentos clínicos são feitos dentro do PA, com encaminhamentos de casos especiais a médicos especialistas. Cerca de 50% das famílias afirmaram um bom atendimento dos serviços de saúde dentro do assentamento.

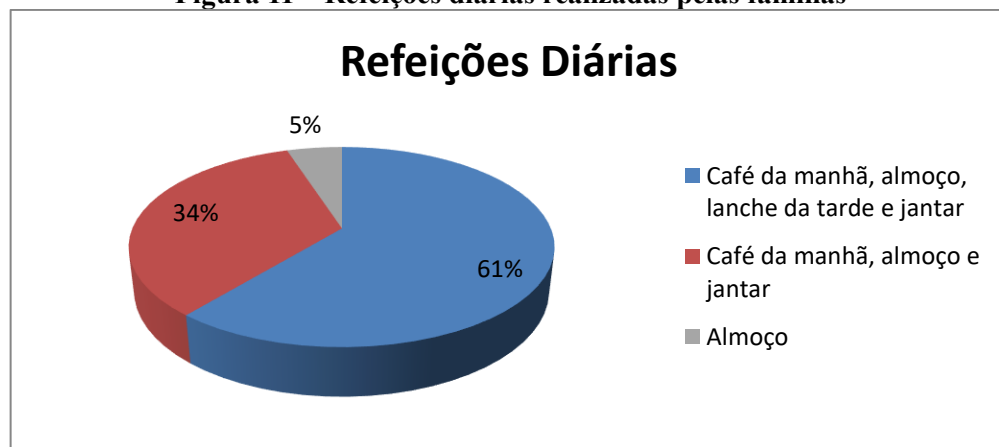
Figura 10 – Doenças crônicas presente entre os moradores



Fonte: Marcio Plantas /2015.

Um grande percentual de famílias (61%) afirmou possuir as quatro principais refeições diárias, outros 34% possuem três refeições diárias e apenas 5% disseram ter apenas o almoço disponível diariamente.

Figura 11 – Refeições diárias realizadas pelas famílias

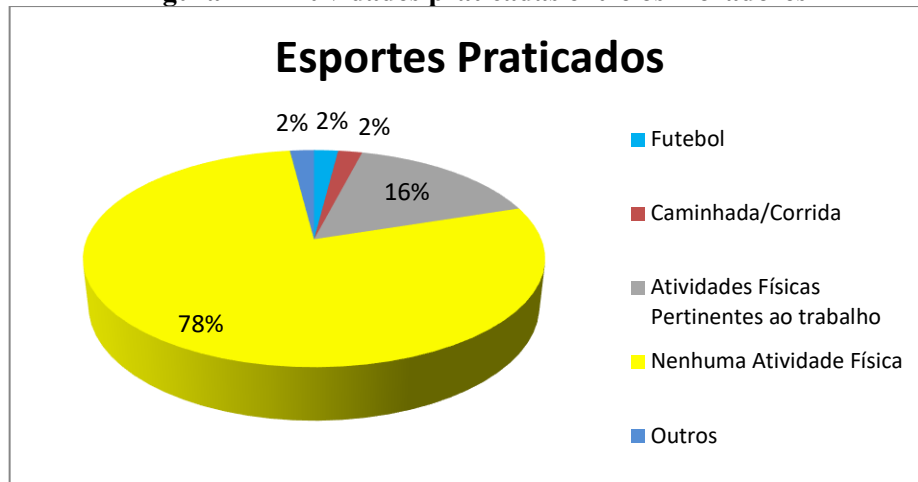


Fonte: Marcio Plantas /2015.

Embora pelo menos um morador de cada unidade familiar exerça atividades dentro da parcela, 78% declaram não praticar nenhuma atividade física, e 16% relataram fazer atividades pertinentes ao trabalho, outros 2% informaram praticar corrida/caminhada, futebol ou outra atividade física. Mesmo praticando atividades diárias pertinentes ao trabalho, entende-se que outras atividades físicas são de suma importância tanto para a saúde física como mental. A atividade física auxilia no alívio das tensões e pode evitar determinados

problemas de saúde.

Figura 12 – Atividades praticadas entre os moradores



Fonte: Marcio Plantas /2015.

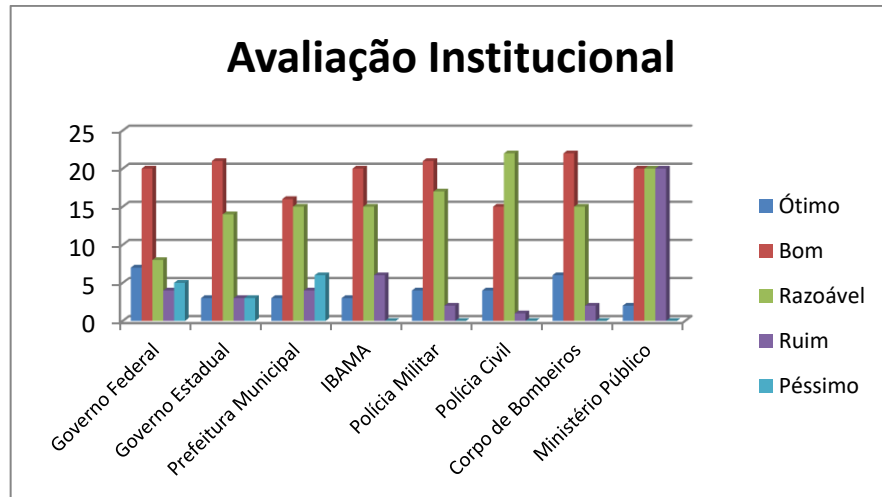
4.4.3. Educação e Cidadania

No PA Vitória, não há nenhum tipo de escola ou instituição de ensino, porém há transporte público que busca estudantes na parcela. Não houve queixas a respeito do serviço educacional prestado, já que o assentamento fica próximo à zona urbana de Goianésia, o que facilita o deslocamento dos estudantes do PA até as escolas dentro de, no máximo, 30 minutos.

4.4.4. Avaliação Institucional

Sobre a avaliação das entidades públicas, todas tiveram seus serviços avaliados como bom, exceto a Polícia Civil, em que a avaliação regular superou as demais, e o Ministério Público, que teve equivalência quanto a avaliação tida como boa, razoável e ruim.

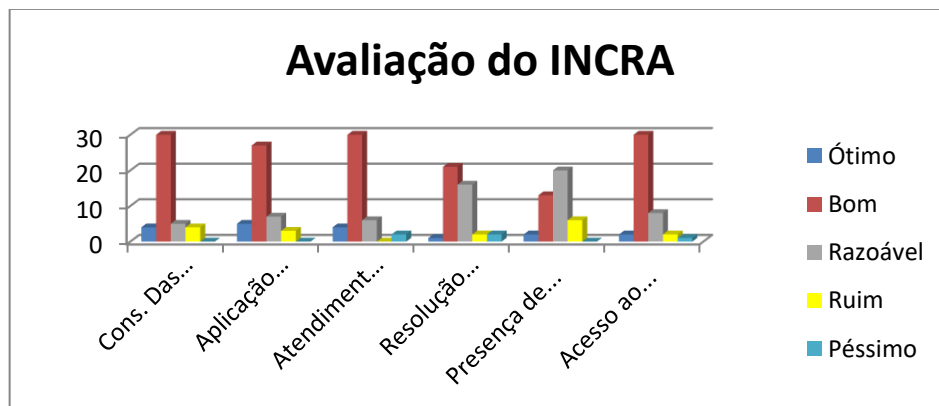
Figura 13 – Avaliação Institucional feita pelos moradores do PA Vitória



Fonte: Marcio Plantas /2015.

Em relação aos serviços prestados pelo INCRA, a maioria fez a avaliação boa para todos os critérios, excesso sobre a presença de servidores no assentamento, em que a avaliação dos moradores ficou como razoável.

Figura 14 – Avaliação sobre os serviços prestados pelo INCRA

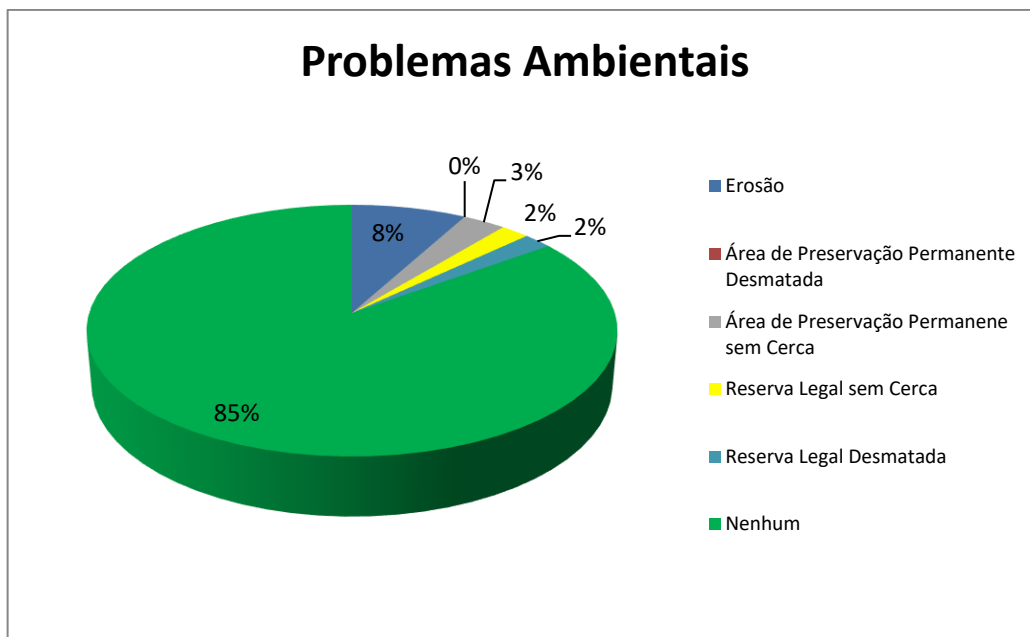


Fonte: Marcio Plantas /2015.

4.5. Benfeitorias

Sobre os problemas ambientais, 85% dos moradores relataram não haver nenhum problema, 8% se queixaram de erosão, e um percentual menor, entre 2 e 3% disseram haver Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal sem cercas.

Figura 15 – Problemas ambientais nas parcelas do PA Vitória



Fonte: Marcio Plantas /2015.

4.5.1. Créditos

No PA Vitória, grande parte dos moradores já utilizaram dos créditos de apoio inicial e Pronaf “A”; apenas uma pequena parcela de moradores que foram regularizados posteriormente não acessaram essas linhas de crédito. Nenhuma família relatou ter recebido o crédito FOMENTO Mulher, e a grande maioria demonstra grande interesse na aquisição de crédito nesse formato, visto que as mulheres possuem uma participação efetiva na geração de renda familiar.

4.5.2. Trabalho e renda

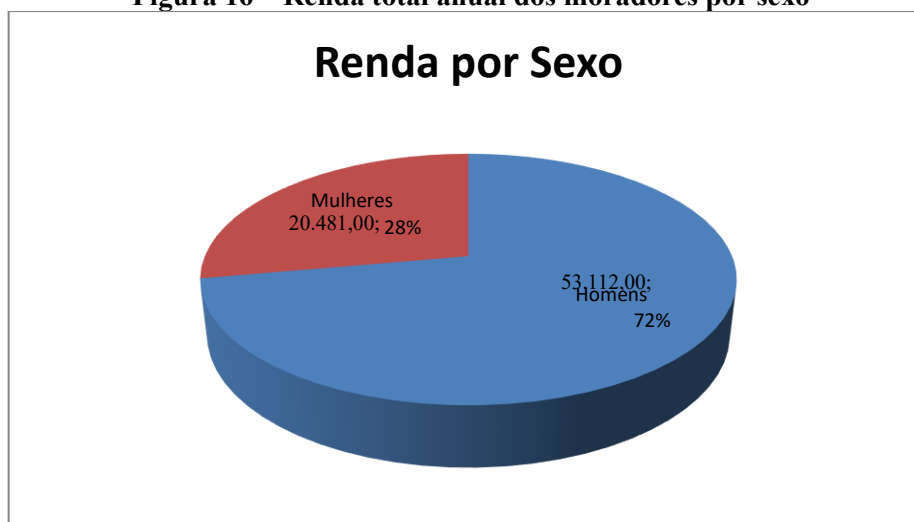
O PA Vitória movimenta, mensalmente, em torno de R\$70 mil, sendo que, desse montante, 72% são provenientes de atividades masculinas, e apenas 27% são oriundos de mulheres. A renda média familiar ficou em torno de R\$1.672,00. Apesar de representar menos de 30% da renda mensal, as mulheres do PA Vitória possuem grande participação nas atividades cotidianas, sejam exclusivamente femininas ou no auxílio nas demais atividades.

Quadro 1 – Renda Mensal proveniente das atividades desempenhadas por ambos os sexos

Tipo de Atividade	Renda Mensal	
	Homens	Mulheres
Venda Produtos	R\$ 30.556,00	R\$ 8.148,00
Serviço Lote	R\$ 6.200,00	R\$ 0,00
Serviço Cidade	R\$ 0,00	R\$ 3.200,00
Trabalho Campo	R\$ 4.176,00	R\$ 0,00
Aposentadoria	R\$ 9.080,00	R\$ 6.228,00
Prog. Governo	R\$ 0,00	R\$ 2.905,00
Bicos	R\$ 2.400,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 700,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 53.112,00	R\$ 20.481,00
Porcentagem	72,17%	27,83%

Fonte: Dados adaptados pelo autor/2015.

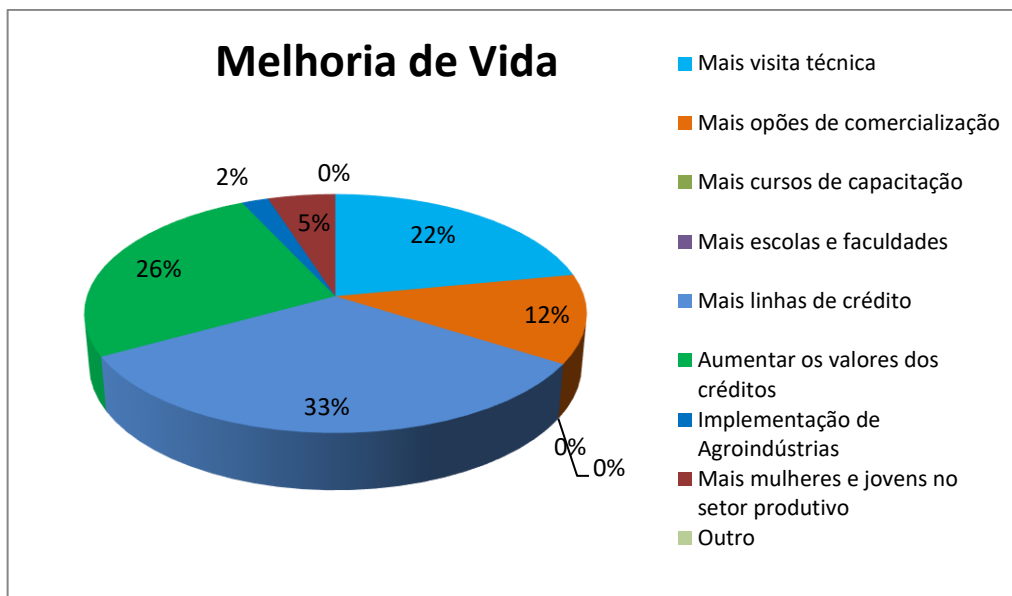
Figura 16 – Renda total anual dos moradores por sexo



Fonte: Marcio Plantas /2015.

Mais de 50% das famílias acreditam que a melhoria de vida está relacionada às linhas de crédito, sejam em forma de novas linhas de crédito (33%) ou aumentando os valores das linhas já existentes (29%). Apenas 22% acreditam que a assistência técnica pode promover uma melhoria de vida (Figura 19). Esse resultado demonstra o desafio no desenvolvimento das atividades, já que o sucesso dessas atividades está condicionado à participação efetiva dos moradores do PA.

Figura 17 – Forma para melhoria da renda das famílias



Fonte: Marcio Plantas /2015.

4.6. Renda do grupo familiar obtida por meio de outras atividades agrícolas complementares

4.6.1. Produção e Associativismo

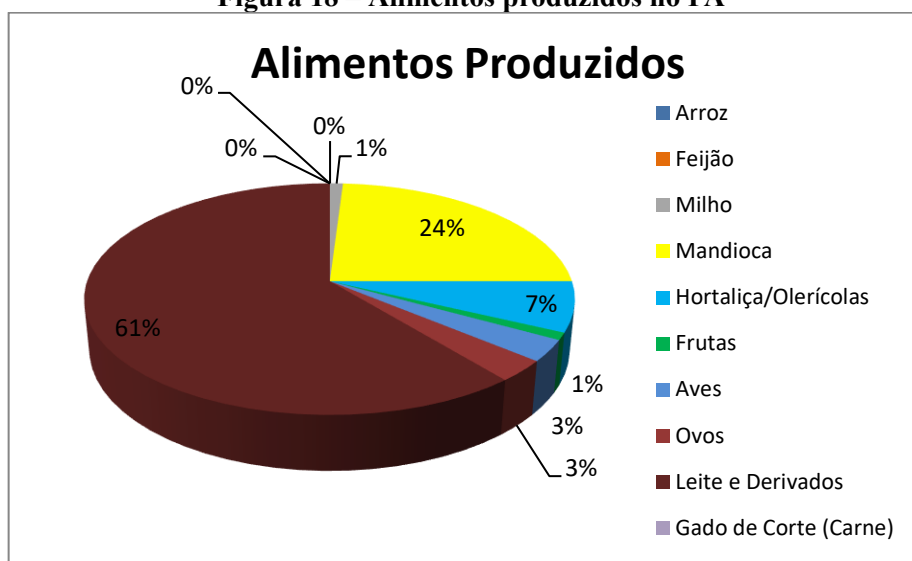
Nenhuma família do PA Vitória informou desenvolver atividades coletivas, ou seja, cada família produz individualmente, tanto para consumo como para geração de renda.

Das atividades desenvolvidas no assentamento, 61% são voltadas para a produção de leite e derivados, 24% produzem mandioca, 7% desenvolvem atividades de olericultura e outros 3% criam aves. As culturas de arroz, milho e feijão tiveram representação insignificante (Figura 18).

Aproximadamente 90% das famílias têm a maior parte dos seus alimentos extraídos da parcela. Apenas uma família afirmou extrair seus alimentos exclusivamente da produção na parcela, e outra adquire totalmente na cidade. Esse fato evidencia a grande produtividade já existente no PA, visto que um dos objetivos da Reforma Agrária é a segurança alimentar adquirida em forma de subsistência dentro do lote adquirido.

Não existe cooperativa em funcionamento dentro do assentamento, que conta com duas associações. Os moradores relatam ter grande participação nas decisões feitas pelas assembleias das associações, e que recebem convite sobre reuniões da comunidade com frequência.

Figura 18 – Alimentos produzidos no PA



Fonte: Marcio Plantas /2015.

Quadro 2 – Produção de alimentos e valor de comercialização

Produto	Quantidade	Valor R\$
Milho	761	R\$ 18.500,00
Mandioca	21.557	R\$ 81.670,00
Hortaliça/Olerícolas	6.040	R\$ 54.952,00

Fonte: Dados adaptados pelo autor/2015.

Em nossa pesquisa, constatamos que a vida das famílias assentadas melhorou com a presença do assentamento. De fato, ele promove um desenvolvimento territorial. Quanto à origem dos moradores, foi possível observar que grande parte deles vem do estado de Goiás, o que facilita no processo produtivo, já que conhecem o regime sazonal das chuvas e o tipo de solo da região.

Considerando a experiência e conhecimento tradicional, verificamos que o desempenho de atividades anteriores é de fundamental importância para o sucesso da vida como pequenos produtores camponeses. Assim, os moradores do PA Vitória consideram que, após a vinda para o assentamento, tiveram uma melhoria de vida significativa.

Nos últimos dois anos, o PA Vitória tem sido atendido por um projeto socioambiental financiado pela Petrobrás. Tal projeto veio somar com os trabalhos já desenvolvidos no assentamento. As famílias, além de já estarem mobilizadas e familiarizadas com a forma de prestação de serviços, tiveram suas parcelas atendidas com isolamento de nascentes, caixa de captação de água da chuva, sistemas agroflorestais e PAIS. No capítulo a seguir, trataremos da

implantação desse projeto socioambiental e o impacto positivo na vida das famílias e do assentamento.

5. ASSENTAMENTO VITÓRIA: DIFERENTES FORMAS DE MANEJO DA AGRODIVERSIDADE ASSOCIADA ÀS PRÁTICAS ECOLÓGICAS

Um dos motivos da escolha em pesquisar o Assentamento Vitória é que nele se desenvolveu entre os anos de 2013 a 2015, o Projeto Verde Vida, patrocinado pela Petrobras por meio do programa Petrobras Socioambiental. Nesse período, a ONG Gente do Cerrado desenvolveu diversas ações voltadas à recuperação e conservação do Assentamento Vitória. Esse projeto objetivou integrar tecnologias sociais, sistemas alternativos da terra, reconversão produtiva de áreas degradadas, garantindo a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da comunidade beneficiada.

Ao longo da pesquisa pude participar junto aos integrantes da ONG Gente do Cerrado, do acompanhamento das ações nas parcelas/lotes.

O projeto Verde Viva objetivou, inicialmente, implantar suas ações em todas as 61 parcelas, mas somente 11 famílias/parcelas aderiram ao projeto em um primeiro momento. Isso explica porque há uma diferenciação com relação às ações nas parcelas. As outras famílias, quando se deram conta que o projeto estava mudando a vida das famílias participantes e da sua produção, quiseram as ações em suas parcelas. Ocorre que os integrantes da referida ONG só puderam desenvolver a produção de hortas (hortaliças) nessas parcelas. A seguir, faremos algumas considerações teóricas sobre a agroecologia; trataremos das experiências e das ações de agroecologia e do seu resultado no assentamento.

Uma das atividades desenvolvidas é o sistema social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Esse sistema é destinado à agricultura familiar como alternativa de trabalho e renda, contudo do mesmo modo pode ser usado por pequenos e grandes agricultores que almejam trabalhar com sistemas de produção como segurança alimentar. A atividade agroecológica com hortaliças oferece custo de produção de modo relativo baixo e estabelece numa próspera fonte de renda para agricultores de fundamento familiar. Portanto, concebem novas perspectivas para a biodiversidade e para o conhecimento da diversidade em sistemas agrícolas complicados. Assim sendo, são sistemas com potencialidade para munir informação genética e tecnológica para desenvolver a sustentabilidade de diversos sistemas. (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994, p. 61-62).

Para que seja possível desenvolver essa atividade, o agricultor precisará ter

conhecimentos sobre os princípios da agricultura de baseamento agroecológica, as técnicas e procedimentos indicados, assim como, a possibilidade econômica dos cultivos. Finaliza-se que um novo modo de desenvolvimento rural está sendo destacado por ser mais competente e determina uma expansão rural. A agroecologia é um padrão novo de profissionalismo, o que estabelece um extraordinário episódio tanto para as comunidades rurais como do mesmo modo para as comunidades urbanas que se sustentam desses produtos, desenvolvidos com um baixo uso de agroquímicos.

As transformações ocorridas nas regiões do Cerrado desde os anos 70 se basearam no desenvolvimento da tecnologia e no acréscimo do uso de produtos químicos, banindo milhares de famílias do campo, ampliando a concentração fundiária e ocasionando diversos impactos ao meio ambiente. A região Centro-Oeste transformou-se em um enorme laboratório para as necessidades do capital agroindustrial. Com a utilização de técnicas inovadoras, modificou as paisagens do cerrado, transformando-as em um depósito agrícola, ofertando, deste modo, implementos ao capitalismo. (MENDONÇA, 2004)

As tecnologias sociais consistem em técnicas e procedimentos de baixo custo, que são capazes de ser implantados em pequenos e grandes proprietários, desde que exista o conhecimento técnico e científico de como funciona a tecnologia, entretanto, a agricultura familiar é uma condição de organização da produção de alimentos, na qual os próprios agricultores conduzem todo o procedimento produtivo, laborando com a variação e tendo como embasamento da força de trabalho os membros da família. Ressalta-se que essa forma de organização não é nova, contudo tem conquistado seu lugar cada vez maior nos assentamentos.

A tecnologia social PAIS é uma opção de trabalho e renda para a agricultura familiar, que tem a capacidade de ser reaplicada por todo produtor rural no melhoramento da qualidade da produção de alimentos, visto que permite o cultivo de alimentos mais benéficos, tanto para a sua subsistência quanto para a comercialização local, e traz do mesmo modo a mudança do agroecossistema familiar, concebendo traços compatibilizados com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, um dos grandes desafios para a agricultura camponesa na região é a construção de mecanismos que levem à harmonização da produção com os princípios da sustentabilidade. Cresce junto à sociedade a exigência de compatibilização entre a produção agropecuária e o meio ambiente. Com o crescimento dessa preocupação e dado o processo crescente de devastação da biodiversidade, as pesquisas nessa área precisam ampliar seu empenho e esforços para apontar soluções que vão ao encontro das demandas da sociedade

por alimentos saudáveis e diversificados; com desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda; e com a sustentabilidade dos processos produtivos. Nesse sentido, a pesquisa caminha no sentido de salientar as diferentes formas de manejo da agrobiodiversidade, visando à sustentabilidade do sistema de produção agroecológica como mecanismo para a preservação do meio ambiente, alcançando, dessa forma, a conservação da biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis e diversificados.

Segundo Altieri (1987), só uma abrangência mais intensa da ecologia humana dos sistemas agrícolas é capaz de induzir a avaliações coesivas com uma agricultura verdadeiramente sustentável. Deste modo, a manifestação da agroecologia como uma nova e ativa ciência concebe um grande ato na direção adequada. A agroecologia fornece princípios ecológicos fundamentais para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que consistem em serem culturalmente sensíveis, socialmente equitativos e de maneira econômica prováveis. Para o autor, a agroecologia proporciona uma composição metodológica de trabalho para a abrangência mais densa tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios conforme os quais eles trabalham (ALTIERI, 1987).

Versa-se de uma nova abordagem, que agrega os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à abrangência e estimativa da implicação das tecnologias relacionada aos sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela emprega os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a adentrarem no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a ampliar agroecossistemas com uma vinculação menor de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 1987).

Nesta pesquisa, analisamos os sistemas agrícolas complexos, nos quais as influências mútuas ecológicas e sinergismos em meio aos componentes biológicos criam, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades (ALTIERI, 1987).

Tratando-se da agroecologia, há a necessidade de preservar, e ampliar a biodiversidade dos ecossistemas agrícolas precisa ser primordial, para que seja garantida a sustentabilidade. Quando a biodiversidade é restaurada aos agroecossistemas, numerosas e complexas

interações passam a estabelecerem-se entre o solo, as plantas e os animais, entretanto, restabelecer a saúde ecológica não é o exclusivo desígnio da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que alimenta as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e espontaneamente determinado) tem declarado que o conhecimento das pessoas do local a respeito do ambiente, a vegetação, os animais e solos tem a capacidade de ser muito delineado (ALTIERI, 1987).

Ao se referir ao Cerrado, Calaça (2010) assegura que o desenvolvimento do agronegócio modificou, e prossegue elevada, a biodiversidade em áreas de preservação da natureza. Os produtores rurais, ao suprirem a vegetação típica do Cerrado pelas varias plantas cultivadas pelo agronegócio, trocam do mesmo modo os conhecimentos determinados pela população em séculos de interação com a natureza. Formam-se, com as práticas agrícolas, agrobiodiversidades misturadas de plantas cultivadas, animais criados, pastagens plantadas erva daninhas, microflora e microfauna etc., cuja composição varia de acordo com a complexidade constituída pelas associações de espécies cultivadas. É importante investigar como essas tecnologias podem colaborar para a preservação ambiental e indicar políticas que colaborem para o modo econômico e social do Cerrado.

A devastação do Cerrado é uma realidade e os dados referentes a esse bioma são preocupantes: desde 1960, cerca de 50% do bioma foi ocupado por atividades econômicas como a pecuária, o plantio de soja, algodão, milho e, mais recentemente, de cana-de-açúcar, e muitos defensores do Cerrado alertam que ele pode desaparecer em breve, caso os governos não deem a devida atenção ao bioma. Com relação às mudanças do clima, as informações não são nada animadoras. O desmatamento no bioma responde por um terço das emissões brasileiras, isto é, a maior parte da madeira de lá transforma em carvão para munir siderúrgicas, procedendo em maior emissão de CO₂. Como impactos do aquecimento global, o Cerrado é possível que seja registrado perda de espécies da fauna e da flora, ter menos árvores, com a abertura vegetal presumida, e a mudança por gramíneas e herbáceas.

Ao ser substituída a flora e da fauna por lavouras e pastagens provoca transformação de maneira de vida, de conhecimentos populares, de conhecimentos determinados pela sociedade local na influência com a natureza. Implica a substituição de práticas construídas ao longo do tempo e transmitidas de geração em geração. Em nome do aumento da produtividade, cria-se a dependência de sementes e insumos produzidos pelo mercado, em detrimento das experiências na produção de sementes crioulas, produzidas pelas populações do Cerrado, que praticamente já se perdeu. Quanto mais avançadas são as tecnologias

empregadas na produção agrícola, maiores são os níveis de substituição da vegetação nativa por espécies exógenas, de interesse comercial. Nessa acepção, a concretização de pesquisa a respeito dos avanços da biotecnologia e seus conflitos na biodiversidade do Cerrado e nos conhecimentos tradicionais das populações nos consente entender que a aplicação dos conhecimentos biotecnológica importuna modificações, espacialmente caracterizadas no Cerrado.

Ao pensar o tema em questão, consideramos a análise do desenvolvimento territorial: todas as atividades produtivas contemporâneas que incidem no Cerrado são sustentadas por sujeitos articulados territorialmente. Esses sujeitos direta ou indiretamente são influenciados por relações sociais de produção globais, como é o caso das grandes corporações, dos escritórios de fornecimentos de insumos, de laboratórios; assim como atores locais, como são os camponeses, povos indígenas, quilombolas; de atores geopolíticos, como o Estado; atores políticos como os Movimentos sociais, sindicatos, instituições científicas etc.

Os atores territoriais, nesse sentido, encarnam o tempo do mundo cruzando o tempo do lugar, gerando conflitos sociais e também movimentos de protagonismos, de resistências. Contudo, os lugares diferenciam-se conforme suas histórias, suas densidades técnicas, ou seja, os atores territoriais estão ligados ao território que, por sua vez, materializa-se nos lugares.

Para Carvalho (2013), os camponeses são afeitos à inovação tecnológica que é produto da agroecologia e da prática da agrobiodiversidade, da sabedoria que ela lhes proporciona e da experiência histórica criticamente acumulada por eles próprios. Convém compreender que esse processo envolve também a ressignificação da natureza e seus elementos, como o solo, o relevo, o clima, a vegetação. Há, em tese, duas situações: a sua significação a partir da reprodução da vida; e seu destino para o lucro, para a concentração de capitais e para empoderamento das grandes corporações. Vê-se, assim, o legado geopolítico das águas, do solo e dos fluxos de apropriação territorial.

Por meio dessas considerações, pode se afirmar que a agrobiodiversidade é a base para se chegar ao desenvolvimento territorial. Este se baseia na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e em construir sistemas de produção de base agroecológica. Nesse sentido, as pesquisas e discussões sobre desenvolvimento territorial sustentável têm ganhado força. A apreciação abrange um conjugado de pontos simultâneos, assim como desenvolvimento econômico, exploração racional dos recursos naturais, permanência, qualidade de vida e repartição de renda, em meio a outros.

5.1. Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio da Produção Agroecológica

Sustentável e Integrada (PAIS) no Assentamento Vitoria

Em referência à concepção relacionada aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras, a realidade do campo hoje é controversa, pois a agricultura sofre influência da evolução dos processos socioeconômicos e naturais, resultando da ação de vários elementos. A produção de insumos agrícolas passa a ser interpretada com uma nova ótica, partindo do pressuposto da necessidade do condicionamento às políticas econômicas e sociais. A atenção é voltada aos problemas enfrentados pelo desafio de aderir às inovações tecnológicas dos sistemas agrícolas, enquanto tenta manter a sustentabilidade. Para poder funcionar de forma eficiente, os meios utilizados para que haja o desenvolvimento, precisam incluir, além das questões tecnológicas, as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais (CONWAY; BARBIERI, 1990).

Contudo, o conhecimento camponês a respeito dos ecossistemas na maioria das vezes procede em táticas produtivas multidimensionais de utilização da terra, que instituem, dentro de apropriados limites ecológicos e técnicos, a autossuficiência alimentar das comunidades em verificadas regiões (TOLEDO et al., 1985). É provável conseguir, por meio do estudo da agricultura camponesa, informações importantes que podem ser usadas no desenvolvimento de estratégias agrícolas adequadas, às precisões, preferências e base de recursos de grupos específicos de agricultores e agroecossistemas regionais. Contudo, tal transferência de conhecimentos precisa acontecer ligeiramente, ou essa riqueza de práticas se submergirá para sempre (ALTIERI, 1983).

A produção estável apenas pode advir na conjunção de uma organização social que resguarde a integridade dos recursos naturais e incite a interação harmônica em meio aos seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia mune as ferramentas metodológicas indispensáveis para que a participação da comunidade possa ter força causadora dos desígnios e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHAMBERS, 1983).

A agroecologia, segundo Chambers (1983, p. 20), “[...] é definida como o estudo das funções e interações dos agroecossistemas, da biodiversidade funcional, dos recursos naturais e dos saberes locais.”. Os sistemas agroecológicos, por sua vez, promovem e relacionam-se com a agrobiodiversidade, dentro de um processo de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo integrado dos

agroecossistemas, que dá origem à noção de sustentabilidade social, econômica e ecológica (CHAMBERS, 1983).

Abordar questões relacionadas à agrobiodiversidade nos leva a discutir a relação entre biodiversidade e agricultura. Essas abordagens incluem desde serviços genéticos, como o caso das sementes de variedades crioulas, bem como os parentes silvestres de plantas e animais domesticados, além dos componentes que mantêm serviços ambientais importantes, como bactérias que fixam nitrogênio, fungos que ajudam as raízes das plantas a absorverem nutrientes e abelhas polinizadoras.

Segundo Machado (2007), a agrobiodiversidade relaciona os valores de uso dos cultivos em agricultura com os valores de conhecimento associados com a diversidade desses cultivos. Especialmente em agricultura tradicional, o uso está intimamente ligado aos sistemas de conhecimento locais, relacionando diversidade cultural, costumes e práticas. A revalidação de tais conhecimentos mostra que a biodiversidade não é somente fundamental para a produção de alimentos, mas também desempenha um importante papel no estabelecimento da sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola. O conhecimento dos agricultores sobre as variedades locais e espécies selvagens pode ser utilizado na busca por novas características e produtos de interesse para o melhoramento de plantas e biotecnologias. Consequentemente, a conservação de recursos genéticos envolve a atual diversidade genética e o conhecimento existente sobre tal diversidade.

Outro ponto importante refere-se à interação da diversidade genética com os diferentes agroecossistemas. A Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) se refere à produção agroecológica porque trabalha com as culturas de forma que não prejudique o meio ambiente, através do uso de adubos orgânicos e sem agroquímicos. É um sistema de horta em formato de anéis (horta em círculo), onde são plantadas diversas culturas diferentes. No centro desses anéis, tem um alambrado de tela que é usado para a concepção de pequenos animais (pato, galinha, entre outros), e ao redor da horta, é possível criar um quintal com frutas e outras árvores de importância de cada agricultor.

A Produção Agroecológica é sustentável porque determina renda e alimento em curto, médio e longo prazo, sem que a natureza possa ser agredida, além de precisar de pouca composição para que seja possível funcionar. O projeto Verde Vida implantará 12 unidades produtoras, com famílias propriamente selecionadas⁵.

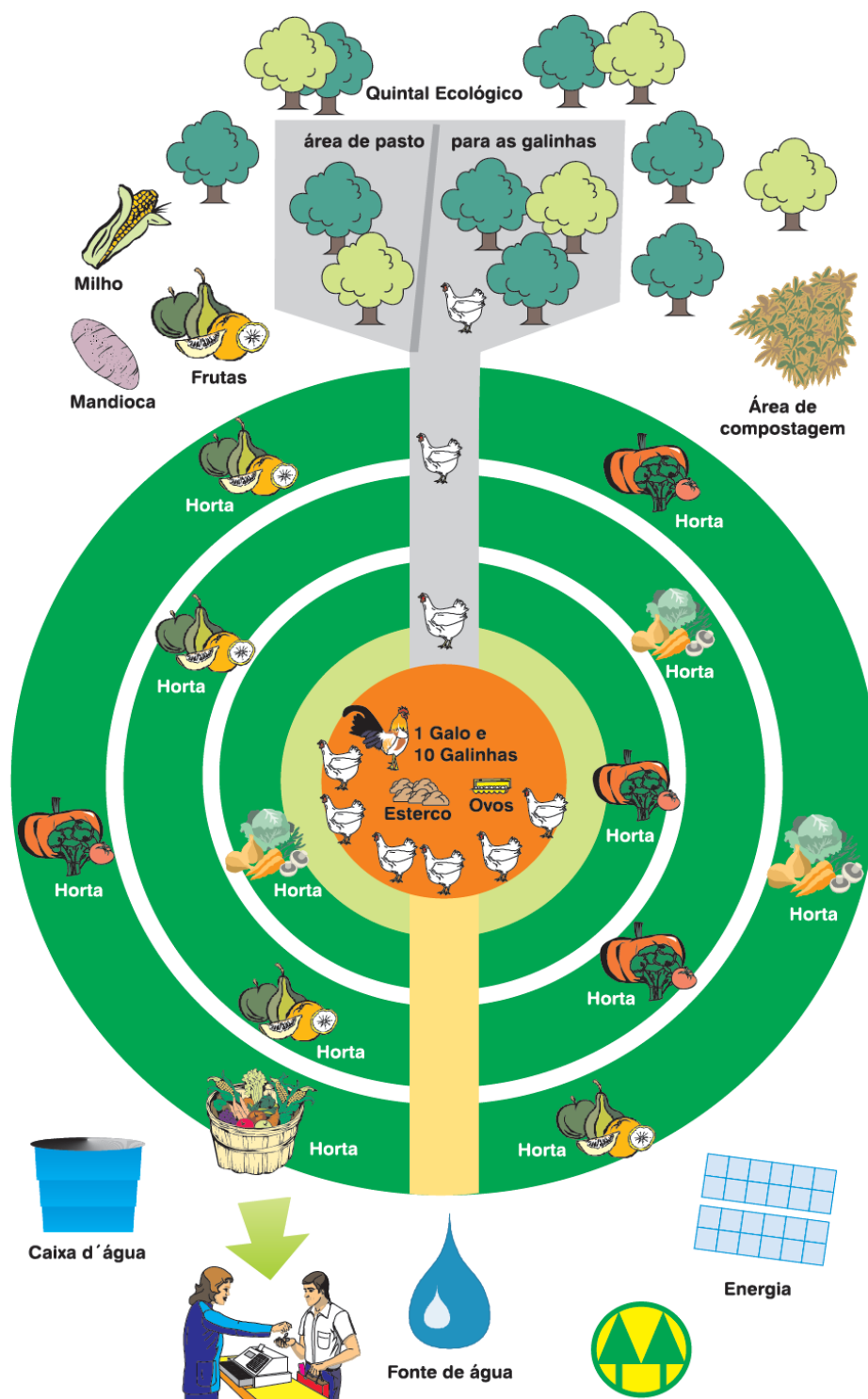
Na Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, são utilizados fertilizantes

⁵ Disponível em: <http://www.verdevida.org/pais-producao-agroecologica-integrada-e-sustentavel>
/. Acessado em: 23/10/2015.

orgânicos e também inseticidas e repelentes orgânicos, trazendo ao produtor menores riscos à saúde e agregando valor às produções. É um sistema agroecológico com 0,75 hectares isolados que se transforma em uma horta, onde podem ser trabalhados canteiros lineares e também o canteiro circular, mais chamado de mandala, que facilita o trabalho do agricultor na manutenção das hortaliças, propiciando uma grande diversidade de culturas, podendo trabalhar até mesmo com plantas medicinais, que tem uma excelente função repelente dentro da horta.

Figura 19 – Ciclo Produtivo da Tecnologia PAIS

CICLO PRODUTIVO DA TECNOLOGIA PAIS



Fonte: FBB

No centro das mandalas, é feito um cercado que se destina à criação de diversos tipos

de aves (galinheiro), e os excedentes da produção é destinado à alimentação das aves. O esterco produzido pelas fezes dos animais serve para fertilizar as hortaliças, e as aves têm uma grande função de controle biológico dentro do sistema, controlando as pragas voadoras. Os animais têm o seu espaço cercado por tela, por onde podem se deslocar para fazer o pastejo. Dentro da área cercada, é feito um mini quintal agroecológico, utilizando uma diversidade de árvores frutíferas e nativas do cerrado, com objetivo de vegetar a área e trazer rentabilidade para os agricultores. Cada atividade tem as características comuns dos agricultores, pois cada produtor tem sua característica particular de trabalhar com a terra.

A Produção Agroecológica Integrada e Sustentável é um sistema eficiente quando se refere à sustentabilidade, ou seja, os alimentos cultivados são orgânicos e destinados aos consumidores em feiras livres e até mesmo em escolas do município de Goianésia. Os agricultores que desenvolvem o sistema têm o conhecimento e a perseverança de gerar renda e alimento para a família, o trabalho pode ser desenvolvido utilizando plantações de curto, médio e longo prazo, com a capacidade de gerar em média 4 salários mínimos, dependendo de cada agricultor.

O PAIS foi implantado pelo Projeto Verde Vida, que desenvolveu o trabalho de implantação de atividades socioambientais na região, patrocinado pela Petrobras, por meio do programa Petrobras Socioambiental. Foram implantados 12 Sistemas Agroecológicos, como atividade do Curso de Agronomia da Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG), beneficiando famílias camponesas, sendo 11 no Assentamento Vitória. Todos os beneficiados foram submetidos a seleções para o recebimento das atividades.

O projeto Verde Vida executou 12 sistemas, junto ao projeto da FACEG, mas não estudamos um deles, pois se encontra fora do assentamento.

Na foto 3, temos uma visão da importância do PAIS para produzir alimento limpo, seguro e livre de agrotóxicos, sem degradar a biodiversidade. O produtor produz seu próprio alimento e o excedente é comercializado em feiras no município de Goianésia.

Foto 3 – PAIS Leomar



Fonte: Adaptado pelo autor/2015.

Foto 4 – Feira do Produtor na cidade de Goianésia - PAIS



Fonte: Adaptado pelo autor/2015.

Na foto 5, a produção agroecológica integrada e sustentável do Assentamento Vitória sendo comercializada na Feira do Produtor. O PAIS não é apenas um modelo de se autossustentar, tornou-se um modelo de geração de emprego e renda para as famílias terem mais autonomia no campo.

Foto 5 – Feira do Produtor na cidade de Goianésia - PAIS

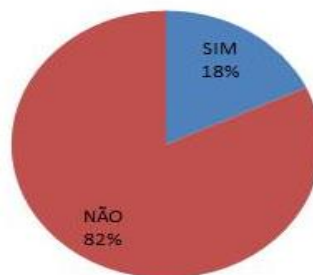


Fonte: Fotografia Marcio Bessa/2015.

A Feira do Produtor da cidade de Goianésia reúne inúmeros produtores da região, tem participação intensa dos agricultores e conta com o apoio da prefeitura local. A estrutura é montada no Parque de Exposições Agropecuário de Goianésia e reúne produtores e promove ações de acesso ao mercado, e também proporciona aos pequenos produtores a oportunidade de expor sua produção no mercado, auxiliando a comercialização de seus produtos.

Na figura 20, observamos que apenas 18% dos agricultores do Assentamento Vitória adotaram o PAIS como manejo para sua parcela, de onde conquista sua sustentabilidade no campo.

Figura 20 – PAIS
PAIS



Fonte: Dados adaptados pelo autor/2015.

Em entrevista realizada com o coordenador de campo do Projeto Verde Vida, Lucas Silva Alves, observou-se que é de fundamental importância realizar análise físico-química do solo, pois é uma ferramenta imprescindível na agricultura, que garante lucratividade e

produtividade. Para saber o quanto o solo é capaz de fornecer às plantas, tem que se recorrer à análise química, na qual os elementos são extraídos de um modo semelhante ao que as raízes fazem no campo e depois determinados nas suas quantidades. A análise de solo serve, ainda, para verificar se há acidez superficial, entre 0 a 20 cm, ou subsuperficial, de 20 a 40 cm, a qual dificulta ou impede o crescimento das raízes, fazendo com que a cultura aproveite mais o adubo aplicado ou os elementos do próprio solo. A análise de solo é indispensável para que se tire o maior proveito possível do adubo aplicado nas áreas a serem trabalhadas.

O Projeto Verde Vida realizou, no assentamento vitória, três fases de Análise Físico-Química do solo, nas áreas de implantação do Sistema PAIS. Na primeira fase, foi observado que as condições nutricionais e o pH estavam baixos, e foi recomendado pela equipe técnica a calagem e a adubação orgânica necessária para realizar a recuperação do solo, estabilizando seu pH e recompondo os nutrientes, propiciando um solo de qualidade para plantio. Na segunda análise realizada nas mesmas áreas coletadas anteriormente e com as mesmas técnicas, foi observado que os nutrientes e a acidez (pH) teve uma leve diminuição, sabendo-se que a calagem tem seu período de atuação, e após inicia a perda devido à atuação das plantações. Já na terceira e última análise, tendo os mesmos parâmetros de trabalho, pôde-se notar as mudanças nos nutrientes e na acidez do solo devido ao período de lixiviação da calagem e à atuação de plantações, mas pôde-se notar que as quantidades de nutrientes e a acidez não comprometem a produção do Sistema.

5.1.1. A Manutenção das Atividades – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS

A atividade PAIS deve ser desenvolvida por pessoas que gostam de atividades agroecológicas e que disponham de tempo para cuidar das plantações, pois a manutenção é intensa para obter grandes resultados. No momento da implantação, deve ser feita a reparação do solo após realizar análises ambientais, mantendo, assim, uma área adequada para o plantio; deve-se realizar o combate biológico das formigas em todo o período de produção; realizar o isolamento adequado para que não tenha animais invasores e realizar a manutenção; deve-se sempre repor nutrientes nos solos que estão sendo utilizados, por meio de adubos orgânicos; manter sempre os canteiros bem estruturados e irrigados; realizar o plantio planejado para que tenha sempre uma produção de escala; realizar o combate a pragas daninhas; combater, por meio de defensivos orgânicos, os insetos invasores; observar sempre se as galinhas estão com boa produtividade; e, sempre que necessário, fazer a troca de pastejo e recolher as produções.

Todas as famílias beneficiadas participaram de capacitações para realizar a manutenção da atividade, nas quais se dispõem de cursos voltados à produção, como, por exemplo, olericultura básica, mostrando a importância econômica das hortaliças, os benefícios dos produtos serem orgânicos, o preparo do solo, o controle de pragas, o plantio, o trabalho com o produto para aumentar seu valor econômico, a colheita e a comercialização desses alimentos em feiras, e até mesmo em suas parcelas. A Gestão Rural mostrou os conceitos básicos de administração rural, os processos produtivos dentro da propriedade e a importância da valorização da produção, ensinou como fazer o balanço e o planejamento dos bens em suas propriedades. A Olericultura Orgânica mostrou como se deve trabalhar com as hortaliças em suas propriedades e fazer uma plantação orgânica e de qualidade, gastando pouco e ganhando tempo. O curso de Comercialização na Propriedade Rural trouxe informações sobre os desafios existentes para os produtores rurais, levantando questões até mesmo do que se deve produzir e das formas de expor a produção, levando em consideração o mercado, agregando valores e despertando a motivação do empreendedorismo no mercado da agricultura camponesa, auxiliando o desenvolvimento estratégico de compras de insumos para a produção, o cálculos de gastos e a venda do produto.

5.2. Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio de Prática Agroflorestal (SAF)

O Sistema Agroflorestal (SAF) é um sistema de manejo alternado sustentado da terra, que acrescenta a sua rentabilidade, ajustando a produção de plantas florestais com cultivos agrícolas e/ou animais, ao mesmo tempo ou continuamente, de maneira determinada, na mesma integração de terreno, abrangendo métodos de manejo em concordância com a população local.

Entretanto, para Castanho Filho (2008, p. 52),

O cultivo de árvores em propriedades pode amortizar os custos de produção agrícola por causa aos menores gastos na conservação de solos e batalha de pragas e doenças, mudança de material para cercas e construções, fonte alternativa para abastecimento energético e rendas alternativas com a madeira cultivada e subprodutos.

Contudo, nessa parte, há uma elevada distinção de plantações na mesma área, com plantas frutíferas, madeireiras, graníferas, medicinais e forrageiras. Cada cultura é disseminada no local apropriado ao seu desenvolvimento e às suas precisões de capturar luz, de fertilidade e tamanho (altura e tipo das copas das árvores).

A diversificação de produtos eleva a segurança alimentar do produtor rural, dando espaço para a sustentabilidade ambiental. O incentivo à fertilidade do solo e a diminuição gradativa dos custos de produção fazem do SAF uma extraordinária alternativa para a agricultura camponesa no Brasil.

Os SAF's são formas de uso e manejo dos recursos naturais, nos quais espécies lenhosas perenes (árvores, arbustos e palmeiras) são utilizadas em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, em uma mesma área, de maneira simultânea ou em uma sequência temporal, resultando em uma diversidade biológica promovida pela presença de diferentes espécies vegetais e/ou animais, que exploram nichos diversificados dentro do sistema, integrados com a aplicação de práticas de manejo compatíveis com técnicas culturais tradicionais dos agricultores. O projeto Verde Vida implantará 5 unidades produtoras de SAF's, durante sua execução. Cada família terá capacitação técnica para o manejo e incorporação do processo produtivo⁶.

O Sistema SAF, para ser implantado, necessita de orientações técnicas e conhecimentos para o cultivo. Na implantação, tem que ser realizada a escolha do local e a análise do solo para observar se necessita da recomposição de algum nutriente. É observado também o pH, que dá a estabilidade do solo, e, caso não esteja dentro dos padrões de neutralização, é recomendada a calagem, que é feita por meio de incorporação de calcário no solo, utilizando a remoção do solo por meio de equipamentos agrícolas. Após o preparo do solo, é feito o isolamento da área onde é realizado o plantio das espécies escolhidas para serem trabalhadas. O plantio pode ser feito por meio de intercalações de árvores frutíferas de ciclo curto, médio e longo, o que vai proporcionar a rentabilidade com maior rapidez.

Os SAF's quando implantados em um determinado local ou região, possuem uma importante função social, a de fixação do homem ao campo devido principalmente ao aumento da demanda de mão-de-obra e sem sazonalidade, ou seja, a sua distribuição é mais uniforme durante o ano (os tratos culturais e colheita ocorrem em épocas diferentes), e da melhoria das condições de vida, promovida pela diversidade de produção (produtos agrícolas, florestais e animais). A conservação das espécies arbóreas medicinais e frutíferas, também é uma importante função social dos SAF's. (MÜLLER et al., 2002, p. 137)

Este sistema desempenha a revitalização do ambiente, desenvolve a segurança alimentar e ainda é um sistema que faz a retenção de CO₂ no ambiente, trabalho este desenvolvido pela FACEG de Goianésia, pelos acadêmicos de Agronomia, que tem uma grande importância para a preservação ambiental.

⁶ Disponível em: <http://www.verdevida.org/sistemas-agroflorestais/>. Acessado em: 23/10/2015.

Na foto 7, Sebastião Gomes da Silva, um dos seis produtores que trabalha com a atividade do sistema agroflorestal, está com sua área reservada para o SAF, toda plantada com mudas nativas do cerrado.

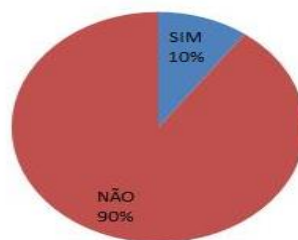
Foto 6 – Assentamento Vitória - Sebastião Gomes



Fonte: Fotografia Marcio Bessa/2015.

Na figura 21, temos 10% dos agricultores que estão trabalhando com a atividade do SAF, considerada uma atividade que requer uma quantidade de tempo maior que as demais. Os agricultores terão alimentos tanto para consumo como para geração de renda.

Figura 21 – SAF



Fonte: Dados adaptados pelo autor/2015.

Em entrevista realizada com o coordenador de campo do Projeto Verde Vida, Lucas

Silva Alves, constatou-se que o Projeto realizou, no Assentamento Vitória, três fases de análise físico-química do solo nas áreas de implantação do SAF. A realização das análises de solo é importante, pois somente os dados obtidos em campo, através da observação visual, não são suficientes para se determinar possíveis problemas nutricionais das plantas. As plantas obtêm os nutrientes dos quais necessitam do solo. Entretanto, um solo degradado não tem condições de ter uma boa fertilidade por não ter a quantidade de nutrientes necessários. O solo fica desgastado e fraco para suprir com vigor a plantação, são necessários meios que auxiliam o produtor rural a aumentar a lucratividade da exploração agrícola ou florestal e acompanhar as mudanças da fertilidade do solo.

Ao realizar a primeira fase de coleta, foram avaliados os baixos índices de nutrientes e a presença de acidez no solo, e foi recomendada a calagem e a adubação química, que foi tabelada pela equipe técnica do Projeto Verde Vida, no intuito de estabilizar o PH e restabelecer os nutrientes, aperfeiçoando as qualidades do solo e a sua qualidade de fertilização. Na segunda e terceira coleta das amostras de solo, nas respectivas áreas trabalhadas, utilizando os mesmos métodos anteriores, pôde-se notar que, no decorrer do tempo, as vegetações fazem a regeneração da área, mais não é suficiente para continuar a constância do pH e oferecer a quantidade de matéria orgânica ao solo para que ele permaneça com grandes quantidades de nutrientes. Por isso, deve-se improvisar a análise de solo como parte de um planejamento das culturas agrícolas ou florestais, pois convém como prevenção para futuros problemas nutricional que podem promover o aparecimento de pragas e de doenças. Com a concretização da análise, pode-se chegar a elevar a lucratividade, uma vez que existirá um aumento da produção e da resistência da planta, diminuindo os gastos com agrotóxicos. Em consequência disso, haverá uma melhor qualidade de vida e menor impacto ambiental.

Sendo indispensáveis ambientalmente os SAF's possuem a capacidade de ser mencionadas: proteção contra erosão e degradação dos solos, conservação dos remanescentes florestais, permanência das espécies arbóreas de estimacão ecológicas (proteção e alimentação à fauna, espécies endêmicas e espécies em extinção), permanência de nascentes e cursos d'água, substitutivo das matas ciliares, sustentando a função de proteção, e ação de corredores ecológicos integrando divisões florestais (MÜLLER et al., 2002).

5.2.1. Sistemas Agroflorestais (SAF): Principais Vantagens Ambientais no Solo

As árvores que se encontram presentes na composição agroflorestal possuem a responsabilidade pelo desenvolvimento de serrapilheira (destituição de folhas e materiais distintos), que é essencial no retornar da matéria orgânica para o solo. O curso de nutrientes solo-planta-solo favorece tanto as árvores como as culturas agrícolas. A adubação acontece espontaneamente, não sendo preciso utilizar-se de insumos químicos. Nos sistemas agroflorestais, as árvores auxiliam a desenvolver a disposição de infiltração da água da chuva no solo. As folhas e materiais orgânicos que cobrem o solo colaboram para a conservação e armazenamento da água disponível na propriedade. A variedade de plantas que é encontrada as áreas de SAF colabora para o alimento e acolhimento da fauna local. É muito comum que apareça animais silvestres, principalmente aves.

A produção simultânea de mais de um produto proporciona maior flexibilidade em relação às oscilações do mercado e não deixa o orçamento familiar dependente de apenas uma cultura. Também as produções de madeira a partir das árvores que compõem o SAF constituem uma poupança a médio e longo prazo. Além disso, os sistemas agroflorestais são importantes para o abastecimento da família, garantindo a segurança alimentar devido à diversidade de produtos oferecidos durante todo o ano.

O processo de produção de alimentos nos SAF acontece sem a precisão de utilização de insumos químicos e, assim sendo, em embasamentos agroecológicas, proporcionando uma alimentação saudável. Ademais, os sistemas agroflorestais representam uma importante alternativa de trabalho e renda para as mulheres, devido à possibilidade de beneficiamento dos seus diversos produtos (artesanato, geleias, compotas etc.)⁷.

Os sistemas agroflorestais são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que tem a capacidade serem usadas para restabelecer florestas e reconstruir áreas que foram degradadas. A tecnologia faz com que as limitações do terreno ficam mais amenizadas, tornam mínimos riscos de degradação essenciais à atividade agrícola e tornar ótimo a produtividade a ser conseguida. Existe redução na perda de fertilidade do solo e na agressão de pragas.

O uso de árvores é essencial para que sejam recuperadas as funções ecológicas, pois, permite restabelecer de boa parte das relações entre as plantas e os animais. Os elementos arbóreos são introduzidos como tática para a batalha à erosão e a contribuição de matéria orgânica, devolvendo a fertilidade do solo. Na etapa primeira de recuperação, precisa ser realizado o plantio de árvores de acelerado crescimento, para antecipar a disponibilidade de

⁷ Disponível em: <http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2013/08/0068029001374861877.pdf>. Acesso em: março de 2017

biomassa, o que permitirá originar a ciclagem de nutrientes e consentir o plantio de espécies mais rigoroso. Existe melhoramento na composição e na atividade da fauna, do solo, e maior liberação de nutrientes. É adquirida uma estabilização biológica que agencia o controle de pragas e doenças. Na mesma área, é provável constituir consórcios em meio a espécies de estimação econômica, frutíferas e hortaliças. É possível ser inseridas espécies de leguminosas para modo como adubo verde, as quais são roçadas, e espécies de leguminosas arbóreas que, com o mesmo desígnio, são podadas, tendo em vista a destituição de material orgânico a respeito do solo. Além de colaborar para a permanência do meio ambiente, as benfeitorias dos sistemas agroflorestais possuem a capacidade de despertar o interesse dos agricultores, uma vez que, como estão coligados à produção de alimentos, admitem proporcionar produtos agrícolas e florestais, desenvolvidos a geração de renda das comunidades agrícolas.⁸

5.2.2. A Manutenção das Atividades – Sistema Agroflorestal – SAF

Para a implantação da atividade SAF, tem de ser realizado um monitoramento da área a ser implantada para facilitar o manejo e manuseio da produção, que deve ser feito diariamente. Inicialmente, é importante realizar análises físico-químicas do solo, para obter dados relevantes, que direcionam a recuperação e a recomposição do solo.

A manutenção da atividade inicia antes mesmo da execução. Deve-se ter o cuidado de realizar o controle biológico das formigas no mínimo trinta dias antes do início do plantio. Para manter o SAF em bom funcionamento, é necessário sempre observar se o isolamento está em boas condições, observar se deve ser realizada a irrigação das mudas no período da estiagem para diminuir perdas, realizar reposição das mudas que não conseguiram sobreviver, realizar o coroamento das mudas no momento do plantio, o qual deve ser mantido até que tenha um médio porte, evitando a perda de nutrientes e o seu abafamento. Após a implantação, o plantio de curto prazo logo inicia a produção de frutos, e é de fundamental importância fazer podas e adubações adequadas para ter uma boa produção no SAF, gerando grandes lucros.

5.2.3 Experiências de manejo da agrobiodiversidade por meio do Sistema Agrossilvipastoril (SASP)

⁸Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: março de 2017

O Sistema Agrossilvipastoril (SASP) é a chance que a família favorecida tem de coligar ao procedimento produtivo tecnologias sustentáveis para que possa obter uma produção mais eficaz, e também de adequar o acréscimo da renda por meio do desenvolvimento da produtividade e da diversificação da população, e recuperação do passivo ambiental, atenuando a pressão a respeito das florestas nativas. Tudo isso procede na diminuição da emissão de GEE, oferecendo uma agricultura mais sustentável na produção de alimentos.

O SASP é uma metodologia de produção agroecológica que incide na associação de pastagem, floresta, agricultura e criação animal em uma mesma área, de modo simultâneo ou escalonada no tempo. Essa atividade solicita uma maior conservação dos recursos naturais e o acréscimo da produtividade e da variedade de produção agropecuária, se conferido ao padrão convencional.

O sistema agrossilvipastoril agrega o consórcio das lavouras, pastagens, florestas e a criação de animais. Há diversas possibilidades de implantação, estando sujeito do estágio de degradação em que se encontram as pastagens.

O Projeto Verde Vida já implantou oito unidades produtoras de SASP durante sua execução, e as famílias auferirão assistência técnica até o fim das atividades do Projeto, para que, deste modo, a atividade tenha longa duração.

Os impactos da utilização dessa tecnologia refletem-se, especialmente, na conservação ambiental, na sustentabilidade ecológica e econômica da área implantada, na fixação sustentável da agricultura e na integração da lavoura, pecuária e floresta⁹.

O Sistema, após ser implantado, proporciona ao produtor rural vantagens ambientais, sociais e econômicas, que contribuem para a redução de áreas degradadas, dando a manutenção e reconstrução da cobertura florestal, promovendo a geração de renda e de empregos, e traz ao produtor melhorias das qualidades sociais, ao ajustamento da unidade produtiva à legislação ambiental e a valorização dos serviços ambientais oferecidos pelos agroecossistemas, tais como: conservação dos recursos hídricos e do solo abriga de insetos e animais polinizadores e de controle natural de pragas e doenças, fixação de carbono e nitrogênio, redução da emissão de GEE, reciclagem de nutrientes, biorremediação do solo e manutenção e uso sustentável da biodiversidade.

O sistema SASP deve ser implantado por meio de orientação técnica para realizar a escolha adequada do local onde vai ser implantado, e também fazer as coletas de solo no

⁹ Disponível em: <http://www.verdevida.org/conservacao-do-solo/>. Acessado em :23/10/2015.

intuito de realizar análises físico-químicas, e proceder, se necessário, à correção do solo. Após a preparação do solo, é feito o isolamento e as divisões dos pastejos, em que todos os pastos se ligam ao corredor que leva ao bebedouro. São construídas também as zonas de descanso, que ficam entre os pastejos, nas quais são plantadas mudas nativas e frutíferas, proporcionando sombra e frutos para a fauna. E o SASP tem grande relevância para fixação de carbono, devido à grande quantidade de matéria verde e matéria seca nas pastagens, proporcionando relevância ambiental e propiciando renda ao produtor rural.

Os sistemas agrossilvipastoris conseguem, ao mesmo tempo, conservar os recursos naturais, aumentar a produtividade agrícola e pecuária, e fixar o homem no campo, trazendo melhoria na qualidade de vida. O gado produz adubo rico em nutrientes, que aumenta a fertilidade do solo. O uso de fertilizantes químicos não se faz necessário; a propriedade preserva os recursos da natureza, em um sistema no qual tudo se aproveita. Unem-se serviços ambientais junto com trabalho humano de boa qualidade, favorecendo a produção de diversos produtos de valor econômico, como produtos agrícolas, forragem, madeira, lenha, entre outros. Os gastos com insumos atenuam. O SASP resguarda os cultivos e os animais contra as correntes de vento, protege as microbacias e o solo contra a erosão, especialmente em lugares de grande encosta. Assim sendo, acrescenta a produção do solo, aprimora a fertilidade e a produção de forragem nutritiva para o gado, que ficará disponível no decorrer todo o ano. E também, utilizar cercas-vivas para afastar as parcelas designadas a desiguais usos agropecuários e delimitar as fazendas. O SASP é benéfico para o meio ambiente e para os produtores, visto que é aproveitado os recursos naturais locais, não agredindo o solo nem a água, e origina mão de obra rural de boa qualidade. Disponibilizam-se nutrientes na superfície do terreno através de árvores onde raízes os retiram das camadas densas do solo¹⁰.

Na foto 8, o sistema agrossilvipastoril, onde podemos ver a divisão dos pastos usando a cerca elétrica. É visível um solo totalmente degradado, mas é dessa forma que se produz leite e carne, tanto para consumo próprio como para geração de renda.

Foto 7 – Assentamento Vitória, município de Goianésia (GO)

¹⁰ Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/extensao/modulo2.pdf>. Acesso em: abril de 2017



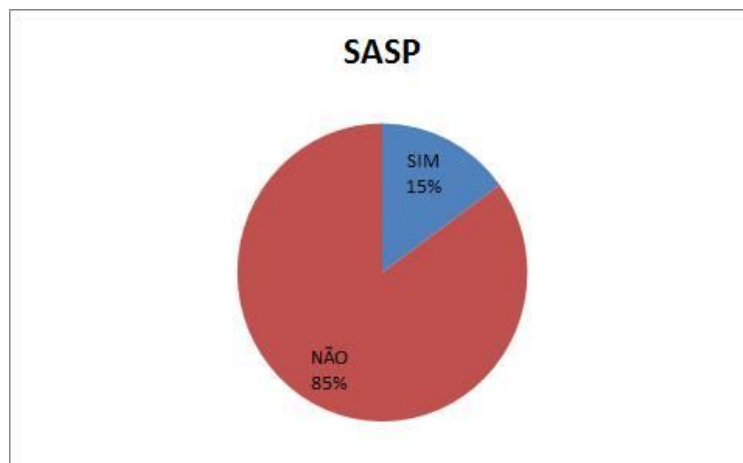
Fonte: Fotografia Marcio Bessa/2015.

O sistema agrossilvipastoril é uma modalidade agrícola em que se combina atividade pecuária, lavoura e floresta, todas na mesma área, visando à produção de carne, grãos e madeira, respectivamente. O histórico agrícola brasileiro, desde quando o país foi dividido em capitanias hereditárias, é marcado pelo monocultivo de terras que, na maior parte do território, ainda é feito de forma exploratória e insustentável, negligenciando a necessidade de reposição de nutrientes ao solo. O resultado disso é a degradação dos solos, que exaure a fertilidade da terra e torna a atividade inviável após alguns anos de cultivo. Por essa razão é que se tem dado tanto destaque ao SASP que, pelo contrário, promete ser uma modalidade inteiramente sustentável, em termos econômicos e ambientais. Do ponto de vista ambiental, o SASP apresenta várias vantagens. A diversificação de culturas tanto no espaço, como é o caso do consórcio, quanto no tempo, como acontece na rotação de culturas, é uma ferramenta muito eficiente no controle de pragas, doenças e plantas invasoras. Quando o monocultivo é feito sucessivamente durante vários anos, há uma tendência de pragas, patógenos e plantas daninhas a se adaptarem à planta hospedeira (cultura) e até sofrerem mutações genéticas, tornando-se cada vez mais resistentes aos produtos agroquímicos. Dessa forma, o SASP contribui para uma diminuição do uso de agroquímicos na lavoura¹¹.

Na figura 22, podemos ver que 15% dos assentados trabalha com a atividade agrossilvipastoril, uma atividade forte, que produz para o consumo próprio e para melhorar a renda das famílias.

Figura 22 – SASP

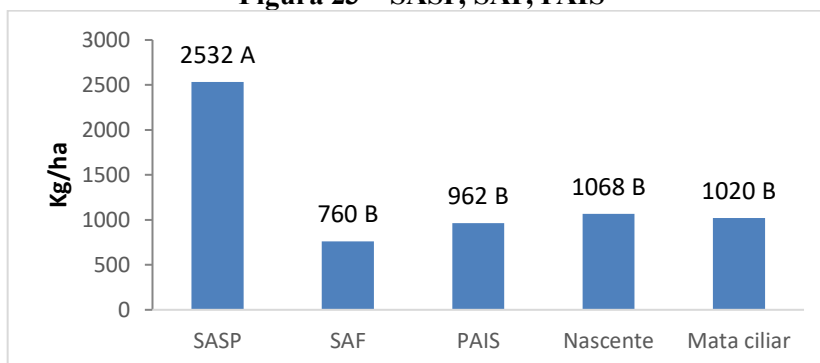
¹¹ Disponível em: <http://www.clubeamigosdocampo.com.br/artigo/sistemas-agrossilvipastoris-sasp-1076>. Acesso em: abril de 2017



Fonte: Dados adaptados pelo autor/2015.

Em entrevista com o coordenador de campo do projeto Verde Vida, Lucas Silva Alves, constatou-se que, na implantação do Projeto Verde Vida no Assentamento Vitória, foi realizada duas coletas para análise físico-química do solo no sistema agrossilvipastoril. Os pontos de coletas foram dimensionados à área de 2 hectares; as coletas foram realizadas em diversos pontos dentro desse espaço e homogeneizada para uma amostra com maior qualidade. As coletas foram realizadas com base nas orientações dos técnicos do projeto e com a presença do responsável pela propriedade. Os pontos obtiveram duas profundidades, sendo superficial, com 0 a 20 cm de profundidade, e subsuperficial, com 20 a 40 cm de profundidade. Os parâmetros analisados foram nutrientes, textura e acidez (pH), no intuito de avaliar os teores nutricionais e a sua acidez, que atrapalha o crescimento e o desenvolvimento das vegetações. Na primeira análise físico-química, após a avaliação, foi recomendada a recuperação e estabilização do solo utilizando a calagem e a adubação química, que aumenta os nutrientes e estabiliza o pH. Após a incorporação do calcário, foi realizado o plantio, que teve um excelente desenvolvimento foliar e um ótimo crescimento. Na segunda coleta de solo, pôde-se observar *in loco* que havia grande quantidade de matéria morta, que ajuda na recomposição do solo em forma de nutrientes, e o pH dentro das médias. É de grande importância que se realizem ambas as análises em conjunto, pois, assim, pode-se relacionar os teores de nutrientes e acidez com o potencial de uso e manejo do solo. Com o resultado das duas análises, será possível elaborar um diagnóstico mais preciso da fertilidade.

Ao avaliar a fixação de carbono em biomassa verde fresca superficial de diferentes sistemas ecológicos de produção, sem considerar a idade de implantação dos sistemas, o tratamento SASP foi superior aos tratamentos SAF, PAIS, isolamento de nascente e mata ciliar.

Figura 23 – SASP, SAF, PAIS

Fonte: Andrade Júnior, 2015.

5.2.4. A Manutenção das Atividades

Na execução da atividade Sistema Agrossilvopastoril, é de fundamental importância realizar a recuperação do solo, por meio de análises físico-químicas para obter os dados necessários para aplicar a recuperação do solo.

A manutenção da atividade deve ser realizada constantemente: verificar o isolamento, tanto na eletrificação quanto nos postes fixados para sustentação da cerca; observar sempre o abastecimento hídrico; combater, de forma biológica, as formigas, tanto no período inicial quanto no decorrer da atividade; realizar a reposição das mudas nativas, frutíferas e exóticas que não conseguiram se desenvolver; e também realizar a rotação de pastejo, conforme a necessidade. É importante fazer o controle de pragas daninhas e o plantio de crotalaria, para melhorar a oxigenação do solo, mantendo, assim, um pasto de qualidade e, consequentemente, uma boa produção. A manutenção do solo deve ser observada. Se não houver uma boa produção do pastejo, é necessário realizar análises físico-químicas para aplicar a reposição de nutrientes ausentes no local.

Ao longo da pesquisa, pude participar de diversas ações voltadas à recuperação e à conservação do Assentamento Vitória. Esse projeto objetivou integrar tecnologias sociais, sistemas alternativos da terra e reconversão produtiva de áreas degradadas, garantindo a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da comunidade beneficiada.

Pude verificar como as diferentes melhorias ambientais mudou a vida dessas famílias. Nos últimos dois anos, o Assentamento Vitória foi atendido pelo projeto socioambiental Verde Vida, financiado pela Petrobrás. As famílias, além de já estarem mobilizadas e familiarizadas com a forma de prestação de serviços, tiveram suas parcelas atendidas com os sistemas agroflorestais SAF, SASP e PAIS. O projeto promoveu a reconversão produtiva de áreas

degradadas, com a implantação de práticas agroecológicas e sociais por meio da implantação da Produção Agroecológica Sustentável e Integrada, das Unidades Produtivas do Sistema Agroflorestal e das Unidades Produtivas do Sistema Agrossilvipastoril.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a dinâmica dos assentamentos, com todas as limitações, permite gestar novas estruturas e novos personagens da produção familiar rural. Os assentamentos geram um desenvolvimento territorial na região onde se localizam, com alternativas econômicas e sociais para parte significativa de trabalhadores que se encontram marginalizados e excluídos do processo de produção vigente e que conformam a questão agrária brasileira.

A pesquisa empírica foi realizada levantamos dados pessoais; estrutura básica; infraestrutura da parcela; trabalho e renda; produção e associativismo; saúde e lazer; educação e cidadania e a avaliação institucional que teve como foco levantar o diagnóstico socioeconômico, a presença dos movimentos sociais, os aspectos sócios ambientais, a produtividade a educação e a cidadania, a saúde o manejo adequado da agrobiodiversidade e o sistema agrossilvipastoril.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, visitamos os lotes/parcelas do assentamento, com o intuito verificar acompanhar o Projeto VERDE VIDA, financiado pela Petrobras, que objetivou promover a reconversão produtiva de áreas degradadas, com a implantação de práticas agroecológicas e sociais no Assentamento Vitória. O resultado dessa etapa da pesquisa pode ser observado através do PAIS, SAF, SASP no capítulo 5.

Buscamos ampliar o diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico-científico, que, no nosso ponto de vista, foi fundamental para a harmonização do setor produtivo com os princípios da sustentabilidade. Além disso, entendemos que a agrobiodiversidade é a base para se chegar ao desenvolvimento rural com sustentabilidade ambiental, econômica e social e construir sistemas de produção de base agroecológica junto às famílias camponesas. Isso porque a agricultura capitalista exerce forte impacto sobre o meio ambiente, e os efeitos da exploração agropecuária têm sido objeto de grande preocupação e discussão junto às comunidades do assentamento vimos que o PAIS, SASP e SAF tem atendido e resolvido o problema da fome, da geração de renda com seu produtos sendo consumido pelos assentados e vendidos na feira na cidade de Goianésia.

Apresentamos o perfil socioeconômico das famílias assentadas, bem como as características socioambientais do Assentamento Vitória com o objetivo de ser apresentado questões relativas ao conceito de movimentos sociais, aos movimentos sociais em luta pela terra no Brasil e em Goiás com base em referenciais dos autores e na pesquisas realizadas sobre o tema.

Mapeamos diferentes formas e manejos agroecológicos desenvolvidos no assentamento, por meio da implantação do Projeto Produção Agroecológica Sustentável e Integrada (PAIS), unidades produtivas do Sistema Agroflorestal (SAF) e unidades produtivas do Sistema Agrossilvipastoril com o objetivo de investigar a viabilidade da produção e o seu resultado econômico.

No decorrer dos anos, os assentamentos passaram a existir como a dedicação da luta (conquista de um objetivo – a terra), que logo se estendem em novas expectativas de produção, renda, moradia e qualidades dignas de vida e de trabalho. Pode-se indagar o assentamento enquanto ponto de chegada, isto é, a ascensão a terra consentindo a coerência social, entretanto, do mesmo modo é provável abordá-lo como ponto de partida, ou seja, circunstância na qual os assentados passam a ser novos atores na produção familiar.

Nos capítulos apresentados neste trabalho, foi possível apreender e compreender a importância dos movimentos sociais na conquista dos direitos humanos, na construção de leis mais justas e dignas. A sociedade como um todo vive em conflito, sempre lutando por condições de um futuro melhor. A condição do campo não é diferente, os processos de mudanças e modernização pelos quais passa o agronegócio afetaram diretamente a vida das famílias camponesas, pois a economia vigente e as políticas públicas não oferecem subsídios para que as famílias possam se armar e acompanhar a modernidade. Muitas dessas famílias precisam abandonar seus lares e suas terras em consequência do endividamento, e buscar novas perspectivas de vida e trabalho nos meios urbanos.

Desde 2015, o PA Vitória tem sido atendido por um projeto socioambiental financiado pela Petrobrás, o “Verde Viva”. Esse projeto tem melhorado as condições de vida dos camponeses moradores do PA Vitória, aumentando suas expectativas e apresentando novos horizontes, promovendo a união das famílias em prol do bem comum. Todas as famílias participam do projeto e cada uma tem sua função e responsabilidade para manter tudo em andamento.

Por conta disso, as famílias não precisam sair do campo em busca de outro meio de vida, pois o projeto apresenta novas perspectivas de trabalho e fonte de renda, de forma a auxiliar e permitir que as famílias continuem no campo. Isso de fato representa resistência às práticas do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. **Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados: os Kalunga de Goiás**. In.: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010a, p.113-129.

_____. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**. EDIÇÃO ESPECIAL, Goiânia-GO, v. 1, n. 9, p. 36-63, fev. 2010b.

ALTIERI, M. A. The question of small development: who teaches whom?. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 9, n. 4, p. 401-405, 1983.

ANDRADE JÚNIOR, J. A. **Fixação de carbono em sistemas conservacionistas na região do Vale do São Patrício, Goiás**. 2015. Monografia (Bacharelado em Agronomia). Faculdade Evangélica de Goianésia, Associação Educativa Evangélica, Goianésia, 2015.

ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2001.

ARRUDA, L; QUELHAS, O.L.G. **Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente**. 2010. Disponível em <http://www.senac.br/BTS/363/artigo6.pdf>. Acesso em 15/09/2017.

BESSA, M. M. **O agronegócio em queda livre**. 2017. Disponível em <http://correiogoianotv.com.br/site/index.php/artigos/ver/156/o-agronegocio-em-queda-livre> Acesso em 12/04/2017.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília – Universidade de Brasília, 1998

BLOISE, D. M. **Agricultura Familiar, Campesinato e Agroecologia**. 2013. Disponível em <http://mutuando.org.br/?p=1419>. Acesso em 21/03/2017.

CALAÇA, M. Territorialização do Capital: Biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê geográfico – EDIÇÃO ESPECIAL**, Goiânia (GO), v. 4, n. 1, p. 01-18, fev. 2010.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 57-63, 1994.

CARVALHO, H. M, **O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, 405p.

_____. **O camponês, guardião da agrobiodiversidade**. Curitiba, 2013.

_____. **De produtor rural familiar a camponês**. A catarse necessária. Curitiba, 2009.

CASTANHO FILHO, E. P. Floresta e bioenergia. **Informações Econômicas**, IEA, v. 38, n. 2, p. 52-67. 2008.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

CONWAY, G. R.; BARBIER, E. B. **After the Green Revolution: sustainable agriculture for development**. London: Earthscan Publications, 1990.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. 203f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 08 Número 06, Edição Especial, p. 14 – 34, 2005.

FERREIRA, L. A. **A geração de energia elétrica e os impactos socioambientais causados às populações rurais: a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães**. 2003. Monografia de Especialização (Planejamento e Gestão Ambiental), Fundação Universidade do Tocantins-UNITINS, Palmas, 2003.

FERREIRA, I. M.; MENDES, E. P. P. **A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX)**. São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia, 2009. p. 01-27.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil**. 1992/97 In: Anais do XXVII Encontro Nacional De Economia, 1999, Belém - PA, Niterói - RJ ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 1999, v. 1, p. 207 -227.

NETO, F. G. **Questão agrária e ecologia**. 2 eds. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no Campo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes/Fase, 1990.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. v. 1; São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, J. R. Culturas brasileiras de participação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, C.E. **A agricultura camponesa e os desafios do PRONAF no município do Crato/CE**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16. 2011.

MAIA, C. L. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira –**

a luta dos posseiros em trombas e formoso 1950/1960. 275 f. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MACHADO, A. T. Parceria entre órgãos públicos e comunidades agrícolas. In: SOARES, A.C.; MACHADO, A.T.; SILVA, B.M.; WEID, J.M. (EdS.). **Milho Crioulo: conservação e uso da biodiversidade.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. p. 79-81.

MACHADO, A. T. Biodiversidade e Agroecologia. In: DE BOEF, W.; THIJSEN, M. H.; STHAPIT, B. (Orgs.). **Biodiversidade e Agricultores, fortalecendo o manejo comunitário.** Porto Alegre: Editora LPM: 2007. p. 40-44.

MACHADO, A. T., NASS, L. L., MACHADO, C. T. de T. **Manejo sustentável da agrobiodiversidade nos biomas do cerrado e caatinga:** com ênfase em comunidades rurais. Embrapa Cerrados. Planaltina, DF, 2011.

MARTINS, J. S. **A luta pela terra.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Editora vozes 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política - O processo de produção do capital.** Trad. Reginaldo Sant'ana, v. 1, 6.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Medeiros Filho, O. **No rastro dos flamengos,** Fundação José Augusto, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1989.

MELUCCI, A. **Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento.** In: Lua Nova. São Paulo, Cedec, n. 17, jun. 1987. p. 49-66.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano.** 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAIS, C. S. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas (1954-1964).** São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21- 76.

MÜLLER, M. W.; ALMEIDA, C. M. V. C.; SENA-GOMES, A. R. **Sistemas agroflorestais com cacau como exploração sustentável dos biomas tropicais.** Semana do Fazendeiro, 25ª, Uruçuca, 2002. Agenda. Uruçuca, CEPLAC/CENEX/EMARC, 2002. p. 137-142.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre,** São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, dez. 2001.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avaliativos,** vol. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. 1997. 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PETERSEN, P. **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIRES, M. J. S. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do estado de Goiás. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), v. 05, n. 02, p. 70-91, 2009.

SAMPAIO, J. F. **A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964)**. 128 f., 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SANTOS, P. A. **O que tem motivado grandes empresas a investir parte do seu capital em projetos sociais?** 2012. Disponível em <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/o-que-tem-motivado-grandes-empresas-investir-parte-capital.htm>. Acesso em 15/05/2017.

SAUER, S. **Palestra apresentada na reunião temática sobre reforma agrária, promovida pelo Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido**, realizada em junho de 2003. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/4212380/a-questao-agraria-no-brasil---sergio-sauer>>. Acesso em: abril de 2017

SAUER, S. **Terra e modernidade – a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHERER-WARREN, ILSE. **Redes de Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2009.

SILVA, V. M. **História agrária em Goiás**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.
_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STEDILE, J. P. & FREI SERGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STEDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, J. P. Sociedade em crise. **Carta Capital**. v. 12, n. 360. p. 28-33, 2005.

TEIXEIRA, M. B. **O Golpe em Goiás: História de uma grande traição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VAN DER PLOEG, J. D. **Dez Qualidades Da Agricultura Família**. Cadernos de Debate, Agriculturas: Experiências em Agrologia, Nº 1, Fev de 2014.

_____. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

VOLTOLINI, S. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2.ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985. _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996. _____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

QUESTIONÁRIO

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

I. Identificação do Proprietário

Nome do Proprietário

Telefone/Celular

II. Identificação da Propriedade

Onde Mora

Nome da Propriedade

Número da Parcela

Micro Região

Área da Propriedade (ha)

III. Pesquisa Socioambiental

1. Aspectos Sociais:

1.1. Grupo Familiar

1.1.1. Quantas pessoas compõem o grupo familiar? _____

1.1.2. Constituição Familiar

Nome	Posição Familiar	Idade	Sexo	Naturalidade	Estado Civil	Escolaridade*
------	------------------	-------	------	--------------	--------------	---------------

* 1. Não estudou; 2. Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário); 3. Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio); 4. Ensino médio (2º grau) incompleto; 5. Ensino médio (2º grau) completo; 6. Ensino superior incompleto; 7. Ensino superior completo; 8. Pós-Graduação

1.1.3. Tempo de residência na propriedade:

1.2. Moradia:

1.2.1. Marque a situação que melhor descreve a sua casa:

1.2.1.1. Número de Cômodos: _____

1.2.1.2. Tamanho da Moradia em M2: _____

1.2.2. Cobertura:

() Telha de barro () Telha de amianto () Palha () Lona () Outros

1.2.3. Tipo:

() Alvenaria () Madeira () Barraca/Lona () Adobe () Outros

1.2.4. Piso:

() Cimento () Cerâmica () Terra () Outros _____

1.2.6. Situação atual da residência:

() Residência com acabamento

() Rede de Esgoto

() Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.) () Banheiro

() Fossa

() Água

() Chuveiro

() Energia Elétrica ()

() Forro Outros _____

1.2.7 Em relação à casa de sua família, quais e quantos dos itens de conforto abaixo há em sua casa:

() Automóvel? ____ () Motocicleta? ____

() Banheiro? ____ () Quartos? ____

() Geladeira? ____ () Freezer? ____

() Televisão? ____ () DVD? ____

() Aparelho de Som? ____ () Computador (micro, laptop ou notebook)? ____

() Lavadora de roupa? ____ () Tanquinho de lavar roupa? ____

() Fogão a Gás? ____ () Microondas? ____

() Fogão a Lenha? ____ () Telefone celular? ____

1.3. Saneamento

1.3.1. Abastecimento de Água da residência:

1.3.1.1. Fonte:

() Córrego _____ () Rio _____

() Nascente _____ () Represa _____

() Cisterna _____ () Outros _____

1.3.1.2. Forma de abastecimento de água da residência:

- ☐ Gravidade
☐ Bomba elétrica na cisterna
☐ Bomba elétrica no córrego, rio, nascente, e represa
☐ Roda d'água
☐ Outro _____

1.3.1.3. Tratamento da água de consumo na residência:

- ☐ Sim ☐ Não

1.3.1.3.1. Caso sim, indicar:

- ☐ Filtrada ☐ Fervida
☐ Direto da fonte ☐ Coadada / fervida
☐ Coadada ☐ Coadada / filtrada
☐ Tratada com água sanitária ☐ Outro _____
☐ Tratada com cloro

1.3.2. Resíduos Sólidos

1.3.2.1. Efluentes

1.3.2.1.1. Qual o principal tipo de instalação sanitária utilizado na moradia?

- ☐ Fossa comum (rudimentar) ☐ Fossa séptica ☐ Não tem ☐ Outro

1.3.2.1.2. Qual é o destino principal do esgoto da moradia?

- ☐ Esgoto a céu aberto ☐ Privada ou casinha ☐ Fossa séptica ☐ Fossa negra ☐ Outros

1.3.2.2. Lixo

1.3.2.2.1. Qual é o destino principal do lixo de sua moradia?

- ☐ A céu aberto
☐ Em nascente, rio e córrego
☐ Queimado
☐ Enterrado
☐ Reciclado
☐ Outro

1.4. Transporte

1.4.1. Qual é a distância da unidade familiar da sede do município?

- () 0 a 10km
 () 11 a 20km
 () 21 a 40km
 () 41 a 60km
 () Outro _____

1.4.2. Qual é a distância da unidade familiar em relação ao aglomerado de famílias (vila, sede comunitária, sede de bairro rural, distrito) mais próximo?

Nome: _____
 () 0 a 10 () 11 a 20 () 21 a 40 () 41 a 60 () Outro _____

Nome: _____
 () 0 a 10 () 11 a 20 () 21 a 40 () 41 a 60 () Outro _____

Nome: _____
 () 0 a 10 () 11 a 20 () 21 a 40 () 41 a 60 () Outro _____

1.4.3. Condições de acesso à propriedade (estradas, caminhos, etc)?

1.4.3.1. Período sem chuvas

- () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Sem Acesso

1.4.3.2. Período de chuvas

- () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Sem Acesso

1.4.4. Opção para transporte pessoal da família?

- () Ônibus de linha – transporte privado () Carro ou utilitário próprio
 () Moto própria () Bicicleta própria
 () Ônibus de linha – transporte público () Cavalo ou outros animais
 () Trator () A pé
 () Outro

1.4.5. Aonde vai com mais frequência quando precisa de comércio e serviços?

- () Goianésia () Santa Isabel/Cirilândia () Jaraguá
 () Goiânia () Ceres/Rialma () Outro. _____

1.5. Energia Elétrica:

- () Sim () Não

1.5.1. Caso sim, indicar:

() Rede geral () Gerador/ motor () Placa Solar () Outro: _____

2. Aspectos de Sociabilidade e Cultura

2.1. Você participa de alguma entidade, associação ou cooperativa?

() Associação de Produtores. Qual? _____

() Cooperativa de Produtores. Qual? _____

() Sindicato de trabalhadores ou patronal. Qual? _____

() Partido ou associação política. Qual? _____

() Associação pastoral ou eclesial. Qual? _____

() Outros tipos de associações ou entidades. Qual? _____

() Não participo

2.2. A que grupo religioso você e sua família pertencem:

() Católico

() Evangélico. Qual? _____

() Afro-brasileiro (umbanda, candomblé). Qual? _____

() Espírita

() Outro grupo religioso. Qual? _____

() Não participo

2.3. Você e sua família participam de alguma manifestação cultural?

() Folia de Reis

() Teatro

() Congada

() Cavalgada

() Catira

() Dança

() Grupo de Violeiros

() Quermesse

() Festa Junina

() Mística

() Festa Religiosa. Qual? _____

() Outras. Qual? _____

2.4. Quais os lugares daqui, onde os moradores costumam se reunir?

() Igreja

() Sede de Associação Comunitária

() Casa de Família

() Outro. Qual? _____

() Nenhum

2.5. Como você fica sabendo das notícias / quais os 3 principais meios de acesso à informação (indicar no máximo 3 alternativas)

() TV

() Internet

- ☐ Rádio ☐ Através de amigos/ vizinhos
☐ Liderança comunitária ☐ Cartazes e faixas
☐ Jornal ☐ Carro de som
☐ Escola

2.6. O que a sua família faz nos momentos de lazer?

- ☐ Visita a familiares e amigos ☐ Frequenta bar
☐ Vai à igreja ☐ Assiste TV
☐ Toma banho de rio ☐ Vai à cidade
☐ Pesca ☐ Ouve rádio
☐ Baile/Forró/Festas ☐ Não faz nada
☐ Joga futebol

2.7. Quais os problemas que você acha que o assentamento possui (assinale no máximo os 3 mais importantes)?

- ☐ Dificuldade de trabalho remunerado
☐ Falta de saneamento (aguar e/ou esgoto)
☐ Dificuldade de atendimento de educação
☐ Dificuldade de transporte
☐ Dificuldade de atendimento de saúde
☐ Dificuldade de acesso a informação
☐ Deficiência de estradas
☐ Dificuldade de acesso a serviços
☐ Falta de energia
☐ Dificuldade de acesso ao comércio
☐ Falta e assistência técnica, apoio a comercialização
☐ Outro.
-
-

3. Aspectos Econômicos

3.1. Indique a renda bruta do seu grupo familiar?

Renda	Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
-------	-----	------	------	------	------	------	------

Menos de 1 Salário Mínimo

01 salário mínimo

02 salários mínimos

03 salários mínimos

04 salários mínimos

05 salários mínimos

Mais. Quantos? _____

3.2. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais do governo federal, estadual e municipal?

- () Bolsa Família () Pensão
 () Aposentadoria () Outro benefício. Qual? _____

3.3. A renda do grupo familiar é proveniente de atividade desenvolvida na propriedade?

- () Sim () Não

3.3.1. Em caso de Sim, quais?

- () Pecuária – Suínos
 () Agricultura – Outros:
 () Pecuária – Bovinos de corte
 () Arrendamento
 () Pecuária – Leite
 () Trabalho externo
 () Pecuária – Aves
 () Aluguel de pasto
 () Programas sociais: bolsa família, etc
 () Agricultura – Culturas Anuais: milho, soja, etc
 () Ajuda familiar
 () Agricultura – Hortaliças
 () Agricultura – Fruticultura
 () Outra. Qual _____

3.4. Atividades ou trabalhos complementares agrícolas da renda do grupo familiar?

Atividade/trabalho	Dentro do Assentamento	Fora do Assentamento
Empreitada	()	()
Diarista	()	()
Intermediação	()	()
Safrista	()	()
Assalariada	()	()
Outras? _____		

3.5. Atividades ou trabalhos complementares não agrícolas

Atividade/trabalho	Dentro do Assentamento	Fora do Assentamento
Artesanato	()	()
Corte e costura	()	()

Comércio de produtos não agrícolas () ()
 Serviços não agrícolas. _____ () ()
 Outras? _____ () ()

3.6. O grupo familiar recebeu total ou parcialmente:

3.6.1. Crédito de apoio para instalação, compra de alimentos e início das atividades produtivas?

() Sim () Não Valor (R\$): _____

3.6.2. Crédito para aquisição de material de construção?

() Sim () Não Valor (R\$): _____

3.6.3. Pronaf?

() Sim () Não Valor (R\$): _____

3.6.4. Crédito para compra de gado?

() Sim () Não Valor (R\$): _____

4. Aspectos Ambientais

4.1. Flora

4.1.1. Existem Áreas de Proteção Permanente – APP's em sua propriedade?

() Sim. Qual? _____ () Não

4.1.1.1. Qual é área em ha de Área de Proteção Permanente – APP's? _____

4.1.1.2. Qual é o estado de conservação?

() Preservado e isolado () Presença de animais
 () Preservado e não isolado () Não está isolada
 () Ausência de vegetação () Outro. Qual? _____

4.1.2. A sua propriedade faz confrontação com Área de Reserva Legal?

() Sim. Qual? _____ () Não

4.1.2.1. Qual é o estado de conservação?

() Preservado e isolado () Presença de animais
 () Preservado e não isolado () Não está isolada
 () Ausência de vegetação () Outro. Qual? _____

4.2. Fauna

4.2.1. Existem animais silvestres em sua propriedade?

() Sim () Não

4.3. Hídrico

4.3.1. Quais os recursos hídricos existentes em sua propriedade?

- () Nascente perene
 () Brejo
 () Rio do Peixe
 () Nascente temporária
 () Vereda
 () Represa/lago
 () Córrego. Qual? _____
 () Outro. Qual? _____

4.3.1.1. Qual é o estado de conservação dos recursos hídricos existentes em sua propriedade?

- () Preservado e isolado
 () Presença de animais
 () Preservado e não isolado
 () Não está isolado
 () Ausência de vegetação
 () Outro. Qual? _____

4.3.2. A água disponível na propriedade é suficiente para o consumo humano?

- () Totalmente () Parcial () Insuficiente

4.3.2.1. Caso seja parcial e insuficiente, qual é forma utilizada para disponibilizar água para o consumo?

4.3.3. A água disponível na propriedade é suficiente para o consumo dos animais?

- () Totalmente () Parcial () Insuficiente

4.3.3.1. Caso seja parcial e insuficiente, qual é forma utilizada para disponibilizar água para o consumo?

4.3.4. A água disponível na propriedade é suficiente para o uso nos cultivos agrícolas?

() Totalmente () Parcial () Insuficiente

4.3.4.1. Caso seja parcial e insuficiente, qual é forma utilizada para disponibilizar água para o cultivo?

5. Aspectos Produtivos

5.1. Uso e Ocupação do Solo

5.1.1. Cobertura Vegetal

Tipo	Área (ha)	Tipo	Área (ha)
() Pastagem natural	_____	() Mata	_____
() Pastagem cultivada	_____	() Capoeira	_____
() Lavoura temporária	_____	() Silvicultura	_____
() Capineira/canavial	_____	() Fruticultura	_____
de Preservação Permanente – APP's		() Outra.	_____
() Área			

5.1.2. Tipo de solo

Tipo	Área (ha)	Tipo	Área (ha)
() Cultura 1ª - maciço	_____	() Arenoargiloso	_____
() Chão vermelho	_____	() Arenoso	_____
() Chão amarelo	_____	() Pedregoso	_____
() Argiloso	_____	() Outro.	_____

5.1.3. Topografia

Tipo	Área (ha)	Tipo	Área (ha)
() Plano/suave ondulado - (0 - 10%)	_____	() Forte ondulado - (20 - 45%)	_____
() Ondulado - (10 - 20%)	_____	() Montanhoso - (> 45%)	_____

5.1.4. Instalações Produtivas

- ☐ Curral ☐ Chiqueiro / pocilga ☐ Poço ou cisterna
☐ Mangueiro ☐ Silo ☐ Galpão
☐ Estábulo ☐ Açude ☐ Caixa d'água
☐ Cerca ☐ Apiário ☐ Outro. _____
☐ Paiol ☐ Tanque piscicultura

5.2. Produtivo

5.2.1. Tecnologia utilizada na produção

5.2.1.1. Quais os equipamentos e máquinas utilizadas para a produção agropecuária na propriedade?

- ☐ Trator ☐ Matraca
☐ Colheitadeira ☐ Picareta
☐ Arado mecânico ☐ Foice
☐ Arado tração animal ☐ Machado
☐ Plantadeira mecânica ☐ Pulverizador mecânico
☐ Plantadeira tração animal ☐ Pulverizador costal
☐ Triturador ☐ Enxada
☐ Facão ☐ Outros _____
☐ Pá

5.2.1.2. Quais as técnicas de conservação/uso do solo adotadas na propriedade?

- ☐ Adequação das estradas e carreadores
☐ Queimada
☐ Adubação orgânica
☐ Reflorestamento conservacionista
☐ Adubação verde
☐ Rotação de cultura
☐ Calagem
☐ Terraceamento
☐ Cordões de pedra e vegetal
☐ Nenhuma técnica
☐ Plantio na palha/plantio direto
☐ Faixas de retenção
☐ Outras. _____

5.2.1.3. Utiliza fertilizantes e/ou defensivos e/ou medicamentos/vacinas?

() Sim() Não

5.2.1.3.1. Em caso de Sim, quais?

- () Adubos químicos
 () Medicamentos tradicionais
 () Adubos orgânicos
 () Medicamentos Alternativos – homeopáticos
 () Defensivos (agrotóxicos) tradicionais
 () Vacinas para os animais
 () Defensivos naturais
 () Outros. _____

5.2.1.4. A propriedade tem acompanhamento técnico, ou seja, assistência técnica para auxiliar no processo produtivo na propriedade?

() Sim() Não

5.2.1.4.1. Em caso de Sim, qual?

- () INCRA () Prefeitura
 () EMATER () Outras. _____
 () Empresas privadas

5.2.2. Produção Agrícola

Culturas	Unidade de medida	Produção	Área cultivada	O que pretende fazer ou faz com sua produção?
----------	-------------------	----------	----------------	---

1. _____

_____ () Consumo próprio

() Comercialização do excedente

() Comercializar toda produção

() Agroindustrializar

2. _____

_____ () Consumo próprio

() Comercialização do excedente

() Comercializar toda produção

() Agroindustrializar

3. _____

_____	_____	_____	_____	() Consumo próprio
() Comercialização do excedente				
() Comercializar toda produção				
() Agroindustrializar				
4. _____				

_____	_____	_____	_____	() Consumo próprio
() Comercialização do excedente				
() Comercializar toda produção				
() Agroindustrializar				
5. _____				

_____	_____	_____	_____	() Consumo próprio
() Comercialização do excedente				
() Comercializar toda produção				
() Agroindustrializar				
6. _____				

_____	_____	_____	_____	() Consumo próprio
() Comercialização do excedente				
() Comercializar toda produção				
() Agroindustrializar				

5.2.2.1. Produção das culturas

Produtos	Unidade de medida	Quantidade	O que pretende fazer ou faz com sua produção?
1. _____	_____	_____	() Consumo próprio () Comercialização do excedente () Comercializar toda produção () Agroindustrializar
2. _____	_____	_____	() Consumo próprio () Comercialização do excedente () Comercializar toda produção () Agroindustrializar
3. _____	_____	_____	() Consumo próprio () Comercialização do excedente () Comercializar toda produção () Agroindustrializar
4. _____			

_____ () Consumo próprio
 _____ () Comercialização do excedente
 _____ () Comercializar toda produção
 _____ () Agroindustrializar

5.

_____ () Consumo próprio
 _____ () Comercialização do excedente
 _____ () Comercializar toda produção
 _____ () Agroindustrializar

6.

_____ () Consumo próprio
 _____ () Comercialização do excedente
 _____ () Comercializar toda produção
 _____ () Agroindustrializar

5.2.2.2. Comercialização da sua produção

	Local	Município
()	Supermercados/mercearias	
()	Goianésia	
()	Na propriedade	
()	Santa Isabel/Cirilândia	
()	Vizinhos	
()	Jaraguá	
()	Feira livre	
()	Rianópolis	
()	Feira do produtor	
()	Ceres/Rialma	
()	Outro. _____	

5.2.3.1. Comercialização da sua produção

	Local	Município
()	Supermercados/mercearias	
()	Goianésia	
()	Na propriedade	
()	Santa Isabel/Cirilândia	
()	Vizinhos	
()	Jaraguá	
()	Feira livre	
()	Rianópolis	

☐ Feira do produtor

☐ Ceres/Rialma

☐

Outro. _____

5.2.4. Produtos Agroindustrializados

5.2.4.1. Você agroindustrializa sua produção?

☐ Sim ☐ Não

5.2.4.1.1. Em caso de Sim, como?

☐ Queijos ☐ Embutidos ☐ Empacotamento de leite

☐ Conservas ☐ Carnes ☐ Polvilho

☐ Compotas ☐ Farinha de mandioca ☐ Rapadura

☐ Licores ☐ Farinha de milho ☐ Doces

☐ Outros

5.2.4.2. Comercialização da sua produção

Local Município

☐ Supermercados/mercearias ☐ Goianésia

☐ Na propriedade ☐ Santa Isabel/Cirilândia

☐ Vizinhos ☐ Jaraguá

☐ Feira livre ☐ Rianópolis

☐ Feira do produtor ☐ Ceres/Rialma

☐ Outro. _____ ☐

Outro. _____

6. Aspectos de Problemas

6.1. Existe algum problema social em sua propriedade?

☐ Sim ☐ Não

6.1.1. Em caso de Sim, quais?

6.2. Existe algum problema de sociabilidade e cultura em sua parcela?

() Sim() Não

6.2.1. Em caso de Sim, quais?

6.3. Existe algum problema ambiental em sua parcela?

() Sim() Não

6.3.1. Em caso de Sim, quais?

6.4. Existe algum problema produtivo em sua parcela?

() Sim() Não

6.4.1. Em caso de Sim, quais?
